

MARIA BEATRIZ NADER  
LÍVIA DE AZEVEDO SILVEIRA RANGEL  
Organizadoras



# MULHER E GÊNERO EM DEBATE

---

REPRESENTAÇÕES, PODER E IDEOLOGIA



# MULHER E GÊNERO EM DEBATE

---

REPRESENTAÇÕES, PODER E IDEOLOGIA

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)  
Av. Fernando Ferrari · 514 · Campus de Goiabeiras  
CEP 29 075 910 · Vitória – Espírito Santo, Brasil  
Tel.: +55 (27) 4009-7852 · E-mail: edufes@ufes.br  
www.edufes.ufes.br

**Reitor** | Reinaldo Centoducatte  
**Vice-Reitora** | Ethel Leonor Noia Maciel  
**Superintendente de Cultura e Comunicação** | Ruth de Cássia dos Reis  
**Secretário de Cultura** | Rogério Borges de Oliveira  
**Coordenador da Edufes** | Washington Romão dos Santos

### Conselho Editorial

Agda Felipe Silva Gonçalves, Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Gilvan Ventura da Silva, Glícia Vieira dos Santos, José Armínio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Maria Helena Costa Amorim, Rogério Borges de Oliveira, Ruth de Cássia dos Reis, Sandra Soares Della Fonte

**Secretário do Conselho Editorial** | Douglas Salomão

**Revisão de Texto** | Pedro Antonio Freire  
**Diagramação** | Fernanda Pereira  
**Revisão Final** | As organizadoras

---

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M956 Mulher e gênero em debate [recurso eletrônico] : representações, poder e ideologia / Maria Beatriz Nader, Livia de Azevedo Silveira Rangel, organizadoras. - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2014.  
112 p. : il.

ISBN: 978-85-7772-258-7

Modo de acesso:

<[http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort\\_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0](http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0)>

1. Relações de gênero. 2. Poder (Ciências sociais). 3. Representações sociais. 4. Mulheres. I. Nader, Maria Beatriz, 1956-. II. Rangel, Livia de Azevedo Silveira, 1982-.

CDU: 392.6

---

**Maria Beatriz Nader**  
**Livia de Azevedo Silveira Rangel**  
Organizadoras

# **MULHER E GÊNERO EM DEBATE**

---

REPRESENTAÇÕES, PODER E IDEOLOGIA

  
**EDUFES**  
VITÓRIA, 2014

## - SUMÁRIO -

### **Apresentação**

*Maria Beatriz Nader e Livia de Azevedo Silveira Rangel* .....07

### **Gênero e sexualidade**

*Maria Beatriz Nader* .....11

Os estudos de gênero e a história .....13

Referências .....15

### **O perfil feminino nas páginas da revista**

#### **Vida Capixaba (1920 a 1940)**

*Kella Rivêtria Lucena Xavier* .....19

A imagem da mulher nas décadas de 1930 e 1940 .....32

Referências .....37

### **Mulheres intelectuais capixabas:**

#### **Espaços de sociabilidade, escrita e poder**

*Livia de Azevedo Silveira Rangel* .....41

Trafegando em terreno polêmico .....42

Intelectualidade feminina capixaba: espaços de sociabilidade .....47

Referências .....54

### **Toponímia e relações sociais de gênero: o caso de Vitória**

*Penha Mara Fernandes Nader* .....58

Toponímia, memória e poder: registros para serem lembrados .....60

A toponímia e a cidade de Vitória .....63

A sutileza da discriminação de gênero nos logradouros

públicos de Vitória .....68

Considerações finais .....78

Referências .....80

### **As matrizes do *Kazoku-kokka*:**

#### **A mulher japonesa entre a tradição e a modernidade (1868-1912)**

*Altino Silveira Silva* .....86

Uma “nova era” .....87

“Novas mulheres” para uma “nova era” .....89

Considerações finais .....	97
Referências .....	97

**História das mulheres e estudos de gênero:**

**Identidade e relações de poder**

<i>Lívia de Azevedo Silveira Rangel e Maria Beatriz Mader</i> .....	102
---	-----

Mulheres e relações de gênero: identidade e poder .....	103
---	-----

Referências .....	108
-------------------	-----

<b>Sobre os autores</b> .....	110
-------------------------------	-----

## APRESENTAÇÃO

A presente coletânea é fruto de um diálogo entre pesquisadores que estiveram vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, junto à Universidade Federal do Espírito Santo entre os anos de 2005 e 2011. Apesar de as pesquisas aqui publicadas apresentarem temas díspares, há, em muitos casos, similaridade não apenas temporal e documental como também teórica, o que os qualifica a dialogarem entre si e a fornecerem um panorama dos encaminhamentos dados aos estudos de gênero e à história das mulheres no Espírito Santo.

Dentre os instrumentais teóricos compartilhados estão aqueles que discutem os conceitos de representação, de poder e de ideologia, os quais servem como contribuições primordiais na compreensão das mais diferentes perspectivas sobre as mulheres e sobre as formas contrastantes e paradoxais com que exerceram seus papéis sociais, com que participaram da vida pública, com que se manifestaram e perseguiram ideais de emancipação, com que negociaram padrões de estereotípias e com que se representaram e foram representadas. Imagem, literatura, imprensa, logradouros públicos são alguns dos suportes usados para explorar os mais diferentes questionamentos que cercam o debate sobre as relações de gênero e os efeitos dessas relações de poder e força sobre as experiências vividas pelas mulheres, seja na sociedade, seja no âmbito da instituição familiar.

Pode-se dizer que, até bem pouco tempo, a história das mulheres, especialmente aquela feita em conformidade com a teoria de gênero, inexistia na historiografia produzida no Espírito Santo. A lacuna, decorrente da primazia da escrita tradicional da história (logo, não exclusiva da produção historiográfica capixaba), foi responsável pelo esquecimento de uma gama de sujeitos históricos – todos considerados minorias afônicas. As mulheres pertenciam a esse grupo dos historicamente desprestigiados, o que lhes conferiu, dentro do que se convencionou chamar de nova história, o *status* de um novo objeto de pesquisa. Daí por diante, trabalhos notáveis foram publicados abordando as múltiplas dimensões da vida das mulheres, o que não acarretou o fim das dificuldades naquilo que ainda tange à consolidação desse campo de pesquisa nos meios acadêmicos.

No Espírito Santo, no entanto, o tema foi ainda mais tardiamente introduzido nas questões investigativas dos historiadores, quase duas décadas depois do impacto dos estudos de gênero nas principais universidades do País. Dois fatores contribuíram para que a teoria de gênero ganhasse relevância e começasse a ser finalmente aplicada para lançar luz sobre questões ainda não pensadas sobre a sociedade espírito-santense: o pioneirismo dos trabalhos pro-

duzidos pela profa. Dra. Maria Beatriz Nader e pelo prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco e a abertura do curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado e doutorado, do Departamento de História da UFES. A História do Tempo Presente foi um dos campos historiográficos inicialmente privilegiados para responder algumas demandas, como era o caso das questões que envolviam o recorte de gênero no mercado de trabalho, na educação, nas políticas públicas e na violência cometida contra as mulheres. Contudo, outras temporalidades se impuseram gradativamente, surgindo trabalhos voltados tanto para o século XIX quanto para o início do XX.

O volume de material que constitui o acervo de estudos de gênero e história das mulheres no Espírito Santo é ainda bastante modesto, porém representa os primeiros esforços em viabilizar leituras inovadoras que cruzam política, cultura, discurso com temas recorrentes da nova historiografia. Tais trabalhos possibilitam reescrever a história com enfoque nas experiências de mulheres, marcadas tanto pela submissão ao domínio masculino quanto pelo enfrentamento às normas patriarcais de conduta.

O texto que abre a presente publicação, *Gênero e sexualidade*, da profa. Maria Beatriz Nader, busca avançar no campo das conceituações teóricas debatendo a emergência do termo gênero nas ciências humanas, incluindo a discussão sobre o deslocamento do sujeito universal na história. O artigo seguinte, de Kella Rivéria Xavier, analisa, a partir de pesquisa em fontes impressas, os modelos de representações femininas veiculados na revista **Vida Capichaba**, problematizando a relação entre o discurso e a prática. A mesma base documental serviu de ponto de partida para o estudo sobre as mulheres intelectuais capixabas que atuaram no início do século XX na imprensa. Lívia Rangel aborda o tema visando situar o ativismo cultural dessas mulheres como forma não só de manifestação artística como também política, forjando novos espaços de sociabilidade e redimensionando as relações de poder.

Avançando no recorte temporal, Penha Mara Nader inova ao propor uma aproximação analítica entre a discriminação de gênero e a nomenclatura dos logradouros públicos no município de Vitória. A autora percorre três décadas de história (1970-2000) para demonstrar tanto a discrepância quanto a repercussão dos movimentos feministas no referido período e a sub-representação das mulheres no espaço público. Altino Silveira, em contraponto com a historiografia nacional, volta-se para o estudo da ideologia de gênero na história do Japão, destacando as mudanças sociais e culturais ocorridas na representação e nas funções exercidas pelas mulheres japonesas no final do século XIX e início do XX, num período em que coexistiram a tradição e a modernidade no país. O artigo de encerramento, por sua vez, procura oferecer uma perspectiva sobre as discussões que diferenciam história das mulheres e estudos de gênero, per-

correndo os diálogos travados não só entre as estudiosas francesas e norte-americanas, como também o posicionamento das pesquisadoras brasileiras em meio a tal polêmica.

É preciso registrar, após breve apresentação do que se lerá adiante, que discutir gênero, como propõe esta coletânea, é contestar acima de tudo o engessamento, a essencialização, a naturalização, a imutabilidade e a perpetuação de valores misóginos na formação dos indivíduos. Pensar historicamente o modo como mulheres e homens incorporaram funções determinadas pela anatomia dos seus corpos é fundamental para sedimentar mudanças, proporcionar alternativas e, principalmente, para desenraizar padrões de opinião, de valores e de condutas que geram desigualdades sociais difíceis de extinguir.

Maria Beatriz Nader  
Lívia A. Silveira Rangel

# **GÊNERO E SEXUALIDADE**

# GÊNERO E SEXUALIDADE

Maria Beatriz Nader<sup>1</sup>

Tanto na cultura ocidental, até bem pouco tempo, como na oriental, até o presente momento, particularizando nessa última a islâmica, os papéis sociais são delineados com muita rigidez e, por isso, os papéis sociais, masculino e feminino, são fundamentalmente diferentes.

Em se tratando das sociedades ocidentais, de modo geral, o desempenho ainda esperado para a mulher é o da submissão exercida com base na recepção de ordens sem questionamentos, somada à expectativa da sua permanência na esfera privada, apesar da sua constante inserção no mercado de trabalho e do aumento do seu grau de escolaridade. Quanto ao homem, o principal papel determinado pelas sociedades é o da figura de um ser corajoso e calculista diante da vida que, opostamente à mulher, deve ter sua realização no domínio público, assumindo diante da família o papel de provedor e de chefe.

As qualidades feminis da mulher e o aspecto viril do homem são tão importantes na manutenção da ordem de diferenças hierárquicas sociais que passaram a ser elementos básicos na formação da vida de cada homem e de cada mulher.

Os estudos de gênero, nascido no seio do Movimento Social Feminista dos anos de 1970, explicam que a utilização do conceito de gênero tem ajudado a desmascarar os processos sociais de construção do que se considera como identidade feminina. Originado do latim *genus*, o significado do termo gênero, dentre outros sinônimos, quer dizer o conjunto de espécies ou agrupamento de indivíduos, objetos, fatos, ideias, que apresentam certo número de caracteres comuns, convencionalmente estabelecidos.

A palavra gênero tem sido utilizada por várias ciências fundamentadas em princípios que distinguem os sexos e comprometem os valores sociais, com uma carga moral responsável por frases que se formulam com interesse ou não sobre algum aspecto. A oposição binária trata das diferenças sexuais inseridas no conjunto das oposições que organizam o universo, as funções e os atos sexuais que trazem em si determinações antropológicas e cosmológicas. Logo, o antagonismo entre os sexos baseia-se na ideia dos opostos que se complementam, dando origem, na civilização ocidental, às concepções do bem e do mal, do claro e do escuro, do duro e do mole, do fora (público) e do dentro (privado), do seco e

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (UFES).

do úmido, o que para muitos corresponde aos movimentos do corpo, conforme afirma Bourdieu (1999).<sup>2</sup>

No campo das ciências humanas, principalmente na área de estudos sobre as mulheres, o termo gênero foi tomado de empréstimo passando a designar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, implicando, portanto, na rejeição do determinismo biológico implícito nessa categoria e estabelecendo o caráter relacional das identidades feminina e masculina. Ou seja, representando o aspecto social das relações entre homens e mulheres, gênero é um conceito que se distingue do conceito biológico de sexo.

Em seus estudos, contudo, não se trata de voltar a atenção a somente um sexo como objeto de análise, mas ao processo da formação de cada um. O conceito de gênero implica a ideia de pluralidade, isto é, cada sociedade, cada grupo étnico, cada classe social e cada geração tem sua concepção de homem e de mulher (SCOTT, 1990; SAMARA, 1997). Tal concepção, dentro de uma mesma sociedade, um mesmo grupo e uma mesma classe social, é diversificada e ainda se transforma em cada período histórico.

No clássico estudo de Joan Scott sobre a utilização dos estudos de gênero como categoria de análise histórica, gênero é definido como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1990, p. 8), o que pode ser exemplificado por meio do estudo pioneiro de Margaret Mead (1999), sobre os nativos da Nova Guiné. Mead concluiu que certos padrões de comportamento, como passividade, disposição para cuidar de crianças e doentes – apontados em nossa sociedade como tipicamente femininos – podem ser definidos como atributos masculinos em uma tribo e femininos em outra, não sendo, portanto, determinados pelo sexo biológico dos indivíduos, mas pela cultura. Em Tchambuli, por exemplo, os homens são emocionalmente mais dependentes do que as mulheres, cabendo a elas a iniciativa sexual. Entre os homens de Mundugumor, as atitudes agressivas e competitivas predominavam entre homens e mulheres, enquanto que o povo Arapesh caracterizava-se por atitudes de cooperação e de passividade.

Assim, não há porque considerar a oposição entre masculino e feminino, herdada do passado, como se fosse fixa ou inata, já que as próprias relações de gênero, tal como se dão hoje, apontam para a transcendência dessa polaridade, que pode ser substituída, no futuro, por um pluralismo onde as diferenças são multiplicadas.<sup>3</sup> A própria percepção das diferenças biológicas entre homens e mulheres se inscreve na cultura, como aponta Thomas Laqueur (2001), demonstrando que a afirmação da existência de um sexo apenas – sendo a mulher um

---

2 Sobre o assunto ver também Soihet (1997) e Scott (1990).

3 Sobre o assunto ver Dias (1998).

homem imperfeito – ou de dois sexos diferentes, dependeu, ao longo da história, muito mais dos contextos culturais do que dos avanços nos estudos de anatomia.

Sendo assim, o conceito de gênero serve para designar os significados que as sociedades elaboram sobre o que é ser mulher e ser homem, a partir das características observadas ou até mesmo atribuídas aos corpos de um e de outro. Deste modo, rejeita-se a natureza biológica como responsável pelas diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, para inscrevê-las na esfera das construções sociais. O caráter social das diferenças entre homens e mulheres permite que se perceba uma estreita ligação do social e do biológico, embora a construção dos gêneros seja, fundamentalmente, um processo social e histórico.

### **Os estudos de gênero e a história**

Muitas discussões sobre a aceitação e a submissão da mulher à dominação masculina, ou mesmo sua reação às restrições que a ideologia patriarcal promove em suas vidas, foram realizadas ao longo do século XX. Debates foram travados acerca da marginalização da mulher na História, seu obscurantismo como sujeito político, sua nula participação nas mudanças sociais e sua participação na manutenção da ordem falocrática.<sup>4</sup> Por outro lado, as discussões se acirraram quando se manifestaram as pesquisas que denunciavam certa violência masculina para o trato com as mulheres e abuso, também por parte dos homens, da sexualidade das mulheres. Eram estudos de mulheres espancadas, humilhadas e sem histórias.<sup>5</sup>

A partir desses debates, o termo gênero passou a ser utilizado por feministas norte-americanas que visavam acentuar o caráter essencialmente social das distinções baseadas no sexo. As análises feministas radicais indicavam que a diferenciação de gênero era basicamente uma questão de desigualdade entre o comportamento sociocultural masculino e feminino, sendo o masculino o dominante. A palavra original *gender* indicava uma nova modalidade de estudos onde homens e mulheres deveriam ser definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles poderia ser alcançada por um estudo em separado.

O gênero passa, então, a ser considerado uma categoria de análise histórica, emergida no rastro das novas tendências historiográficas, como a história cultural, embora não deixe de perpassar várias outras disciplinas científicas.<sup>6</sup> Assim, a categoria de análise histórica gênero é expressa também em muitas áreas da vida

---

4 Sobre o assunto ver Soihet (1997), Scott (1990) e Samara (1997).

5 Sobre o assunto ver French (1992), Algranti (1993) e Esteves (1989).

6 O estudo de gênero influencia trabalhos em áreas que estudam homens e mulheres. Dentre outras, destacam-se as áreas de Educação, Educação Física, Psicologia, Sociologia, Demografia, Filosofia, Medicina, Letras, Direito e História.

social, como a cultura, a ideologia e as práticas discursivas, além de contribuir para a construção das relações de gênero na divisão do trabalho, no lar, na organização do estado, na sexualidade, na estruturação da violência e em muitos outros aspectos da organização social.

O conceito de gênero evoluiu e transformou-se em referência para a construção social das diferenças entre homens e mulheres, sem, contudo, desconsiderar as diferenças biológicas existentes entre os sexos. Os aspectos biológicos dos sexos pertinentes à compreensão do gênero dentro das ciências sociais passam a ser encarados, de maneira ampla, ou seja, a organização social é considerada o fator esmagadoramente preponderante.

Seguindo essa concepção, o termo gênero supõe a imbricação do social e do biológico, quando entende que sobre as diferenças biológicas outras são construídas. No entanto, o feminino e o masculino não se constroem independentemente, mas, sim, um em relação ao outro, a partir do processo de diferenciação, não significando, contudo, que o masculino e o feminino sejam polos opostos.

Falar de gênero em vez de sexo feminino ou sexo masculino tem, pois, implicações políticas e sociais. Seu conceito representa um marco decisivo na rejeição do determinismo biológico nas relações entre homens e mulheres na sociedade, imprimindo à identidade feminina e masculina um caráter histórico e cultural.

A emergência do termo gênero se deu num momento de grande efervescência das ciências do social, marcado pelas críticas aos grandes paradigmas e às teorias totalizantes e pelo surgimento de uma perspectiva pós-moderna, que afirmava que toda realidade é fruto de construção e de interpretação.

Essas mudanças colocaram em xeque o sujeito humano universal na história, herança iluminista, substituída pela ideia da pluralidade de sujeitos. Paralelamente, os temas tradicionais dos historiadores deram lugar às questões emprestadas da Antropologia como o cotidiano, o amor, o pudor, a sexualidade, as emoções, a família, a vida privada. Ora, essas eram as esferas em que, durante muitos séculos na história do Ocidente, as mulheres tradicionalmente se moveram. Essa virada epistemológica deu visibilidade às mulheres e permitiu a elaboração de uma história da mulher.

Em todo caso, enquanto a história da mulher estuda e analisa a realidade vivida pelas mulheres em diferentes épocas e lugares, os estudos da história de gênero procuram reconstruir ou desconstruir os processos sociais e culturais através dos quais a identidade feminina vem sendo forjada, enfatizando seu caráter relacional num campo de disputa pelo poder, não apenas o poder institucional, mas o “poder” que se fragmenta no cotidiano, numa perspectiva próxima dos estudos desta temática realizados por Foucault (2008).

Os estudos de gênero implicam em quatro elementos relacionados entre si, são eles: os símbolos disponíveis em determinada cultura (Eva, Maria, Lilith, bruxas, dentre outras) os conceitos normativos que evidenciam certas interpretações simbólicas, tentando limitar outras possibilidades interpretativas (doutrinas religiosas, educativas, políticas); as relações sociais de parentesco, econômicas, políticas; as identidades subjetivas. São quatro elementos que se articulam para construir a identidade de gênero, que, por sua vez apresenta uma correlação com outras categorias sociais, tais como etnia e classe.

Ao fragmentar o sujeito universal, além de incorporar as questões de gênero, essa forma de ver a história, conhecida hoje como Nova História, incorporou também questões relativas a outros oprimidos do processo histórico, abrindo espaço para o estudo das minorias, que são vistas prioritariamente em relação aos direitos e não à ordem numérica.

Assim, ao desconstruir a identidade feminina, colocando-a no campo das relações sociais de poder, o conceito de gênero tornou-se instrumento poderoso para as lutas do movimento feminista e, principalmente, no campo das políticas públicas, tornou-se importante para identificar os interesses das mulheres e defender seus direitos, como seres humanos.

## Referências

ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas**: mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: DIFEL, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. In. **Revista Projeto História**, v. 17, p.223-258. 1998.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FRENCH, Marilyn. **A guerra contra as mulheres**: uma denúncia devastadora da situação da mulher no mundo de hoje. Tradução: Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Best Seller, 1992.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução: Vera Whately. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. In. VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 67-87

\_\_\_\_\_. “A boa esposa e a mulher entendida”. In. **Adúlteros, mulheres e padres**. História e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986, p. 11-32.

\_\_\_\_\_. “Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial”. In. NADER, Maria Beatriz; SILVA, Gilvan Ventura; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES, 2006, p. 199-219.

\_\_\_\_\_. “As Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher no Rio de Janeiro: uma análise de suas práticas de administração de conflitos”.

In. NADER, Maria Beatriz; LIMA, Lana Lage da Gama (Orgs.). **Família, mulher e violência**. Vitória, EDUFES, 2007, p. 19-38.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. Tradução: Júlio Simões. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Macho e fêmea**: um estudo dos sexos num mundo em transformação. Tradução: Júlio Assis Simões. Petrópolis: Vozes, 1971.

NADER, Maria Beatriz Nader. **Paradoxos do progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: EDUFES, 2008.

\_\_\_\_\_. “O impacto do movimento feminista na (re) construção da identidade masculina”. In. NADER, Maria Beatriz; SILVA, Gilvan Ventura; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Orgs.). **As identidades no tempo**: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: PPGHIS, 2006, p. 117-134.

\_\_\_\_\_. “A condição masculina na sociedade”. In. **Revista de História da UFES**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 14, p. 461-480, 2002.

\_\_\_\_\_. “A mulher e as transformações sociais do século XX: a virada histórica do destino feminino”. In. **Revista de História**. Vitória, n. 7, p. 61-71, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 1997.

\_\_\_\_\_. “Considerações historiográficas sobre o casamento no Brasil: da Colônia ao Império”. In. NADER, Maria Beatriz et all. **Os impérios e suas matrizes políticas e culturais**. Vitória: Flor&Cultura, 2008.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução: Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.

PIERANGELLI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. Bauru/SP: Editora Jalovi, 1980.

SALEM, Tânia. **O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. Tradução de Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1990.

SILVA Benedicto (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SOIHET, Rachel. “Enfoques feministas e a história”. In. SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997, p.53-82

**O PERFIL FEMININO  
NAS PÁGINAS DA REVISTA  
VIDA CAPICHABA  
(1920 a 1940)**

# O PERFIL FEMININO NAS PÁGINAS DA REVISTA *VIDA CAPICHABA* (1920 a 1940)

Kella Rivéria Lucena Xavier<sup>1</sup>

A Revista **Vida Capichaba** foi um veículo de comunicação que contribuiu com mudanças no jornalismo capixaba e também considerada um marco na imprensa espírito-santense, pois implementou, em sua diagramação e conteúdo, o que havia de mais moderno nos parques gráficos nacionais. Além disso, a revista tornou-se porta-voz da modernidade que se proclamava pelo Brasil.

Até os anos de 1920, a cidade de Vitória possuía um sistema de comunicação precário, formado apenas por alguns pequenos jornais e pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. A maioria dos meios de comunicação capixaba era mantida pelo Governo, o que gerava informações totalmente vinculadas ao Estado. Ao contrário das demais publicações, a **Vida Capichaba** procurou se distanciar do modelo de imprensa já existente no Estado, pois este estava, principalmente por motivos financeiros, ligados aos interesses governamentais. Os intelectuais capixabas responsáveis por essa publicação estavam atentos à influência dos padrões de moda e de comportamento europeus seguidos pela sociedade brasileira que buscava identidade que refletisse um país em pleno progresso.

A revista **Vida Capichaba** foi publicada até o ano de 1957, e o fato de ter sobrevivido por 34 anos pode ser considerado algo surpreendente, uma vez que parte significativa das revistas ilustradas de atualidades e literatura tinha um tempo de circulação pequeno.

Logo na sua primeira tiragem foi comercializada com 1000 exemplares, mas, a partir da quarta edição, sofreu algumas alterações e um aumento no número de exemplares vendidos. Era publicada em papel couché, considerado pela edição comemorativa como o melhor para esse tipo de publicação. Os textos eram variados e versavam em contos, crônicas, coluna social e seções com artigos avulsos de vários colaboradores literários, inclusive trechos de livros de autores nacionais e tradução de poesias de autores estrangeiros.

Os redatores da revista criaram uma linha editorial constante e que se baseava em colunas presentes em quase todos os números da publicação. Essa iniciativa permaneceu durante as décadas de 1920 e 1930, quando a revista era dividida nas seções “Vida Ociosa”, “Sociaes”, “Feminea” e “Nos domínios da moda”. A seção “Vida Ociosa” se voltava à literatura, apresentava poesias, contos e outros textos de caráter mais romântico ou moralista. A “Sociaes” era uma coluna dedi-

---

1 Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

cada aos acontecimentos sociais das elites capixabas, como festas de casamentos, noivados e nascimentos. A “Feminea” e a “Nos domínios da moda” eram as partes da revista dedicadas às mulheres e retratavam os padrões de beleza da época, além de relatar as novidades que apareciam na cidade, como festas, filmes, peças de teatro, entrevistas com artistas e as últimas tendências da moda mundial.

A **Vida Capichaba** manteve um bom intercâmbio com outros veículos da imprensa brasileira. Nessa época, existia o costume, por parte dos jornais e revistas, de publicarem matérias que já haviam sido apresentadas em outros Estados, vindos principalmente dos jornais do Rio de Janeiro. Na terceira edição da **Vida Capichaba**, há trechos de cartas vindas de outros jornais que elogiavam as matérias publicadas e a iniciativa dos capixabas em lançar esse meio de comunicação. Nesta edição, têm-se recortes de cartas do **Jornal do Commercio** do Rio de Janeiro.

A partir dos anos de 1930, a revista sofreu algumas modificações. Um dos proprietários, Manoel Lopes Pimenta, afastou-se da confecção da revista por causa das divergências políticas que tinha com o então interventor do Estado, capitão Punaro Bley, deixando a publicação a cargo de seu sócio Elpídio Pimentel. A censura, que se instalou com a criação do Estado Novo, trouxe uma nova postura para a revista que se tornou mais mundana e menos política. Novas colunas foram criadas, “Miscelâneas” e as “Alfinetadas”, e tratavam de maneira satírica temas como moda, poesia, fofoca e acontecimentos sociais.

Nesse período, a revista **Vida Capichaba** seguiu uma linha editorial que privilegiava notícias mais amenas, apresentando textos sobre festas comemorativas, muitas fotografias de artistas do cinema norte-americano e a moda, que se tornou seu principal assunto. O tema carnaval, por exemplo, passou a ser discutido e várias foram as reportagens sobre os então bailes nos clubes Saldanha da Gama e Álvares Cabral.

Devido às dificuldades financeiras e à iminência da censura, a **Vida Capichaba** atrelou-se de forma mais estreita com o governo e os grupos dominantes e, por muitas vezes, recorreu aos cofres públicos para sanar seus problemas econômicos. Com os subsídios fornecidos pelo governo interventor, sua publicação ficou restrita a artigos referentes à moda e a outros temas que, de maneira branda e discreta, contribuíram na modelagem da vida cotidiana de seus contemporâneos.

Se durante os anos de 1920, a revista fora marcada por reportagens feitas por colaboradores de renome no Espírito Santo. Os intelectuais capixabas usavam o periódico como divulgador de seus ideais, incluindo o propósito de transformar o Espírito Santo numa capital cultural tal como acontecia no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A revista era recheada de notícias das mais importantes capitais nacionais e internacionais e era um veículo de discussão dos temas que mais afligiam os capixabas, como a questão das mudanças de

comportamento que vinham acontecendo no início do século XX. Cita-se como exemplo a questão do voto feminino.

Resguardando as mudanças entre as referidas décadas, a revista **Vida Capichaba** também usou toda sua popularidade e credibilidade a serviço da construção da “nova mulher”. Mostrava ali uma imagem relacionada às transformações de um país que despia suas mulheres das saias longas e as urbanizava com biquínis, *blush* e pó de arroz, ou seja, buscava moldar o comportamento feminino com novas formas de vestir e de se mostrar para a sociedade. Essa imagem, que abrangia a utilização da maquiagem e de produtos femininos de beleza, como símbolos do moderno e do novo, ilustrou as capas da revista desde a primeira edição. Apresentava-se então, não apenas como a primeira revista moderna do Estado, mas como um novo meio de retratar o universo feminino, objeto de estudo delimitado neste artigo.

A revista **Vida Capichaba** divulgou padrões sociais para as mulheres das camadas mais privilegiadas da sociedade, priorizando temas como comportamento, moda e política, o que possibilitou uma pesquisa histórico-jornalística.

Nessa época, a imagem feminina mostrada pela **Vida Capichaba** era de um universo glamoroso, uma realidade fantasiada, a partir de informações vindas dos estúdios de cinema, que estimulavam moças e senhoras a se espelharem nas estrelas de Hollywood, as quais usavam cosméticos, belas roupas, tinham novas ideias e conquistavam a fama e o prestígio social. Mas foi, sobretudo, por meio da propaganda de produtos, que enalteciam a beleza e que reforçavam a ideia de uma nova mulher, que a revista vendia o sonho de mudanças.

Para as leitoras da revista, suas capas eram as vitrines. A cada edição, lindos rostos, maquiados segundo os padrões da época, enchiam as páginas em ilustrações e fotos. Mesmo que não fossem estrelas do rádio ou do cinema, muitas mulheres eram retratadas pela revista, sempre acompanhadas de relatos pitorescos sobre sua intimidade. Bastava que marcassem presença em eventos sociais, como bailes, salões de festas e atividades esportivas ou beneficentes, para alcançarem algum espaço em fotos ou textos nas páginas da revista. Em todo caso, esta ainda priorizava a publicação de artigos que se caracterizassem por levar a mulher a ser representada como peça primordial da família, tendo no casamento sua grande realização.

Segundo Certeau (1996), as fontes escritas nos proporcionam um conhecimento analítico muito profundo de cada período estudado, pois para ele, apesar da escrita ser manipulada por uma minoria, a população que recebe essas influências acaba fazendo uma triagem daquilo que pode ser usado, criando suas próprias conjunturas. Certeau chama tal fenômeno de “táticas”, estas que seriam processos de criação ou de adaptação de uma determinada camada social.

Pode-se observar no estudo da revista *Vida Capichaba* que, apesar da insistência na submissão da mulher, novas alternativas não deixavam de ser apresentadas, especialmente com relação aos direitos femininos e à educação da mulher. Entretanto, o posicionamento predominante da revista, o qual levava a mulher de volta ao seio da família, fazia com que muitas moças acabassem incutindo a ideia de que seu papel social era realmente o casamento. A abordagem histórica de Peter Burke (2004) sobre a mídia traça uma análise da influência da imprensa e da mídia para a regulamentação dos valores sociais de uma determinada época. Além disso, o autor fundamenta a importância da linguagem dos meios de comunicação para a determinação social. John B. Thompson (2005), teórico da comunicação social, ao tratar da imprensa e de sua importância para a sociedade, mostra como ela se tornou uma arma eficaz para a divulgação e criação de ideologias que buscavam criar modelos e concepções sociais que deveriam ser seguidas pelos indivíduos.

De fato, a imprensa pode ser percebida como um instrumento de manutenção e modificação social e, no Brasil de meados do século XX, a imprensa adquiriu uma grande importância, pois para muitos intelectuais, políticos e alguns setores da sociedade ela era o principal veículo de divulgação dos valores da modernidade. E um dos valores mais discutidos pelos “modernos” era a regeneração familiar, que para se concretizar tinha que normatizar o papel social da mulher, historicamente subjugada ao domínio da família e da vida privada.

Segundo Maluf (1998), as inovações advindas da vida moderna povoaram as páginas dos mais diferentes tipos de leitura, indicando um forte movimento em prol da defesa de transformações na sociedade brasileira. Contudo, essas não poderiam ferir a legitimidade das instituições sociais ligadas à família, por isso, logo se passou a fiscalizar os comportamentos, condenando aqueles que se mostrassem desviantes. Diante disso, as mulheres tornaram-se alvos de um discurso normatizador que pretendia a manutenção dos valores familiares com certa permanência nas relações entre os sexos.

Iniciou-se na imprensa uma campanha pela valorização do casamento e dos valores morais relativos à família. O discurso enfatizava a união matrimonial como uma ligação de amor e única alternativa para que uma mulher fosse feliz. A revista **Vida Capichaba** operou as representações sobre o “feminino” de forma bastante aproximada com esse discurso. E, embora a revista **Vida Capichaba** tivesse, desde seu início, sua proposta de publicação fundamentada na difusão de informações, de trabalhos literários e de atualidades para ambos os sexos, foi nas mulheres que esse periódico encontrou um público fiel e ávido por novidades.

O primeiro editorial da revista, de 15 de agosto de 1923, logo na primeira página da mesma afirma que Vitória é um lugar onde existe “esplendidas mulhe-

res, ha arte, ha poesia, e onde ha poesia, ha sonho, ha extase, ha embevecimento, ha perfumadas atitudes de credulo e romantico optimismo...” Além disso, esse mesmo editorial afirma que a mulher “ainda é, na vida, a mais ardente protetora da arte e a mais requintada amiga do sonho”.

De maneira enviesada, logo se observa que as mulheres tiveram um papel de destaque na publicação, pois a revista **Vida Capichaba**, pois, em conjugação com outros objetivos, ela incentivou o público feminino a participar dos movimentos artísticos. Um exemplo dessa motivação foi a abertura de espaços para a publicação de trabalhos de autoras da nata da intelectualidade feminina capixaba como Haydée Nicolussi, Maria Antonieta Tatagiba, Guilly Furtado Bandeira, Lydia Besouchet e Arllete Cypreste. Em várias ocasiões as autoras mostraram suas obras e opiniões sobre temas variados, tais como poesia, moda e acontecimentos sociais. A seção “Feminea”, voltada especificamente para as mulheres, era escrita por Ilza Dessaune e restringia-se à moda, à etiqueta social e aos acontecimentos mais banais da sociedade, assuntos considerados femininos. Nota-se que, como a maioria das publicações voltadas para as mulheres, os assuntos políticos e econômicos eram relegados a outro plano.

A imprensa dita feminina, repetindo o consenso da sociedade, assinalava a ideia de que a mulher estava predestinada ao convívio familiar e ao casamento, pois intensificava a produção de matérias que relacionavam a vida feminina ao domínio doméstico, sob o jugo do masculino. A maioria dos artigos publicados para as mulheres se restringia às esferas da moda, do culto à beleza e dos modelos de comportamentos que a sociedade esperava que fossem desempenhados por elas.

Para Carvalho (2002), a imprensa feminina, na década de 1920, era também um veículo de propagação do ideário moderno, um instrumento de legitimação de novos espaços de expressão das intelectuais e uma fonte recorrente de consulta das mais diversas informações utilitárias, além de grande divulgadora das novas tendências na moda e na vida social. Com isso, essa imprensa especializada cumpria o seu papel de mediadora entre a esfera pública e a esfera privada.

As representações sobre a mulher na revista **Vida Capichaba** se sustentavam basicamente das ideias forjadas da mulher como símbolo da beleza, da gentileza e da fragilidade. As mulheres eram retratadas como seres naturalmente belos, sensíveis e que tinham um importante papel na sociedade, o de mantenedoras da família.

O conceito de fragilidade feminina mostrado pela revista pode ser observado mesmo por meio de seus anúncios. Muitas veiculações publicitárias, dedicadas à propaganda de produtos de saúde, beleza e utilidades domésticas, apelavam para a imagem da mulher de modo a associá-la especificamente a esse tipo de consumo, visto como adequado às suas funções no lar e no seio da família. Se

o produto da propaganda fosse charuto, automóvel ou qualquer outro acessório relacionado às questões mundanas, ao reduto da vida pública, consequentemente a imagem vinculada ao anúncio se alterava; quando a figura masculina ocupava o centro das estratégias de consumo.

O crescimento dos estudos médicos na área de ginecologia e obstetrícia reforçava os preceitos tradicionais de que a mulher tinha uma saúde mais debilitada do que a do homem e que isso era causado pela maternidade, esta como algo que conferia a mulher um comportamento mais instável e emocional. Por isso, era muito comum na revista a presença de propagandas sobre remédios milagrosos que diminuía o sofrimento feminino, por exemplo, em questões como a menopausa, distúrbios menstruais e prisão de ventre. A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais e a subordinação da sexualidade à vocação materna.

Na década de 1920, as mulheres passaram a ser o alvo dos anúncios publicitários de forma mais intensa, havendo até quem admitisse, pelo menos nas propagandas, que elas fumassem, muito embora uma propaganda afirmasse que “na vida prática, porém, ainda não se admite que as mulheres fumem em público” (CIVITA, 2003, p. 132). E, a exemplo do que faziam as revistas **Semana**, **Careta** e **Fon-Fon**, escolhendo como público-alvo dos seus anúncios as mulheres, a revista **Vida Capichaba** também levou a sério a publicidade “feminina”, especialmente para conquistar novos consumidores. Civita (2003) reforça essa ideia quando afirma que os “conselhos médicos” ou “propagandas médicas” dados pelas revistas, colaboravam para a venda de medicamentos e para a automedicação. Assim, assevera-se que as propagandas utilizavam a figura feminina para atingir seus objetivos econômicos, pois acreditava-se em que a mulher era mais suscetível às compras dos produtos que expunham do que o homem.

A **Vida Capichaba** se valeu muito dessa realidade, tanto que as propagandas de remédios “para doenças das senhoras” aparecem em quase todas as edições do período analisado. Nesse contexto, o cigarro tornou-se alvo do discurso médico voltado para a mulher. Alguns desses profissionais criticavam as mulheres que fumavam, considerando esse ato como um “modernismo impensado”.

Apesar do *status* chique concebido pelo cigarro, alguns setores da sociedade não concordavam com essa moda. Talvez por isso, a revista **Vida Capichaba**, ano VI, nº 112, fevereiro de 1928, trazia no artigo de Berilo Neves, intitulado de “A Mulher e o Cigarro”, a informação de que

A mulher tem pelo cigarro a atracção que lhe merecem todas as formas sensíveis de ilusão – seja uma moeda que brilha, uma ave que canta ou um beijo que sus-

surra... Que é cigarro? Um cilindro branco a bôcca de fumaça e mentira. Ora a fumaça é um simbolo... Um simbolo de fantasia, de sonho, de prazer fugitivo e precário (página não numerada).

O autor era colaborador da revista **Vida Capichaba** e afirmava que “as mulheres não tinham discernimento”. Na realidade, ele argumentava que elas eram seres infantis e que por isso deveriam ser alertadas dos males do cigarro.

É interessante notar que a revista **Vida Capichaba**, ao se referir às mulheres criava uma imagem na qual elas eram vistas como seres sensíveis e delicados, incapazes de protegerem a si mesmas contra as malícias do mundo moderno. A concepção de fragilidade feminina atrelada ao conceito de beleza, como se a mulher simbolizasse uma “obra de arte” (RODRIGUES, 1997, p. 22), tornou-se essencial para que ela se vestisse com a mesma imponência de um quadro ou uma escultura renascentista, assevera Serpa (2003).

Volta-se a afirmar, portanto, que a revista **Vida Capichaba** incentivava o consumo, principalmente por conta da incipiente, mas já em franco processo de consolidação, indústria da moda, que começava a divulgar os modelos de roupas em revistas, o que estimulava as mulheres a seguirem determinados padrões de vestimentas. Isso também foi favorecido pelo consumo das roupas industrializadas, vendidas em lojas. O hábito de “fazer compras” procurava conquistar as mulheres.

Com isso, pode-se afirmar que a década de 1920 protagonizou o florescimento da publicidade no país, graças à implementação da ideia de modernidade que despertava os brasileiros para uma nova sociedade de consumo. Civita (2003) revigora tal pensamento ao assegurar que, nessa época, os confortos proporcionados pelas novas tecnologias como geladeiras, fogões a gás e outros produtos, diariamente anunciados nas páginas de revistas e jornais, aumentavam consideravelmente a vontade de aquisição de tais utensílios facilitadores da rotina doméstica.

Com a expansão da economia de mercado, houve uma transformação na estrutura de serviços, já que o final da Primeira Guerra desencadeou o crescimento nos níveis de inflação brasileira, modificando assim hábitos como a venda de produtos caseiros, roupas e demais objetos de uso doméstico, que antes eram comercializados por meio do sistema de venda em domicílio. Com os preços inflacionados, os comerciantes ambulantes diminuíram a sua atividade e muitos optaram pela instalação de bancas em áreas de maior circulação. Um dos efeitos sociais dessa mudança afetou a antiga rotina das mulheres de fazerem compras sem saírem de casa. Agora, as mulheres eram concitadas a frequentarem os pequenos *boulevards* onde se acumulavam lojas dos mais sortidos artigos de luxo. A presença da mulher andando sozinha pelas ruas de comércio tornou-se mais frequente, possibilitando para elas um convívio mais próximo com o mundo público.

A moda, na década de 1920, motivava a elegância, a higiene e certa ousadia, pois os trajes femininos se tornaram mais desinibidos, as saias encurtaram e os cabelos passaram a ser cortados à *la garçonne*. As mulheres foram classificadas pejorativamente de “melindrosas”, porque usavam babados e fitas, consideradas sedutoras e românticas, e as “moderninhas” que usavam *tailleur*, uma roupa composta de casaquinho e saia, para quando trabalhavam fora de casa.

As seções, “Domínios da Moda” e a “Página Feminina”, da **Vida Capichaba** apresentavam modelos de roupas considerados mais elegantes e atuais. Segundo Buitoni (1981) e Besse (1999), o crescimento de publicações ou artigos sobre moda voltados para a mulher gerou nas revistas a criação de páginas que exibiam os modelos e até indicavam os tecidos utilizados. Enfatizando o uso de roupas costuradas com tecidos mais leves e mais adaptados ao clima tropical brasileiro, essas seções incitavam as mulheres capixabas a seguirem a moda que circulava nos vórtices dos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos.

A moda também criava um novo padrão de beleza, que se baseava na saúde e na elegância da mulher. Aliás, o culto à beleza instigado pela **Vida Capichaba** estimulava os hábitos saudáveis como exercícios físicos, uma impecável higiene pessoal e doméstica. Esses novos hábitos exigiam a compra de cosméticos e de produtos de beleza, além de incentivarem os banhos de mar, considerados primeiro como tratamentos terapêuticos e depois como lazer.

O esporte mostrava-se como uma das alternativas para reforçar o culto ao corpo numa época de transformações. Ginásticas e dietas para emagrecer começaram a fazer parte do cotidiano da sociedade. O esporte não apenas trazia saúde mas também beleza e era estimulado pela revista em várias colunas. Aos poucos, juntamente com a modelagem da roupa ao corpo, os trajes de banho foram se transformando num ato de beleza, expondo a pele ao sol (SERPA, 2003). Nesses tempos de surgimento das noções básicas de limpeza, de saúde e de beleza, o principal objetivo era melhorar a imagem do corpo humano, que deveria ser cada vez mais saudável, jovem e atlético.

A reestruturação dos padrões de beleza também foi fortemente influenciada pelo cinema, que orquestrava o papel feminino dentro da sociedade. Na **Vida Capichaba**, inúmeros textos, ao anunciar os filmes que estavam em cartaz nos cinemas da cidade, retratavam a vida das atrizes e dos atores como experiências exemplares do modo de vida moderno, tanto que várias capas da revista tinham estampadas fotos dos artistas mais conhecidos.

As informações do mundo do cinema chegavam à revista em abundância. Em fins dos anos de 1920 e início dos anos de 1930, a moda ganhou mais um ingrediente. Somou-se aos padrões de comportamentos, aos modelos de vestidos e aos cortes de cabelo novas formas de cuidar da pele, espelhadas logicamente nas

estrelas do cinema norte-americano. A revista **Vida Capichaba** anunciava o cinema americano como “ditador de modas”, uma moda que cada vez mais preenchia as suas páginas, em que desfilavam modelos saídos das telas de Hollywood, trazendo novos cortes de cabelo e tecidos para peças a serem usadas desde as festas até o banho.

As apresentações de filmes com as estrelas do mundo artístico eram anunciadas com antecedência para que o público pudesse comparecer aos espetáculos, que aconteciam geralmente com muita pompa. Além das famosas do cinema, a revista revelava as estrelas do rádio, do teatro e do cinema nacional. As belas mulheres preenchiam as páginas em fotos, em relatos pitorescos das suas intimidades, em registros de presença e participação em eventos sociais, como bailes e salões de festas. Eram as brasileiras entrando numa nova fase, despedindo-se das saias longas para vestirem maio e banharem-se nas praias tropicais.

Outra seção da Vida Capichaba, relacionada com a moda e com a normatização dos comportamentos femininos, era a “Feminea”. Os artigos publicados nesse espaço apresentavam às mulheres as novas modas em roupas e acessórios, além das situações em que deveriam usá-los. A revista publicada em fevereiro de 1928, ano VI, nº 112, afirmava que

nada mais incompleto com efeito, que um traje de rua sem chapéu, sem contarmos a impossibilidade de conservar, ao ar livre, a harmonia do penteado, maximé com os cabelos curtos. Não se desolem, porém, os que nos pagam os chapéus (página não numerada).

O artigo disserta sobre a importância de a mulher saber se vestir, usando os acessórios da moda e cuidando para que os exageros fossem evitados. Mas o mais interessante nesse artigo é a ideia de dependência financeira a que as mulheres estavam submetidas. A todo tempo, a autora reclama dos preços das roupas e faz alusões às reclamações dos maridos.

Se o assunto era beleza, não poderiam faltar colunas especializadas em ensinar à mulher a se vestir e a se portar. Mas também existiam espaços que refletiam sobre essa beleza do ponto de vista masculino nos quais elas eram mencionadas como privilegiadas por terem homens que sustentassem os seus padrões de beleza. Não menos gratuito, Serpa (2003) afirma que era por essa razão que eles justificavam não ter tempo para ficarem bonitos, pois precisavam trabalhar para no mínimo manterem o sustento da casa.

Além das questões de moda, a coluna “Feminea” ilustrava os acontecimentos sociais mais importantes da elite capixaba. Era comum encontrar nessa seção pequenos textos noticiando casamentos, batizados e comentários sobre personagens ilustres da capital e de algumas cidades do interior, além das festas realizadas

no Clube Vitória, na capital capixaba. Na coluna “Feminea”, publicada na revista **Vida Capichaba**, ano VI, nº 112, em fevereiro de 1928, afirmava-se que as domingueiras promovidas pela diretoria do Clube Vitória, naquela temporada de inverno, seriam bastante concorridas e alegres, além de nessas elegantes reuniões, que ocorriam de 17 até 23 horas, ser encontrada toda a alta roda da cidade.

Nota-se, portanto, que, apesar de todo o discurso inovador e modernizador da revista e de esta tentar ser a porta de entrada dos novos ideais da sociedade capixaba, havia muito ali dos conservadores que viam na liberação da mulher uma afronta aos bons costumes sociais. Um artigo da revista **Vida Capichaba**, ano III, nº 15, março de 1925, dizia que era necessário colocar algum paradeiro ao comportamento feminino, pois esse deveria voltar à discrição da moda de “nossos avós: as saias compridas, ás caudas afidalgadas; os vestidos rodados; ás mangas fartamente tufadas; ás mantilhas e manteletes que tanto favoreciam a graça, a reserva das innocentes senhoritas” (página não numerada). Esse artigo, assinado por Ruy Diniz, critica as novas modas que deixavam o corpo da mulher mais exposto, o que para muito conservadores era considerado um ato de imoralidade. Segundo o autor, a moda da época preocupava-se demais com higiene e limpeza, o que ocasionava uma inversão, ou melhor, uma mistura entre os dois sexos, masculino e feminino, o que, para ele, era considerado prejudicial “à moral e boa conduta da sociedade” (página não numerada).

Assevera-se com isso que a moda era um dos assuntos mais questionados na revista, pois vários artigos criticavam o novo vestuário feminino, como o que segue abaixo, no ano IV, nº 73, julho de 1926, até mesmo quando sem autoria:

Vestidos excessivamente curtos, decotes, braços desnudos, cabelos cortados á la garçonne, senhoras e senhoritas passam descuidadas, sem mais serem distinguidas, na turbamulta, pelo recato das matronas de outr’ora, pelo ar grave e distinto de outro tempo. Faces vivamente carminadas, olhos e lábios fortemente pintados, todas se mostram com exageros de coquetterie. (página não numerada)

Espera-se do anonimato algo mais saliente, porém observa-se, também, que uma boa parte da sociedade capixaba não simpatizava mesmo com tais transformações na vida feminina, reivindicando a volta dos antigos costumes.

Aliás, Besse (1999) afirma que a Igreja Católica, durante as décadas de 1920 e 1940, fazia campanhas que pregavam a imagem da mulher religiosa, materna e voltada à família. A Igreja não se coadunava com as ideias de modernidade que dessem à mulher uma educação menos secular e assim permitisse por exemplo que ela trabalhasse fora.

A imagem da mulher como um ser delicado e ludibriável, percorria as páginas da **Vida Capichaba**. Muitos artigos criticavam as liberdades que as mulheres

havam adquirido com a modernidade, afirmando que estas estavam as levando a comprometerem suas bondosas e gentis naturezas. Um exemplo foi o artigo publicado em março de 1928, ano VI, nº 115, também sem autoria, que falava da crescente criminalidade feminina nos Estados Unidos:

É raro o dia em que os fabulosos jornaes de Nova-York, não trazem varias historias de assassinatos commettidos pelas mulheres. A justiça norte-americana, essa mesma justiça, amavel e risonha que de quando em vez nos apparece no cinema, esta alarmada com esse phenomeno. Um juiz, estudando a questão, affirma que a causa dessa erupção no doce coração da mulher, vem do excesso de liberdade que ella desfruta na riquissima terra de Wilson e Dempsey... isso no que da a ridicula campanha do feminismo.(página não numerada)

No texto, o autor é explícito na condenação das liberdades femininas e lutas feministas, deixando claro que o feminismo era uma péssima influência para a mulher, corroborando a ideia de que a mulher deveria ter seu papel social restrito ao lar.

Aliás, o feminismo era um dos assuntos mais polêmicos que circulou pela revista principalmente nos anos de 1920 e início de 1930. Vários artigos criticavam tal movimento, afirmando que seu objetivo era apenas masculinizar a mulher e tirar-lhe os atributos mais característicos, a feminilidade e a doçura. O mais interessante dessa constatação é que muitos artigos que censuravam o feminismo eram escritos por mulheres, como o artigo publicado no ano III, nº 57, de novembro de 1925, assinado por *uma* tal de “Lúcia” (não indicou o sobrenome) que dizia não tolerar as mulheres que se entregavam à ridícula campanha de reivindicações femininas, pois acreditava que elas, de modo geral, não queriam senão a adoração e o culto dos homens. Para essa colaboradora,

a mulher, para o homem moderno, que se esforça pela criação de ambientes para a sua nevrose de beleza, ainda está encantada, ainda é a suave e linda princeza de seus castellos de fada. Não queremos ser desencantadas pela hedionda feiteceira do suffragismo, espigado e loiro como as professoras inglezas...Perderíamos nosso grande prestigio.Os ideaes femininos de emancipação política pretendem nos ridicularizar na mais chata vulgaridade. As mulheres de espírito devem lutar contra a grosseria desses propósitos (página não numerada).

Logo, subentende-se que a autora acreditava que as mulheres deveriam permanecer como “deusas da beleza”, adoradas e mimadas pelos homens como princesas de contos de fadas, renegando a necessidade feminina de qualquer atividade intelectual e política. Isso reforça a noção daquilo que o casamento

deveria representar para a mulher. Segundo muitos autores da época, a luta pela igualdade entre os sexos era injustificada e desnecessária, já que a mulher em sua casa tinha “quase” a mesma autoridade do marido, mesmo que na lei ela não a tivesse. E uma das justificativas para as mulheres permanecerem submissas aos homens e desejarem o casamento era a educação, pois elas seriam destinadas a dar continuidade ao ciclo casar, ter filhos e ser uma boa esposa. Esse perfil de mulher também era considerado moderno, porque ela era livre para ser boa consumidora e cuidar do corpo, mas precisava continuar presa, intelectual e socialmente, aos mesmos padrões de vida de suas mães e avós (SERPA, 2003).

A educação feminina era um tema recorrente na revista **Vida Capichaba**, apresentando matérias a favor de uma educação voltada para a formação de mulheres que pudessem exercer a função de donas de casa asseadas e mães dedicadas, além de aulas de formação profissional que eram voltadas para a carreira de magistério ou serviços de secretária; até porque outras funções eram consideradas indignas. Geralmente, as escolas eram separadas por sexo, pois se acreditava em que isto pudesse evitar a depravação entre homens e mulheres.

A **Vida Capichaba** exaltava os novos projetos educacionais no Espírito Santo, salientando a importância da educação feminina e da formação de professoras para o crescimento do Estado. Entretanto, era uma preocupação das políticas públicas, expressa nas páginas da revista, que as mulheres se instruissem, mas não se deixassem contaminar pelas ideias modernas, consideradas nocivas à sociedade. Na edição da revista **Vida Capichaba**, ano VI, nº 126, março de 1928, por exemplo, encontra-se a confirmação de tal assertiva, quando explicita que a “educação feminina da mulher é mais cuidadosa e mais cercada de ternos desvelos e circunspeção, a que seu sexo nos obriga pelo que ella representa de honra, como symbolo de pureza”(página não numerada).

Com o desenvolvimento da educação feminina e a visibilidade que a mulher recebeu da imprensa, a questão do voto feminino gerou muitas controvérsias e discussões em toda sociedade. Para a maioria da população que se ligava aos modelos de modernização europeia, o voto feminino poderia ser implantado no Brasil, mas com a condição de que isso se limitasse a um determinado grupo de mulheres, as solteiras ou viúvas que não tinham mais no casamento uma das tarefas primordiais. O artigo de Oswaldo Poggi, publicado em setembro de 1924, afirma que “as mulheres casadas, a bem da ordem familiar, que é a base da ordem social, não devem caber taes direitos” (página não numerada), o que era uma demonstração clara de que a sociedade ainda não estava preparada para aceitar a inserção das mulheres na política. Argumentos como os tais, que desmerecem a capacidade de discernimento feminino, não contribuíam para elevar o debate nem para conceder às mulheres o direito do voto. Para Poggio, a ideia de a mulher votar não seria totalmente arbitrária, mas não podia ser aceita sem discussões. Por outro lado, contraditório e inseguro no que afirmava, Poggio dizia que

...no regimen republicano consagrado na Constituição de fevereiro de 24, a supremacia do marido sobre a mulher, de tal sorte que esta, pelo facto só do casamento, soffre uma diminuição de autoridade... É verdade que a diminuição a que me refiro, esta muito attenuada e que a mulher se acha no lar, quasi egual ao marido, de tal sorte que Clovis Bevilacqua na sua bella obra Direito de Família qualificou essa situação de systema equalitario (página não numerada).

Com isso, observa-se que o voto feminino foi um dos assuntos mais polêmicos da revista **Vida Capichaba**, pois os intelectuais, políticos e outros colaboradores que escreviam na revista, temiam que a participação da mulher nas suas questões as afastassem do que deveria ser o centro de suas vidas, a família. A concepção mostrada pela **Vida Capichaba** era que as mulheres não tinham maturidade suficiente para entender a complexidade política nem discernimento para escolher candidatos. Manifestações desmerecendo as mulheres e a sua capacidade de voto, como a transcrita, são apenas um dos exemplos das discussões que eram feitas nesse período da **Vida Capichaba** o voto feminino.

O voto feminino foi conquistado em 1932, através da criação do Código Eleitoral que determinava voto obrigatório para as trabalhadoras do setor público e facultativo para as demais mulheres. O voto feminino era apenas uma das tantas lutas que as mulheres travariam por igualdade de direitos, embora seu ingresso no ensino superior, por exemplo, tenha sido permitido a partir de 1879. No decorrer da história, especialmente da brasileira, elas foram galgando espaços à medida que se organizavam por afinidades de interesses e reivindicações. Apesar de tantas dificuldades e problemas que sempre circundaram o mundo feminino, a revista procurava ainda assim enfatizar muito mais a libido, a vaidade e o mito fantasioso das mulheres num período definido como moderno, do que tratar dos problemas e da dura realidade da maioria das brasileiras, que viviam na mais completa submissão.

A concepção de que a mulher teria sua natureza voltada para as emoções, o culto à beleza, o casamento e a maternidade perseguia o imaginário sobre as mulheres capixabas, normatizando seus comportamentos. A ideia de uma mulher frequentadora das rodas de intelectuais, lendo grandes autores e cientistas, poderia ser discriminada e até mesmo intolerada, pois fugia daquele modelo que se queria de “boa mãe, esposa, educada”.

Segundo Besse (1999), as mulheres que não demonstrassem uma imagem de modernidade eram submetidas ao escárnio e ao ostracismo social. Já aquelas que encarnassem totalmente as ideias modernas de emancipação social, econômica e sexual, eram vistas como imorais e estereotipadas. Assim, as mulheres deveriam cultivar a aparência moderna e, ao mesmo tempo, conservar “qualidades femininas” como delicadeza, recato, simplicidade, gentileza e fragilidade,

portanto, apesar de a revista incentivar a participação das mulheres intelectuais, durante a década de 1920, empreendendo discussões de temas como a questão do voto, do trabalho feminino, da saúde e da educação, o conceito primordial da **Vida Capichaba** sobre as mulheres era o de seres etéreos, cultivadores dos valores espirituais e familiares.

### **A imagem da mulher nas décadas de 1930 e 1940**

Com o fim da “Revolução de 1930” e o advento do Estado Novo, tornou-se imprescindível para a instalação do novo programa de governo a ideia de que a modernização deveria passar pela centralização política e pela expansão gradativa das temáticas de interesse público que defendiam uma ampliação das políticas sociais voltadas para as esferas que antes eram consideradas privadas.

Para legitimar a intervenção do Estado nas relações interpessoais, os profissionais e as autoridades políticas insistiram na concepção de que a família era à base da sociedade e da organização política. Sendo assim, era necessário ao governo reestruturar a família, para isso a mulher se tornou alvo de campanhas e políticas que afirmavam a importância da mulher no bom funcionamento da família.

Os responsáveis pelo novo governo estavam cada vez mais preocupados com o crescimento do trabalho feminino nas camadas operárias urbanas e com a divulgação dos ideais emancipatórios femininos na pequena elite urbana e nas classes médias, pois acreditavam que para consolidar o Estado era preciso remodelar as relações de gênero no Brasil de acordo com o modelo da família burguesa européia (Besse, 1999).

As liberdades urbanas adquiridas na década de 1920, principalmente para as mulheres de classes alta e média, com o crescimento das oportunidades educacionais aliado ao incipiente mercado de trabalho que se abria às mulheres no setor de serviços, fomentaram, entre os administradores públicos e profissionais liberais, uma prerrogativa de desordem social.

Sendo assim, os jornais e revistas dos anos 1930 exibiam charges e caricaturas que mostravam o mundo de “cabeça para baixo”, ridicularizando a suposta feminização dos homens e a masculinização das mulheres. As charges eram uma forma utilizada para satirizar os ideais de modernização do comportamento feminino e, certamente, provocar uma mudança na maneira de vestir da mulher. Apesar disso, afirma-se que a formulação de políticas públicas relacionadas à questão de gênero durante o governo de Vargas fazia parte de um projeto ideológico que pretendia motivar o crescimento econômico mantendo certa estabilidade social, quando a redefinição do sistema de gênero tornou-se parte vital na consolidação das reformas modernizadoras pretendidas pelo governo (BESSE, 1999).

A preocupação com o papel social da mulher e a pressão de um pequeno grupo de mulheres profissionais e intelectuais que lutavam pela participação política feminina ajudaram na aprovação do voto feminino, em 1932, pelo Congresso Nacional. Quando algumas mulheres chegaram até mesmo a vencer eleições municipais. Entretanto, o voto ficou restrito às mulheres acima de 21 anos e alfabetizadas, o que excluía a maioria delas. Para Besse (1999), elas conquistaram o direito à cidadania, mas na prática, devido às tradições políticas autoritárias, poucos cidadãos podiam exercer plenamente seus direitos e, até por isto, as mulheres eram incentivadas a não exercê-los caso interferissem na vida familiar. Inclusive, a própria Constituição de 1934 revelou-se como uma ratificação do papel social que deveria ser seguido pela mulher, pois em seu texto havia a manutenção da proibição do divórcio, o que atrelava a vida da mulher ao casamento e à família.

Em 1937, com o estabelecimento do Estado Novo, no qual Getúlio Vargas assumira o papel de ditador, coroando assim um modelo de Estado cooptador e autoritário, o governo passou a recorrer a instituições e profissionais especializados no planejamento social para que estes elaborassem políticas públicas que gerassem um ordenamento social. Políticas se amparavam em conceitos conservadores, sendo estimuladas pela Igreja Católica e apoiadas pelas forças armadas.

A Igreja Católica, nos anos de 1930, procurava reavivar a sua influência na sociedade civil, mediante a propagação de instituições e publicações. Dentre as instituições destacavam-se a Confederação Católica, a Ação Universitária Católica, a Juventude Operária Católica, a Liga Eleitoral Católica. Esse movimento foi apoiado pelo governo varguista e por setores da elite brasileira. Além disso, a imprensa emprestou suas páginas para a divulgação dos ideais católicos de família, pois, segundo a Igreja Católica e a sociedade em geral, uma “família cristã” seria aquela na qual a mulher valorizasse a castidade e o sacramento do matrimônio. Um exemplo da participação da imprensa capixaba nesse instituto foi a crítica feita por Ruy Diniz, na revista *Vida Capixaba*, ano II, nº 17, em fevereiro de 1924, quando criticava a influência do cinema no comportamento das mulheres do Espírito Santo. Para ele, as mulheres frequentavam demasiadamente o cinema, sendo que deveriam mesmo era voltar as costas para ele e seguir mais os ensinamentos da Igreja. O cinema era interpretado como um mecanismo de corrupção da mulher e, por isso, ela estaria mais segura se permanecesse na Igreja, escutando os ensinamentos do padre e levando uma vida santa como a de Maria.

Por seu turno, o Estado Novo também utilizou o poder da Igreja Católica para efetivar seus ideais de modernização e controle social. Segundo Besse (1999), a cooptação das mulheres pelo poder público baseava-se na ideia de que

as mulheres tinham ascendência sobre os homens, o que as tornava elementos importantíssimos para o controle estatal. De maneira simultânea, a educação, que foi um dos aspetos mais visados pelo governo para a normatização do comportamento feminino, principalmente a ministrada nas escolas católicas, era fundamental para afastar influências modernas, consideradas corruptoras das mulheres. Por isso, nas escolas públicas foi implantado o ensino religioso; até porque a educação poderia levar a mulher aos conceitos científicos que simbolizavam os da modernidade, enquanto que se fazia necessário enaltecer o papel feminino perante o casamento.

Na imprensa, a imagem feminina também sofria modificações, pois, com as perseguições políticas e com a forte fiscalização do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), as publicações mais direcionadas às mulheres, que durante a década de 1920 apresentavam polêmicas e discussões sobre a função da mulher na sociedade, voltar-se-iam para temas mais mundanos a partir da década de 1930, principalmente depois de 1937, afastando-as dos questionamentos políticos.

Para Buitoni (1981), a imprensa feminina da década de 1930 e 1940 se limitou a assuntos considerados femininos como moda, beleza, crianças, dentre outros. Além de alguns textos literários de cunho lírico ou pseudoliterários. Reportagens e entrevistas quase não apareciam ali e a relação da imprensa feminina com os discursos e as ações políticas eram pouco frequentes.

Assim sendo, a imprensa também foi claramente utilizada pelo Estado como forma de doutrinar as mulheres em suas relações amorosas. Houve uma ampliação de textos, nas revistas ilustrada e em outros tipos de publicações, que exaltava o papel social da dona de casa e da esposa como o “único caminho para a verdadeira felicidade e realização pessoal”, afirma Besse (1999, p. 78). Essa literatura normativa criava expectativas e modelos de comportamento que deveriam ser inseridos no cotidiano feminino, como no texto “Se a palavra é de prata o silencio é de ouro”, publicado pela revista **O Cruzeiro**, em 11 de 1935, na página 32, a seguir apresentado:

Não fale com seu marido senão quando elle terminar de barbear-se ou escovar os dentes. Não o importune quando estiver se barbeando; para o homem o vestir-se e barbear-se é como a celebração de um rito que a mulher não deve interromper. Lembre-se de que o mais eloquente dos homens é calado de manhã. Prepare a mesa para a primeira refeição de maneira que seu marido sente-se a ella com prazer. Não esqueça de collocar o cinzeiro ao lado do talher. Não o interrompa quando elle ler o jornal; não lhe faça perguntas. O esposo, ou fala por si, sem que o interroguem, ou prefere conservar-se calado. De quando em vez procure provar-lhe que você estava sem razão. Se seu esposo tem algum hábito ou preferência especial, procure satisfaze -lo sem insinuar que você assim procede por fazer-lhe a vontade. Não fale

em demasia dos amigos delle, mas também não os esqueça. Aprenda a cosinhar. Não diga que só cosinha para elle e sim para ambos. Não prepare muito amiudadamente seus pratos favoritos. Não ande de chinellas, nem mesmo na cosinha. O bom humor da esposa é um repouso para o marido. Não se queixe. ...O marido vê o vestido de sua esposa, e, não a alma. Mude de vestido diariamente, se possível. Se o guarda roupa que possui não for abundante, varie o toilette com uma golla nova, uma gravata, um collar. Nunca appareça a seu marido com um vestido que não ousaria exhibir às visitas. ...Respeite a profissão e tempo de seu esposo. Quando seu esposo voltar à noite do emprego deve sentir a impressão de que você o esperava com impaciência. Elle terá prazer vendo que você fez todos os arranjos necessários e que pôde sentar-se à mesa (p. 32).

O texto, na seqüência, sugere que as mulheres evitem ficar doentes e chatear seus maridos com os problemas do cotidiano doméstico, além de não deverem demonstrar sentimento, principalmente o de ciúmes em relação a outras mulheres. Esse ideal da boa esposa era a maneira de evitar maiores dificuldades nos casamentos. A fórmula era colocar a mulher no papel de uma serviçal disponível ao marido, disposta a aceitar e concordar com a submissão e, ainda, manter sempre um sorriso nos lábios. (SERPA, 2003)

A imprensa desse período assumia um tom professoral e as revistas da época ditavam as normas de comportamento para as boas moças e mulheres virtuosas. Assim, mesmo dentro de um compasso do crescimento urbano social que colocava em conflito costumes e tradições mistas e desiguais, a imprensa procurava direcionar a mulher para aquele padrão desejado pela sociedade conservadora brasileira.

Seguindo as normas da imprensa brasileira, nos anos de 1930 e de 1940, a revista **Vida Capichaba** passou por modificações em sua editoração e linguagem. A publicação tornou sua escrita mais coloquial, mais direta ao público, além de ampliar os números de charges, fotografias, caricaturas; ainda assim com as críticas à política e à sociedade ficando mais brandas. Não obstante a isto, de acordo com Del Priore e Venâncio (2001), tal período também foi marcado por uma sensação de otimismo, pois a sociedade acreditava no crescimento econômico brasileiro e se maravilhava com as grandes produções *hollywoodianas* que incentivavam a criação de sonhos. As estrelas do cinema norte-americano firmaram-se como modelos de beleza a serem seguidos, havendo uma verdadeira adoração a suas musas. O texto abaixo, que não apresenta autoria, datado de 1930 (ano VII, n.º 68) e publicado na revista **Vida Capichaba**, confirma essa expectativa.

Carta a Greta Garbo... (...) há muito tempo eu desejo escrever a você uma carta. E quando há um mez mais ou menos, eu ia realizar emfim o meu desejo, soube que

um rapaz no Rio, por intermedio de <<Para Todos>>, enviou a você uma porção de phrases bonitas. Eu fiquei muito zangado, fique certa. Mas, aqui em Victoria – essa linda cidadezinha onde se fala tanto da vida alheia – você tem, além de mim, outros admiradores platonicamente violentos. Um deles é o poeta Almeida Cousin. [...] Você Greta Garbo, é a artista mais interessante do cinema. Nem mais bonita nem feia. Original. Exquisita. Curiosíssima (página não numerada).

Na revista **Vida Capichaba** nota-se então que tais produções ganhavam cada vez mais espaço com colunas sobre o assunto, a exemplo das “Notas de Hollywood”, cercadas de fotos com as últimas fofocas sobre os astros do cinema. Segundo o periódico, cinema e beleza se confirmavam como os assuntos favoritos das mulheres, enquanto estimulava tal culto com a promoção de concursos que incendiavam a sociedade capixaba, sendo estes corriqueiros na revista. Premiavam “os olhos mais bonitos”, a “maior beldade capixaba” e ainda existiam aqueles que eram mais satíricos como o que escolhia o “rapaz mais feio”, por exemplo. Outro tema muito abordado nesse período era o carnaval, com muitas fotos e matérias falando sobre os acontecimentos que cercavam o evento, mostrando as fantasias, as modinhas (música) e cobrindo as festas nos clubes capixabas. Observa-se, com isso, que na coluna “Feminea” os eventos sociais, bem como os costumes, eram retratados para que as mulheres pudessem se orientar de acordo com aquilo que a *priori* já lhes era determinado.

Mesmo assim, com tão forte caráter conservador, esse veículo de comunicação abriu suas edições para a publicação de textos escritos por mulheres e uma das pioneiras foi a intelectual capixaba Haydée Nicolussi, conhecida no Estado pelo seu posicionamento político de esquerda e suas atitudes consideradas “muito modernas” para a maioria da população. No campo literário, chegou a ganhar um concurso de contos na revista **O Cruzeiro**. Para salientar sua verve, basta lembrar de que ela foi uma das companheiras de cela de Olga Benário durante a ditadura de Vargas. Segundo Ribeiro (1996), a capixaba viveu como uma genuína revolucionária do século XX.

Importante frisar que Haydée fora uma das exceções, pois na revista os artigos escritos por mulheres eram, em sua maioria, voltados para a poesia, contos e moda. Algumas seções, como “Vida Ociosa” e “Feminea”, quando muito falavam sobre profissões que, para as pessoas da época, poderiam ser exercidas por uma mulher, como o ensino, mas ditando o que seria uma boa educação e a conduta esperada das professoras. Outros textos escritos por mulheres tematizavam o amor, mas usualmente elas usavam pseudônimos na hora de assinar seus artigos, talvez por medo de represálias.

A revista **Vida Capichaba**, dentro da sociedade capixaba, realizou o papel de mediadora entre o espaço público e o privado, pois ao mesmo tempo em que

pregava uma mulher submissa e boa mãe acabava por mostrar exemplos de mulheres mais emancipadas ou mesmo situações em que elas apresentavam certa autonomia e igualdade intelectual com os homens. A exemplo disto, tem-se o caso dos artigos sobre o feminismo, que, para a sociedade capixaba da época, era um dos assuntos totalmente novos e inusitados.

Isso causou um conflito entre a imagem que se queria da mulher burguesa e os exemplos repassados pela publicação. A revista **Vida Capichaba**, portanto, também foi o retrato de uma época e m que se lutava pela modernidade dos costumes, rompendo-se com muitos dos valores tradicionais. Mesmo que, em tal contexto, as mulheres tenham sido alvo de discursos, principalmente por parte da imprensa, que procuravam normatizar seus comportamentos, acreditando que assim transformariam o Brasil num país civilizado e moderno, como a Europa e os Estados Unidos, o que se notou ali foi um conflito entre as ideias modernas e os velhos hábitos da cultura brasileira, ligados ao conservadorismo moral, quando as mulheres puderam exemplificar, por meio dos vários antagonismos que cercavam suas condutas, como se davam os mais variados paradoxos.

## Referências

BARRETO, Sônia Maria da Costa. “A identidade da normalista retratada pela revista Vida Capichaba nos anos de 1920”. In. FRANCO, Sebastião Pimentel;

SILVA, Gilvan Ventura da; LARANJA, Anselmo Laghi (orgs.) **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor&Cultura , 2004, p. 69-77.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BITTERCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo**. Vitória: Edit, 1998.

BUTTONI, Dulcilia Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Editora Loyola, 1981.

BURKE, Peter. **História social da mídia**. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CARVALHO, Kátia de. **A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20**: um sistema de informação cultural. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include.getdoc> Acessado em 15 de novembro de 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Ephraim Ferreira Alves 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. A cultura no Plural. Campinas: Papirus, 1995.

DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. **História de ouro do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. IN: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. V. 3. São Paulo: Cia das letras, 1998.

MAUAD, Ana Maria. **Estudo da imprensa ilustrada brasileira (1930-1960)**. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/labhoi/pdf/ofic2.pdf>> Acessado em 06 de julho de 2004.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Literatura no Espírito Santo**: uma marginalidade periférica. Vitória: Nemar, 1996.

RODRIGUES, Marly. **O Brasil na década de 1920**: os anos que mudaram tudo. São Paulo: Ática, 1997. (Série Princípios).

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Vida Capichaba**: o retrato de uma sociedade – 1930. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História do Centro de Estudos Gerais: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

SERPA, Leoni Terezinha Vieira. **A máscara da modernidade**: a mulher na revista O Cruzeiro (1928/1945). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História: Universidade de Passo Fundo, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. v.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 369-370.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Wagner de Oliveira Brandão. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ZANOTTI, Daniella; GALLETTO, Patrícia; PONTES, Fernanda e FRANÇA, Ceciana. “O Espírito Santo em revista”. In. MARTINUZZO, José Antônio (org.). **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p. 349-392.

**MULHERES  
INTELECTUAIS  
CAPIXABAS**

# MULHERES INTELLECTUAIS CAPIXABAS: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE, ESCRITA E PODER (1920 a 1930)

Lívia de Azevedo Silveira Rangel<sup>1</sup>

O anseio de estudar as mulheres capixabas que participaram ativamente da vida intelectual e artística do Espírito Santo, no início do século XX, apresentou-se desde o primeiro momento como um desafio. O desafio imposto foi tanto de ordem documental quanto conceitual. Documental, porque a divulgação da produção artístico-literária dessas mulheres foi fragmentada e dispersa, sendo que pouquíssimas delas conseguiram reunir seu trabalho em livros, ficando a maior parte dessa criação desconhecida para o público e que, hoje, consiste em material inédito de difícil acesso. Conceitual, porque não escapa ao uso de categorias polêmicas de análise, que tendem a pôr em questão se existem ou não especificidades que permeiam a escrita das mulheres, relativizando termos como “escrita feminina” ou mesmo “intelectualidade feminina”. Falar, portanto, de mulheres intelectuais, no Espírito Santo ou em qualquer outra parte do Brasil, é falar de deslocamentos, de experiências e de relações de força, como os próprios obstáculos de pesquisa indicam.

Este artigo é apenas uma fração de uma pesquisa maior, dedicada a estudar os discursos feministas elaborados pelas mulheres que escreveram na imprensa, particularmente as que foram colaboradoras da revista **Vida Capixaba**. Pretende-se com este trabalho dar alguma visibilidade à presença desse grupo na sociedade capixaba do início do século, o qual, por um longo tempo, foi negligenciado pela historiografia tradicional de âmbito local. Em todo caso, as mulheres que se envolveram com práticas intelectuais, políticas e literárias, na capital capixaba, não devem ser revisitadas como heroínas, nem sequer como personagens excepcionais que adotaram posturas à frente do seu tempo, pois elas foram mulheres de carne e osso que desbravaram territórios e superaram expectativas e que, acima de tudo, dialogaram com seu tempo histórico, com as questões de sua época (VARIKAS; RIOT-SARCEY, 1988).

Esmiçar as características que cercaram o grupo de mulheres intelectuais capixabas é, antes de tudo, levar em consideração algumas questões conceituais que podem ajudar a compreender o modo como as mulheres, no Espírito Santo, assumiram a posição de sujeitos de sua própria história. A primeira delas

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do CNPq. Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (UFES).

compreende a noção de “escrita feminina”, vinculada à prática intelectual de algumas capixabas. Já a segunda diz respeito diretamente ao conceito de “intelectual” enquanto uma posição específica ocupada e evocada pelas mulheres como portadoras de um novo lugar de fala e de intervenção.

### **Trafegando em terreno polêmico**

Constantemente, expressões como “produção literária feminina”, “literatura feminina” e “intelectualidade feminina” são empregadas para definir um espaço de produção textual alimentado por mulheres escritoras. O fato de o vocábulo “feminino” reunir atributos que o tornam quase uma propriedade visceral das mulheres, impregnando todas as dimensões das suas práticas sociais e discursivas, faz com que seja necessário problematizar o uso dessas categorias, uma vez que quase sempre elas remetem adissonâncias presentes nos debates sobre a pertinência ou a superação da utilidade de tais conceitos.

A adoção de tais termos, decorrentes do conceito mais amplo de “escrita feminina”, não está aquém dos debates acadêmicos que englobam uma crítica a essa categorização. Nas últimas décadas, essa tem sido uma discussão aquecida por muitas divergências e pouca probabilidade de resultar em opiniões consensuais. Entre as teóricas feministas que problematizaram a aplicação desse conceito, algumas reivindicaram esse rótulo como sendo o único capaz de identificar um tipo de produção escrita que só poderia ser elaborada por mulheres, preocupando-se apenas com a questão da forma e do conteúdo. Tal vertente crítica pondera a questão, optando por frisar os aspectos singulares advindos das experiências vividas pelas mulheres enquanto sujeitos envolvidos no sistema de dominação patriarcal. As outras, por sua vez, opuseram-se ao uso do conceito de “escrita feminina” por o considerarem um modo de demarcação de territórios sexualmente distintos para a produção literária e intelectual. O que estas teóricas rebatem é exatamente o modo inapropriado com que o discurso normativo das diferenças entre os sexos é acessado para estatuir diferenças também na formulação de uma escrita, que passa a ser então marcada pelo gênero e, por isso, suscetível a figurar, dentro do sistema binário masculino/feminino, ao lado do discurso considerado ordinário.

Marina Colasanti (1997), uma das representantes da primeira linha de defesa, que se posiciona a favor de que as escritoras assumam a sua identidade sexual, que, para ela, é determinada pelo modo como as mulheres estiveram historicamente situadas no mundo, apoia-se no argumento da diferença para rebater a suspeita que recai sobre a escrita declarada feminina. Segundo afirma, “muitas escritoras então, buscando evitar o risco de desvalorização ao declarar

feminina sua própria escrita, preferem negar qualquer possibilidade de gênero no texto e se refugiam no território neutro de uma utópica androginia” (COLASANTI, 1997, p.37). Essa autora entende que a expressão “escrita feminina” se encontra carregada de um sentido histórico que não deve ser removido. Embora concorde que o termo também seja utilizado para excluir, linguística e culturalmente, as mulheres do campo literário oficial, Colasanti retém determinado apriorismo traduzindo-o em força motora para a escrita feminina, uma vez que representa, na história dos cânones literários, uma voz transgressora, de superação e ruptura das normas.

É perfeitamente compreensível a militância da autora no que tange ao compromisso assumido com a ideia de feminilidade em seus textos, mas o fato de não tentar desvincular a ideia de escrita feminina da categoria sexual, cria sérias dificuldades para a elucidação de algumas assimetrias que permeiam a prática literária e intelectual de homens e mulheres, determinadas pelas construções socioculturais de gênero. Rita Schmidt (1995), ao repensar o espaço da autoria feminina, avança um pouco mais, na medida em que ao menos coloca em questão o argumento de que à escrita feminina deve ser atribuída uma categorização sexual, portanto, essencialmente biológica. Segundo se evidencia, a “escrita feminina” refere-se ao “texto de autoria feminina escrito do ponto de vista da mulher e em função de representação particularizada e especificada no eixo da diferença” (SCHMIDT, 1995, p.189). Para ela, a escrita feminina é um ato político, já que desafia as relações de poder projetadas pelo ponto de vista normativo masculino. Fica bastante claro que essas críticas reivindicam, acima de tudo, uma linguagem subjetiva que se impõe como sendo própria do discurso feminino.

Vera Queiroz, citada por Miriam Bittencourt (2005), aparece como uma das autoras que melhor visualiza o interior dessa grande polêmica em torno da “escrita feminina”. Para ela, dois problemas essenciais se impõem. O primeiro diz respeito ao fato de que não há sustentação para a defesa da ideia de uma escrita feminina, que teria marcas estilísticas e discursivas próprias. Já o segundo desconfia de que há uma especificidade da escrita inerente às obras de mulheres, que estivesse baseada em experiências específicas a elas ou a um universo cultural próprio. Para Queiroz, as marcas da diferença de gênero desaparecem, sendo possível falar apenas em questão da autoria e da subjetividade. Se a descentralização, no ato da escrita, do sujeito nomeado como “feminino”, por um lado, prejudica, por supostamente retirar a eficácia discursiva dos sujeitos sociais, no caso, das mulheres; por outro, serve para denunciar o determinismo biológico que semeia a escrita rotulada de feminina, a qual se apoia na crença de fazer com que as marcas de feminilidade sejam aceitas como naturais.

Os diferentes pontos de vista citados acima sugerem que este é um debate que está longe de obter um desfecho definitivo. O que existem são apenas óticas mais ou menos discrepantes que, no momento, ainda se resumem no esforço de resposta à insistente pergunta: “existe uma linguagem feminina?”. Para Heloísa Buarque de Hollanda, essa é uma indagação marcada geralmente

...por um desejo de valorizar e potencializar o ‘lugar obscuro’, onde se origina e... que se apóia às leis implacáveis da racionalidade masculina ocidental. Por outro lado... é inegável que os discursos marginalizados das mulheres, no momento... em que definem espaços alternativos ou possíveis de expressão, tendem a produzir um contradiscurso, cujo potencial subversivo não é desprezível e merece ser explorado (HOLLANDA, 1992, p.59).

Por isso, as expressões, “escrita feminina” ou “produção literária feminina” e, ainda, “intelectualidade feminina”, devem ser lidas como categorias que se encontram instaladas no interior do respectivo debate, e não como conceitos desarraigados de uma visão mais ampla e crítica acerca das dissensões que sistematizaram a ideia de uma produção textual em que o sujeito da autoria se corporifica nas mulheres.

Na mesma direção, o conceito de intelectual, usado para determinar um conjunto de práticas multiformes, de efeito político, exercido não só por homens mas em escala semelhante também por mulheres, projeta-se como uma questão que esbarra na já discutida categoria de uma “escrita feminina”. Assim como esta, a noção de intelectualidade feminina é permeada por agravantes de gênero que, tradicionalmente, consideram a figura do intelectual como uma entidade estritamente masculina. A maioria das análises, localizadas no cerne do recente e ainda indefinido campo da história intelectual,<sup>2</sup> que se concentram em inscrever historicamente o discurso de uma intelectualidade, quase sempre margeia os

---

2 Genericamente, a História intelectual propriamente dita é classificada como o estudo do pensamento informal, dos climas de opinião e dos movimentos literários. Ela se diferencia da história das ideias por se ocupar do estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos. Essas são definições classificatórias cunhadas por Robert Darnton na tentativa de dissolver algumas confusões advindas da multiplicação de correntes, mais ou menos diferenciadas, comportadas no interior desse território historiográfico. Como essas são designações pouco precisas, pode-se dizer até obscuras, novos esforços têm se realizado no sentido de torná-lo um campo temático e metodológico menos movediço e ambíguo. Sônia Lacerda e Tereza Cristina Kirschner se referem a “História qualificada pelo apelativo de intelectual” como uma modalidade historiográfica que se ocupa de “práticas, agentes, processos e produtos classificáveis como intelectuais”, afirmando ainda que “o que faz de determinado tema ou determinada figura ou obra objeto de interesse de uma História que se pretende intelectual não são suas propriedades inerentes, e sim a maneira como se venha a problematizá-los”. Ver LACERDA; KIRSCHNER, 2003, p. 26.

nomes de mulheres que se destacaram como pensadoras e ativistas intelectuais de sua época. Isso demonstra não só uma preferência, que é certamente atravessada pela ideologia de gênero, validada pelos discursos institucionais, como igualmente o problema da casualidade que fez com que fossem homens, e não mulheres, os grandes artistas e filósofos, os grandes intelectuais e pensadores, a despeito de possuírem uma genialidade que nada tivesse a ver com qualidades inerentes ao sexo com que vieram ao mundo (SMITH, 2003).

Deve-se começar a perscrutar essa “casualidade”, que permite aos homens uma extraordinária vocação para a literatura, para as formulações abstratas, para as letras, enfim, perguntando-se: “Quais eram as condições em que viviam as mulheres?”. A posição que ocupavam na sociedade provavelmente deve fornecer explicações menos fiadas no discurso biológico para esclarecer o reduzido número de mulheres escritoras. Virginia Woolf examina na história, que “mal chega a mencioná-la”, e na ficção, a dupla visão das condições de existência real e literária das mulheres. Segundo constata:

Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante. Atravessa a poesia de uma ponta à outra; por pouco está ausente da história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer rapazola cujos pais lhe enfiassem uma aliança no dedo. Algumas das mais inspiradas palavras, alguns dos mais profundos pensamentos saem-lhe dos lábios na literatura; na vida real, mal sabia ler e escrever e era propriedade do marido (WOOLF, 1994, p.56).

Não seria contraproducente concluir da morte ou da ocultação de muitos talentos frente a todos esses obstáculos que, desde séculos remotos, foram impostos às mulheres, impedindo que desenvolvessem a genialidade. Qualquer centelha de criatividade, de ousadia, de individualidade, qualquer recôndita manifestação literária das mulheres ganha, na história, um significado desafiador. Não é por menos que muitos estudos têm se concentrado em investigar os aspectos de uma rede de produção literária e intelectual feminina que começa a aumentar expressivamente, na transição do século XVIII para o século XIX, na Europa. No Brasil, essas pesquisas, embora relativamente recentes, também buscam registrar a história das mulheres escritoras, incluindo-as no contexto das mudanças sociais já em andamento no decorrer do século XIX, como do aumento gradual do número de mulheres alfabetizadas, principalmente dentro das camadas privilegiadas dos setores urbanos; seguido da dilatação dos limites domésticos, que permitiu às mulheres uma vida social e cultural mais ativa.

De fato, se pode começar a tratar com menos receio a gênese de uma intelectualidade feminina, no Brasil, ela se encontra semeada nos trabalhos literários e

críticos das primeiras proprietárias-redatoras de jornais, de meado do século XIX, que foram também as primeiras mulheres a elaborarem pensamentos com base no ideal feminista. Embora, nesse período, a palavra “intelectual” ainda não tivesse adquirido um sentido específico, ali se tratando, na verdade, de um substantivo de conotação pejorativa, é possível estabelecer uma relação entre o conceito que começa a ser delineado, a partir da década de 1920, e a prática intelectual de sujeitos históricos anteriores. Para Marcos Lopes, por exemplo, “se intervir na realidade política e social de seu tempo é suficiente para caracterizar o intelectual” (LOPES, 2003, p.40), então não passa de um modismo fixar a data de aparecimento de tal personagem em fins do século XIX, uma vez que a figura do intelectual interventor, no sentido de participar ativamente em variados processos de mobilização da opinião pública, sempre existiu, “quer esses sujeitos tenham sido chamados, segundo os tempos e as sociedades, de sábios, doutos... homens de letras, literatos etc” (BOBBIO apud LOPES, 2003, p.41).

Essa se torna assim uma acepção plausível para localizar e classificar os intelectuais homens, mas e quanto às mulheres intelectuais? Sabe-se que elas sempre existiram; também, que foram perseguidas, desacreditadas, desvalorizadas, ridicularizadas, antes de conseguirem alcançar qualquer reconhecimento, no seu tempo ou na posteridade. Mesmo assim, vale o esforço de se tentar defini-las tomando como base os critérios, os métodos e as definições próprias da história intelectual.

O primeiro passo para se elucidar o mais satisfatoriamente possível a noção de intelectual, visando uma aproximação com os aspectos relativos à intelectualidade feminina, seria o de determinar qual o alcance desse termo. Para Sirinelli, duas interpretações marcam a extensão da palavra intelectual: “uma, ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra, mais estreita, baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 1996, p.242). Nas duas ideias, os grupos de pertencimento abrangem intelectuais de tipos variados, tanto o jornalista como o escritor, o erudito e o professor secundário, conjunto que também pode contar com a participação de estudantes, igualmente criadores ou “mediadores” em potencial, além de outras categorias de “receptores” da cultura. Embora a segunda acepção esteja necessariamente na dependência da primeira, a outra interessa mais aos objetivos aqui expostos, por se basear numa ideia de engajamento que pressupõe a ocupação, por parte do intelectual, de uma posição específica na sociedade em que vive, uma posição que o coloca a serviço da causa a qual defende.

Formulado dessa maneira, o conceito de intelectual parece expandir até um ponto em que os discursos e as ações das mulheres não podem mais ser ignorados, até porque não há como não notar que, dentro desses redutos de ocupação por onde se fermentasse alguma atividade intelectual, as mulheres se tornaram presenças constantes; ainda que a regra, para todo o século XIX e grande parte do século XX, continuasse sendo a do condicionamento feminino às tarefas de uma vida familiar e doméstica. Mesmo considerando que, no futuro, as mulheres pudessem despertar,

com mais frequência, o interesse dos estudiosos da História Intelectual, por um longo tempo elas certamente figurariam, na concorrência com os grandes nomes de intelectuais, como sujeitos “resgatados” do esquecimento, como indivíduos excepcionais, anômalos, que, por conta do seu sexo, não caberiam em outro grupo a não ser num grupo intermediário de intelectuais, incomparável, em produção e em originalidade, às grandes obras fruto da genialidade dos grandes pensadores.

No fundo, o que se verifica é uma tendência em interpretar o papel exercido pelas mulheres intelectuais, através dos séculos, por meio de uma visão hegemônica. Essa veia de análise, quando utilizada, costuma eleger a feminilidade normativa como uma essência natural da mulher, classificando como transgressora toda e qualquer atividade que escape às regras impostas pela estrutura patriarcal da sociedade. Essa interpretação, no entanto, não encontra total correspondência com o modo de muitas mulheres, no passado, assumirem a sua posição como sujeitos detentores de um discurso público.

De acordo com Smith, nem a história tinha claramente um gênero, em princípios do século XIX, “nem as mulheres intelectuais situavam-se de maneira plena como parte do universo feminino”. Como mulheres, elas estavam além do círculo de cidadania, mas, como intelectuais, “elas próprias excluía-se ou afastavam-se das definições de feminilidade” (SMITH, 2003, p.115). Diante dessa constatação, pode-se até conjecturar que tal afastamento tenha decorrido de uma estratégia das intelectuais para circular com menores entraves por entre a comunidade intelectual masculina, o que não anula a possibilidade desse alheamento ter se dado de forma menos voluntariosa, como uma consequência direta do confronto que essas mulheres travavam, por meio do seu trabalho intelectual, com os padrões e as leis que regiam a feminilidade normativa. De qualquer modo, é preciso superar essa perspectiva, e uma das saídas é abordar os “casos isolados” não como exceções mas como a parte visível de um iceberg, refletindo criticamente quanto às condições sociais que produziram mulheres “excepcionais” (VERGARA, 1999).

### **Intelectualidade feminina capixaba: espaços de sociabilidade**

Na expectativa de que a discussão até aqui tenha sido suficiente para localizar as mulheres num cenário já previamente definido acerca do conceito de intelectual, deseja-se, para fins de uma aproximação zelosa com o objeto, identificar por meio de quais espaços de sociabilidade a intelectualidade feminina capixaba conseguiu se articular, forjando, no início do século XX, novas redes de filiações e mesmo de ruptura de ideias.

No caso do Espírito Santo, o “pequeno mundo” intelectual composto somente por mulheres, visto como um grupo aparentemente coeso, só encontrou condições efetivas de se forjar, no decorrer da década de 1920. Essa previsibilidade temporal, que não abrange os anos finais do século XIX nem a primeira década do século XX,

se apoia na descrição fornecida por Sirinelli (1996) sobre o modo como a engrenagem de organização dos intelectuais opera no meio social. Segundo seu raciocínio:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 1996, p.248).

Ao falar em “sociabilidade”, o autor se refere, exclusivamente, aos laços que unem o núcleo de intelectuais como um espaço que, mapeado, se reveste de um duplo sentido. Aquele contido na ideia de rede, que são estruturas organizacionais dessa sociabilidade, e aquele que, para além de um espaço “geográfico”, atribui sentido às relações “afetivas”, que determinam os grupos de afinidades. Afirmar, portanto, que o grupo da intelectualidade feminina capixaba surgiu no entremear da década de 1920, e não anteriormente, respeita a proposição de Sirinelli quanto à ideia de que, para se formar certo conjunto de intelectuais na paisagem ideológica de qualquer período histórico, é necessária a existência de lugares sociais que possibilitem a fermentação e a circulação de ideias. Salões, cafés, academias, escolas, revistas são lugares de aprendizagem e trocas intelectuais.

Considerando que, em Vitória, algumas dessas redes de sociabilidade só surgiram, ou só passaram a interferir no meio intelectual capixaba, nas vésperas ou nos primórdios do século XX, não é de se espantar que as mulheres intelectuais tenham sido mantidas fora desses espaços institucionalizados por longo tempo. Não obstante, ainda que no século XIX, o microcosmo intelectual feminino tenha encontrado ocasião de se desenvolver, com a abertura da primeira escola secundária para as mulheres,<sup>3</sup> foi somente no decorrer dos anos 1920 e 1930 que elas

---

3 O Colégio Nossa Senhora da Penha, também conhecido como Escola Normal, foi a primeira instituição de ensino secundário fundada para atender, exclusivamente, a demanda feminina por educação. Em 1878, formou a primeira turma de normalistas, que iria atuar no ensino primário das escolas locais. A abertura desse colégio representou para as jovens estudantes não só uma oportunidade de seguir adiante numa profissão mas inaugurou ainda um espaço de encontro cotidiano que ajudava a forjar esses laços de sociabilidade que fortalecem o nascimento de novas veias intelectuais. Tanto no seio do professorado quanto no corpo estudantil emergiram nomes que se notabilizaram no ofício das artes e da cultura letrada capixaba. O Colégio Nossa Senhora da Penha foi, num primeiro momento, a primeira instituição que acomodou um contingente de mulheres intelectuais que se empenhava em diversos tipos de atividades, inclusive expandindo sua atuação até os trabalhos jornalísticos da imprensa. Ainda no século XIX, tornou-se notável o papel intelectual de mulheres como Adelina Lírio, Otávia Molulo, Candida Pessanha Póvoa, Elisa de Araripe Paiva e outras, todas professoras da Escola Normal, pioneiras na instauração de uma presença mais visível e assídua de mulheres em atividades de reconhecido valor intelectual. As precursoras da intelectualidade feminina capixaba, contudo, não puderam se alinhar enquanto um grupo estável e relativamente harmônico como a geração que germinou durante a década de 1920, na cidade de Vitória. Para uma análise mais pontual sobre o Colégio Nossa Senhora da Penha, consultar FRANCO, 2001.

puderam se articular como um grupo pertencente a uma matriz comum de proliferação e circulação de ideias, ainda que formado por elementos heterogêneos.

Nesse período, duas estruturas de sociabilidade concentraram a nata da intelectualidade feminina, no Espírito Santo, o Colégio do Carmo e a revista **Vida Capixaba**. O primeiro, de certa forma, serviu ao segundo, no sentido de que esse foi o berço de formação da maioria das mulheres intelectuais que, na juventude e na fase adulta, imprimiram a sua colaboração no ambiente literário e cultural promovido pela revista. Como locus privilegiado do despertar intelectual e político de uma parcela significativa das mulheres capixabas, esses dois sítios de agrupamento e fermentação das ideias “femininas” ajudaram a fundar uma categoria que, até a década de 1920, se encontrava dispersa. E, como qualquer outro grupo reunido voluntária ou espontaneamente, nesse período de agitação política e renovação dos paradigmas modernos, o pequeno mundo da intelectualidade feminina, no Espírito Santo, também possuía suas referências ideológicas, que funcionavam ora como valores fluidos ora como modelos permanentes de se pensar o mundo.

O rastreamento de algumas dessas tendências pode ser obtido por meio do próprio mapeamento das orientações ideológicas que marcaram tanto o projeto de educação dirigido pelo Colégio do Carmo,<sup>4</sup> quanto o projeto de ascensão de uma sociedade moderna levado a cabo pela revista **Vida Capixaba**. Obviamente que, na confluência dessas duas perspectivas, nem sempre prevalecia, no posicionamento político-intelectual assumido pelas capixabas, o ideário hegemônico, já que, muito frequentemente, elas reelaboravam as ideologias dominantes de maneira a redirecioná-las em favor de seus próprios interesses. Todavia alguns valores desempenharam importância fundamental na produção intelectual das mulheres capixabas. Os que mais ecoaram foram os valores católicos, inscritos na proposta educacional do Colégio do Carmo, e a doutrina positivista, presente na orientação político-filosófica adotada pelo corpo editorial da **Vida Capixaba**.

A propósito, essas eram posições ideológicas difundidas com grande aceitação por quase toda a comunidade política e intelectual capixaba. Homens e mulheres da elite estavam irremediavelmente situados na mira de influência

---

4 Em 1901, na cidade de Vitória, começou a funcionar o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sob a direção de um grupo de religiosas ligadas à filosofia vicentina, conhecidas como “filhas de São Vicente de Paulo”. Popularmente chamado Colégio do Carmo, esse estabelecimento de ensino, após ter sido equiparado à Escola Normal, em 1909, adotou como um de seus propósitos formar a mão-deobra feminina para atuar no magistério local. Praticamente todas as mulheres que pertenceram ao quadro da intelectualidade feminina capixaba, na década de 1920 e 1930, estudaram nessa instituição. De acordo com Franco, a proposta educacional desse Colégio, assim como ocorria em outras escolas religiosas femininas, era a de modelar “o caráter das alunas nos preceitos e valores morais católicos para que fossem reproduzidos em futuras famílias”. Outras informações podem ser encontradas em FRANCO, 2001, p. 235-237.

dessas concepções. Além disso, os intelectuais, dentro dos limites da sociedade local, pertenciam ou detinham laços de amizade e parentesco com a oligarquia rural, que, em aliança com a Igreja Católica, conseguia, sem muitos conflitos, internalizar os seus valores morais nos costumes e na mentalidade da sociedade espírito-santense. Desse modo, o catolicismo, no contexto capixaba, entoava o discurso religioso de maneira conciliatória à crença comtiana balizada no progresso, de modo a promover uma antiga, porém reatualizada linguagem moral e política de justificação do poder entre as classes dirigentes, sem contar que esses valores serviam, na mesma medida, para desobstruir o projeto de intervenção dos intelectuais na recriação da identidade capixaba.

No caso dos discursos produzidos pelas mulheres intelectuais, todos esses valores apareciam conjugados à ideologia feminista, característica que auxilia uma identificação mais precisa do papel exercido por elas enquanto intelectuais engajadas numa causa específica. Logo, a moral católica e o ideário positivista foram adotados, além de tudo, de forma estratégica, de modo a sustentar, dentro de um ambiente conservador, os argumentos acerca da conquista da emancipação política e social das mulheres.

Apesar de o Positivismo se opor aos dogmas católicos em muitos sentidos, ao tratarem da questão moral, eles apresentavam vários pontos de convergência, principalmente no que se referia ao papel da mulher na sociedade. Assim como a doutrina positivista, os representantes da Igreja Católica mantinham sérias reservas com relação à ideia de emancipação das mulheres. Discordavam não só da sua emancipação filosófica, porque as levaria a viver conforme a sua vontade, como também se sentiam contrariados ante a espécie de reivindicação feminina relativa à emancipação social e econômica, as quais prejudicariam os seus afazeres principais, expondo-as à vida pública. Para os católicos, e não menos para aos adeptos do positivismo, “a emancipação feminina era altamente prejudicial, pois trazia em seu cerne a corrupção da guardiã da moral e a dissolução do lar” (ISMÉRIO, 1995, p.46).

Talvez seja demasiado constatar o fato de que esses foram argumentos amplamente utilizados pela ala antifeminista, mas não excessivo concluir que muitas feministas lançaram mão dessas mesmas prerrogativas para persuadir os homens do seu potencial como colaboradoras da moral e do progresso. Algumas dessas fórmulas apelativas foram extremamente eficientes para ampliar a base de apoio do feminismo, ainda que, em determinadas situações, esses argumentos tenham servido apenas para reforçar a tradição, sem alterar significativamente as relações de gênero.

Por outro lado, todo o contexto ideológico que cercou as condições de produção das mulheres no ambiente intelectual capixaba – tenha esse intelecto

sido fecundado dentro de uma instituição de ensino ou amadurecido no diálogo com a imprensa – não teria produzido nenhuma interferência no modo isolado com que as mulheres, no Espírito Santo, praticavam sua intelectualidade sem as mudanças operadas nas normas de gênero. De tal modo que, à medida que avançava a década de 1920 e as deficiências culturais, econômicas e políticas das mulheres tornavam-se surpreendentemente mais claras aos olhos dessa parcela submetida da população, menos condescendentes e mais transgressoras as mulheres intelectuais se apresentavam para a sociedade.

Certamente, as revisões nas regras referentes ao gênero na sociedade ocidental, naquele início de século, proporcionaram um melhor encadeamento ao trabalho das mulheres intelectuais, tanto que, entre as espírito-santenses, essas redefinições legitimaram a autoridade feminina na prática intelectual, quando os próprios homens (jornalistas, literatos, correspondentes do núcleo masculino da intelectualidade local) ajudaram a fortalecer, por meio de divulgação, o grupo das mulheres intelectuais capixabas.

Assim, em 1927, lia-se, num importante jornal capixaba, um artigo escrito por João Calazans que apresentava “A Atual Intelectualidade Feminina Capixaba” como um grupo seletivo e extraordinário, composto por sete ou oito representantes atuando no domínio das letras. O artigo chamava a atenção, especialmente, para os reveses que essas mulheres tiveram que enfrentar para se afirmarem como poetisas e escritoras, sobretudo, em sua terra natal, tendo muitas delas seguido caminhos alternativos, fora do Estado, para perseverarem no ofício (NOVAES, 1999). No ano seguinte, em 1928, publicava-se, na revista **Vida Capichaba**, uma página inteiramente dedicada a esse grupo, intitulada “Honra ao merito – Intelectualidade Feminina Espírito-Santense”, numa disposição gráfica ornamentada com flores e fotografias das seis homenageadas, distinguidas por prenome, sobrenome e estado civil (se senhoras ou senhoritas). Eram elas: Guilly Furtado Bandeira, IlzaEtienneDessaune, Carolina Pickler, Haydée Nicolussi, Maria Antonieta Tatagiba e Maria Stella de Novaes.<sup>5</sup>

Somados ao grupo citado, outros nomes figuraram em nota anterior, publicada na mesma revista, em 1927, como Consuelo Salgueiro, GenyGrijó, Maria Magdalena, Indá Soares e Odette Furtado, que constavam igualmente como representantes da intelectualidade feminina, em Vitória, sendo algumas colaboradoras mais assíduas e outras intermitentes da revista **Vida Capichaba**. Além dessas, em estudo feito pelo pesquisador Francisco Aurelio Ribeiro sobre a literatura feminina capixaba, adiciona-se, ainda, referência a outras intelectuais atuantes como escritoras e poetisas, tais como Lydia Besouchet, Judith Castelo Leão, Virgínia Gasparini, Ida Vervloet Finamore, Sílvia Meireles da Silva Santos e Júlia Lacourt Pena (RIBEIRO, 2003).

---

5 Revista **Vida Capichaba**. Vitória, n. 110, 2 de fevereiro de 1928.

Esse elenco certamente contava com outros nomes, talvez menos consagrados, contudo, altamente significativos para a compreensão do espaço intelectual ocupado pelas mulheres, durante a década de 1920. Em todo caso, independente dos números, o que os registros proporcionam, além da possibilidade de constatar o conjunto crescente de referências, na imprensa, a respeito da qualidade intelectual da mulher, é uma delimitação mais precisa de qual grupo social a presente pesquisa deseja atingir: o que importa aqui é realçar que ele se encontrava em “transição entre os dois mundos, [do] machista e conservador... [para] o feminista e moderno” (RIBEIRO, 2003, p.53).

Tal ponto de vista, além de favorecer e embasar os propósitos deste trabalho, ajuda a elaborar uma série de reflexões que perpassam o lugar ocupado pelas intelectuais no cenário urbano vitorriense, permitindo pensá-las não só como personagens que figuraram periodicamente nas páginas das revistas mas também como produtoras assíduas de discursos construídos num momento histórico específico, localizado no interstício entre um projeto de mundo ocidental moderno, dito civilizado, e uma realidade brasileira e regional, ainda calcada em estruturas e princípios bastante conservadores.

O mesmo ponto auxilia também a operar com a noção de que, para elas, atuar nesse espaço de transição significava se mover por meio de atitudes e posicionamentos conflitantes, produzidos no limiar dos papéis tradicionais femininos, frente aos papéis alternativos oferecidos pelo modelo da “mulher moderna” que, de um modo geral, opôs-se à versão frágil e intimista da mulher “toda dedicação”, inteiramente doméstica. Oscilando por essas variáveis, as intelectuais capixabas, como educadoras, artistas e escritoras inscritas no circuito feminista de ideias e práticas, devem ser interpretadas por meio desses paradoxos, gerados pela internalização de um discurso dominante em frequente confronto com as propostas um quanto liberais, nem tanto libertárias, em relação aos direitos femininos.

O espaço de interseção, embora imbuído de contrassensos e conflitos, foi igualmente decisivo no sentido de propiciar às mulheres capixabas desinstalar-se, mesmo que lenta e cuidadosamente, do rígido sistema patriarcalista de relações sociais. Incluídas agora num contexto menos restrito, embora ainda provinciano, essas mulheres puderam se deslocar ocupando espaços antes inimagináveis, dando vez a ambições frustradas por um modelo de clausura e recato, este, enfraquecido à medida que avançava o século XX. Surgia, portanto, um novo ideal de comportamento feminino, harmonizado com a experiência moderna e com a remodelação urbana, o qual as autorizava a exibirem posturas muito mais independentes, desenvoltas e determinadas, numa atitude desafiadora aos valores e às concepções arcaicas.

Houve, com isso, o desencadear de um processo inteiramente inédito, difundido e fortalecido em diferentes planos da vida pública (no ensino, no mercado de trabalho, na imprensa etc.), por meio do qual a mulher ascendia como protagonista de primeira grandeza, beneficiada pela ampliação de seu ativismo social, responsável por sua transmutação como peça-chave da nova configuração sócio-urbana.

Nesse momento, as mulheres passaram a ser abordadas como alvos prediletos de campanhas médicas, pedagógicas, civilizatórias, moralistas e publicitárias, as quais acentuavam tanto “a urgência de controlar as mulheres e moldar a família como pilar da estabilidade social” quanto alarmavam a propósito do perigo da maior liberdade feminina. Estabelecia-se aí um verdadeiro cabo de guerra entre o desejo de ver mantido o comportamento adequado a uma moral cristã-conservadora e a adesão conquistada, a cada dia, pelas imagens da mulher independente e da melindrosa sensual (BESSE, 1999).

A proliferação desses discursos normatizadores demonstrava a necessidade de erigir estratégias de controle articuladas e legitimadas por falas científicas de médicos, intelectuais e homens de estado, empenhados em amenizar as ambiguidades inerentes ao processo de modernização e de remodelação das relações de gênero, principalmente no que tange ao comportamento desinibido e pretensioso das mulheres da geração de 1920 e 1930, que não hesitavam em reclamar e, conseqüentemente, ocupar os espaços abertos pela nova ordem política, social e econômica. Assim, experimentavam as mulheres capixabas, em conformidade com as mulheres de outras regiões do país, as antagônicas possibilidades oferecidas nesse período. O desafio era o de corresponder ao protótipo da “nova mulher” sem abandonar os “deveres naturais” supostamente inerentes à condição feminina.

Assim sendo, a tensão permanente em que viviam incluía a suposta incompatibilidade entre os papéis tradicionalmente atribuídos à mulher – como a devoção materna, o casamento e as obrigações domésticas – e a opção por seguir uma carreira literária, antagonismo que se encontra sem muita dificuldade nos testemunhos impressos da época, a exemplo aqui do comentário feito em nota póstuma à poetisa Maria Antonieta Tatagiba, em 1928: “sem prejuízo de sua brilhante vocação artística, também foi uma boa esposa e excelente mãe de família”,<sup>6</sup> o que demonstra o caráter excepcional da ocupação dessas mulheres como escritoras, poetisas, romancistas, sem a necessidade de um imediato divórcio entre uma atividade e outra. Embora de maneira árdua, era preciso coordená-las, pois extremamente censurável seria que a poesia prosperasse em detrimento à maternidade.

Em contato com esses embates, as intelectuais capixabas acumularam experiências, instituíram lugares de memória e tornaram-se visíveis no cotidiano e no

---

6 Revista **Vida Capichaba**. Vitória, n. 117, 22 de março de 1928.

conjunto da vida social espírito-santense. Elas experimentaram uma existência particular reforçada pela forma mais evidente com queas contradições da modernidade nelas se manifestavam, repercutindo nas suas reações manuscritas os anseios que as preenchiam como sujeitos históricos.

Essas mulheres, no entanto, não eram personagens cultas intocáveis e isoladas do restante da comunidade social. Na superfície de uma atuação mais independente e erudita, elas figuravam nas colunas sociais de mundanidades, eram elogiadas pela beleza, pelo vestuário sofisticado, pela atitude polida, pelo bom gosto artístico e estético, perfeitas representantes que eram das camadas médias e altas da sociedade, ligadas tanto aos setores do comércio-exportador e da burocracia quanto ao grupo de profissionais liberais. Eram frequentadoras, portanto, das casas de luxo, dos cafés, dos cinemas, dos teatros, dos restaurantes, dos parques, dos clubes, dos chás-dançantes, dos jantares, dos bailes, das conferências, enfim, de todos os redutos compartilhados pelas elites urbanas ascendentes. Suas distinções, diante do conjunto de mulheres que repartiam com elas os mesmos ambientes sociais, davam-se por meio de uma notoriedade adquirida pelo talento nas artes e na produção intelectual. Dessa maneira, se correspondiam, por um lado, às normas e aos papéis prescritos pelo sistema de gênero; por outro, improvisavam novas funções, conquistadas à custa de tensões e disputas, conflitos que muitas vezes excediam aos jogos de significação e às estratégias discursivas para interferirem diretamente nas suas práticas cotidianas.

É em tal contexto que os espaços de sociabilidade ganham relevância, ao se considerar que assumiram a função de intensificar a dinâmica de reatualização do modo de vida das mulheres no interior da sociedade vitoriense, dos anos 1920 e 1930. Foi a partir da construção dos novos ambientes de lazer, do surgimento de novos meios de comunicação, da ampliação de novas esferas de atuação e improvisação que as intelectuais capixabas puderam articular suas ideias, expressando-as como reflexos das transformações socioeconômicas ocorridas de forma ampla no cenário brasileiro, em consequência dos programas de modernização da estrutura urbana e dos costumes sociais. Agora, elas deixavam de atuar somente nos espaços prescritos para influir também e, especialmente, nos espaços conquistados (DIAS, 1983).

## Referências

BARRETO, Sônia Maria da Costa. “A Escola Normal D. Pedro II e a Normalista Capixaba nos anos 1920”. In. **Revista Ágora**, Vitória, n.6, p. 1-16, 2007.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BITTENCOURT, Miriam Raquel Morgante. **A escrita feminina e feminista de Maria Teresa Horta**. 2005. 190 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Literatura e Vida Social, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

COLASANTI, Marina. “Por que nos perguntam se existimos”. In. SHARPE, P. (org.). **Entre resistir e identificar-se**: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997, p. 33-42.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. In. **Revista de História** (nova série), São Paulo, nº 114, p. 31-45, jan/jun., 1983.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público**: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. “O imaginário moderno no Brasil”. In. HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). **A Invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 9-42.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação”. In. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 54-92.

ISMÊRIO, Clarisse. **Mulher, a moral e o imaginário (1889-1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LACERDA, Sônia; KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos”. In. LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 25-39.

LOPES, Marcos Antônio. “Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais”. In. LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 39-48.

NOVAES, Maria Stella de. **A mulher na história do Espírito Santo: história e folclore**. Vitória: Edufes; Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. **Literatura feminina capixaba (1920-1950)**. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras / Centro de Ensino Superior de Vitória, 2003.

SCHMIDT, Rita Terezinha. “Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina”. In. NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). **Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina**. Porto Alegre; UFRGS, 1995, p. 182-189.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 231-262.

SMITH, Bonnie. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Tradução: Flávia Beatriz Rossler. São Paulo: EDUSC, 2003.

VARIKAS, Eleni; RIOT-SARCEY, Michèle. “Réflexions sur la notion d’exceptionnalité”. In. **Les Cahiers du GRIF**, Paris, n. 37-38, 1988, p. 77-89.

VERGARA, Moema de Rezende. “A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan”. In. **Cadernos Pagu**, v. 13, 1999, p. 223-251.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1994.

# **TOPONÍMIA E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO**

# TOPONÍMIA E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: O CASO DE VITÓRIA

Penha Mara Fernandes Nader<sup>1</sup>

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior e assenta-se na investigação da relação existente entre a discriminação de gênero e a nomenclatura de logradouros públicos, na cidade de Vitória,<sup>2</sup> não obstante a aparente distância entre os dois assuntos. É um trabalho em que a interface gênero / logradouros, levada a um exame científico, revela, de forma inequívoca, uma discriminação sutil em relação às mulheres em nossa sociedade.

Um simples olhar ao redor das moradias e bairros é capaz de revelar o predomínio de nomes masculinos, batizando ruas, avenidas, praças e outros logradouros públicos na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, até porque, sendo esse batismo uma tradição para homenagear pessoas que sejam merecedoras de tributo, isso se apresenta como se o poder público da cidade estimasse certa preferência na indicação da denominação dos logradouros para as personalidades masculinas.

Apesar dos avanços conquistados dos seus direitos pelas mulheres na longa jornada, a discriminação ainda pode ser verificada nas mais diversas dimensões da vida social. As discriminações são bastante visíveis e, por isso mesmo, devem ser enfrentadas e combatidas. Nesse plano estão, por exemplo, as relacionadas às questões econômicas, como a que persiste em manter a maioria dos homens recebendo salários superiores aos das mulheres, simplesmente por serem homens. Isso é como se a natureza biológica justificasse a desigualdade, embora tal explicação resida na esfera cultural.

A exemplo da nossa temática, há casos em que a discriminação aparece implicitamente, apresentando-se de forma astuta, capciosa, quase que imperceptível. Deslindar a discriminação mais sutil, menos visível ao senso comum, é o propósito deste trabalho. Ora, os nomes são dados aos logradouros por conta da necessidade de se identificarem devidamente os lugares, naturais ou construídos, que pertencem a todos e dos quais todos são usuários. A escolha é definida e

---

1 Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

2 Por logradouro público entende-se a denominação genérica de locais de uso comum destinado ao trânsito ou permanência de pedestres ou veículos, do tipo rua, avenida, praça, parque, viaduto, beco, calçada, travessa, ponte, escadaria, alameda, passarela e áreas verdes de propriedade pública municipal.

oficializada pelo poder público de Vitória (Prefeitura Municipal e Câmara Municipal), que tem prerrogativa legal delegada, nas eleições, pelos homens e mulheres que ele representa. Se não fosse a tradição de nomeá-los, os logradouros públicos poderiam ser distintos apenas por números ou por outra representação simbólica despersonalizada que cumprisse a mesma finalidade. A questão é que a nomenclatura dos logradouros públicos está ligada também a uma pedagógica homenagem às pessoas que, aos olhos de quem detém o poder, são julgadas dignas do tributo; nesse caso, os nomes masculinos são uma ampla maioria, em todas as sociedades conhecidas e desde tempos imemoriais.

A toponímia tem a sua história. O emprego do nome de pessoas para indicar lugares é uma prática cada vez mais utilizada para reconhecimento dos méritos de alguém. A questão é que a escolha do nome do logradouro deveria escapar da discriminação sistemática de gênero que caracteriza toda a sociedade, pois, como está, é como se a população das cidades aceitasse que suas mulheres não possam ser credoras de certo reconhecimento.

O conceito de gênero, fundamental para discutir as desigualdades entre os homens e as mulheres, permitiu que fosse abandonada a altivez justificadora das diferenças e de suas repercussões nos direitos pelas características biológicas, deixando evidente que essas diferenças são, na verdade, construídas historicamente, como produto das relações sociais e culturais. Logo, por ser fundamental para discutir as desigualdades sociais entre homens e mulheres, o tema gênero foi tomado como pano de fundo do presente trabalho.

Gênero, portanto, desvenda concepções consideradas deterministas e também preconceituosas em relação às diferentes situações vividas pelas mulheres. Por outro lado, gênero também pode ser utilizado para analisar as transformações sociais e políticas; assim como as relações de subordinação das próprias mulheres na sociedade. A forma de definição e articulação dos interesses de gênero que são definidos e articulados dentro das instituições políticas sugere sinais para se entenderem as relações entre a mulher e a política.

Como categoria de análise histórica, o conceito de gênero fornece à pesquisa o campo privilegiado onde se articula o poder. E a dimensão de poder, que o conceito de gênero provisiona, ajudará a identificar que, também na denominação de logradouros públicos, se localiza uma forma pouco conhecida de reprodução da discriminação das mulheres.

O recorte histórico, 1970 a 2000, permite recolher as repercussões das principais ações empreendidas pela segunda onda do movimento feminista no Brasil, que surgiu num ambiente de forte contestação ao Regime Militar e aos valores tradicionais, propiciando o aparecimento de novas formas de organização.

O movimento feminista aparece como uma reação à prática social discriminatória e terá, nesse caso, sua intervenção percebida. Como um movimento que objetiva a valorização e reconhecimento do papel feminino na formação da sociedade, ele permitirá que se lhe extraia o saldo de sua intervenção, no que diz respeito à nomenclatura dos logradouros públicos.

Entre outras ações, o movimento feminista denunciou diversas formas de discriminação contra as mulheres e forneceu contribuições que influenciaram mudanças na vida de mulheres em muitos países do mundo, inclusive no Brasil. O feminismo surgiu, exatamente, em decorrência da existência da discriminação social, lutando por mudanças na forma como o poder é exercício e como ele promove a reprodução das discriminações.

As autoridades municipais, prefeitos e vereadores, possuem a prerrogativa legal para as denominações e nem sempre consideram a necessária parcimônia com a qual possam contemplar, com justiça, homens e mulheres que, eventualmente, tenham protagonizado a edificação da cidade. Se o conteúdo da honraria é, portanto, a recompensa, questiona-se aqui a quantidade e a qualidade desse reconhecimento no que diz respeito à equidade aplicada entre homens e mulheres.

Os logradouros públicos são conhecidos e reconhecidos por seus nomes próprios. O costume de dar-lhes nomes de pessoas faz parte de uma cultura quase que universal de homenagear indivíduos por terem contribuído para a construção do lugar, como um tributo aos protagonistas sociais. As cidades seguem crescendo, erguendo novos espaços públicos que recebem respectivas denominações, mas poucos se apercebem dos efeitos dessa tradição e, muito menos, que os dispositivos legais existentes para definir as nomenclaturas possam reproduzir discriminações.

### **Toponímia, memória e poder: registros para serem lembrados**

As classes sociais que protagonizam a luta pelo poder não se descuidam da importância que a recordação, ou o esquecimento, possuem como elemento de disputa. A memória coletiva, tanto como a individual, pode ser manipulada e censurada voluntária ou involuntariamente. Le Goff lembra que

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas... até mesmo os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (1994, p. 426).

Concebendo os monumentos como algo similar aos documentos que tecem a memória coletiva, e esta, na sua “forma científica”, sendo a própria história, monumento/documento é, para o autor, “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”, como se fossem “atos escritos”. No viés desse raciocínio, o logradouro é obra feita para transcender a sua dimensão meramente física e, uma vez criado, deve também conter em si elementos simbólicos projetados para a posteridade. É assim que a obra deixa de ser uma construção com fins estritamente utilitários para agregar valor reverencial.

No Brasil, por exemplo, a tradição lusitana de denominar lugares com nomes de origem religiosa, de personalidades ou de acontecimentos históricos, chegou junto com o colonizador. No ato do descobrimento das terras americanas pelos portugueses, o primeiro monte avistado no sul da Bahia recebeu o nome de Monte Pascoal, porque foi tomado como uma homenagem ao período da Páscoa. Na mesma verve de celebração cristã, os primeiros nomes recebidos pelo Brasil também sofreram influência religiosa: Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, ou simplesmente, Vera Cruz, lavrado pelo escrivão Pero Vaz de Caminha sobre o “nascimento” das terras encontradas (MORAES, 2002).

O poder de influência da Igreja se fez sentir em inúmeros lugares que, igualmente, receberam denominações religiosas e acabou por se constituir numa tradição bem brasileira. Como se pode notar na nomenclatura de alguns estados brasileiros como São Paulo e Espírito Santo, também se pode perceber a tradição de nomear municípios com nomes religiosos. Só no Estado do Espírito Santo, para citar alguns, se encontram: São Mateus, Barra de São Francisco, Anchieta, Divino São Lourenço, Santa Tereza, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, São Roque do Canaã, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte e São Domingos do Norte.

A própria capitania do Espírito Santo, quando o primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, aportou com sua caravela Glória, no dia 23 de maio de 1535, recebeu esse nome em homenagem ao dia dedicado à terceira Pessoa da Santíssima Trindade (MORAES, 2002). Cabe destacar que, diferentemente de outras capitanias, como São Tomé, Porto Seguro, Ilhéus, Itamaracá, Sant’Ana, São Vicente, que desapareceram ou então se tornaram apenas cidades, a capitania do Espírito Santo manteve seu nome original ao se tornar Província e depois Estado (RIBEIRO, 2007).

Também a tradição de denominar logradouros com nomes de pessoas chamou atenção para o tema, pois se tornou costume. No caso do Espírito Santo, alguns municípios homenageiam figuras históricas locais e até do exterior, como Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Atílio Vivacqua, Colatina, Domingos Martins, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, Pedro Canário, Presidente Kennedy, entre outros. É importante destacar que dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo apenas um tem nome feminino: Colatina, uma homenagem à esposa de Moniz Freire, que foi governador do Estado em fins do século XIX e início do século

XX, o que significa ser a homenagem não à mulher por seus méritos, mas pelo fato de ela ter sido esposa de um personagem histórico.

Os nomes dados aos logradouros mais importantes, em sua maioria, são de pessoas ligadas ao poder, como presidentes, governadores, barões, generais, coronéis, deputados, próceres da representação política ou do poder. Por isso, firmou-se também a tradição de se denominarem logradouros com nomes extraídos da História.

História e poder estão presentes e até se confundem na formação de qualquer sociedade, não seria diferente na brasileira. Foucault (1988) revela, por exemplo, que as manifestações de poder podem ser encontradas em todas as relações sociais, por ser o poder resultado dessas relações.

Na verdade, as relações de poder podem ser encontradas nas mais diversas práticas sociais, mesmo onde menos se presume as encontrar. Exemplo disso são os nomes de logradouros públicos de Vitória, aqui estudados na perspectiva de estarem permeados por relações de poder, exibindo a supremacia do homem em relação à mulher. Não somente pela desfavorável quantidade de logradouros com nomes de mulheres frente ao elevado número conferido aos nomes masculinos mas também pela qualidade e valor dos próprios logradouros na vida da cidade que, no caso de Vitória, é bastante manifesto. Para citar exemplos, apontam-se as principais avenidas, ruas e praças que portam nomes de homens e ligados à História, como as avenidas Jerônimo Monteiro, Fernando Ferrari, Américo Buaiz, Adalberto Simão Nader, Dante Michelini, Mascarenhas de Moraes e Serafim Derenzi, consideradas essenciais para o fluxo viário e atividades comerciais. Da mesma forma, observam-se os nomes das praças Getúlio Vargas, Costa Pereira, João Clímaco, Misael Penna e Ubaldo Ramalhete, endereços tradicionais do centro histórico da cidade, e das pontes Florentino Avidos (Cinco Pontes) e Castelo Mendonça (Terceira Ponte), que ligam a Ilha de Vitória ao continente.

Uma importante reflexão acerca do poder histórico é feita por Balandier (1982) ao afirmar que o poder político comanda o real através do imaginário, pois somente sob a força ou a violência não é possível conservar o poder. Outros atributos como o cerimonial, a manipulação de símbolos, a produção de imagens são necessários para que o poder se realize e se conserve. No caso específico da denominação de logradouros, os nomes das pessoas ficam, publicamente, afixados em placas, inscrevendo-se e perenizando-se na história de sua cidade, portanto, a escolha da nomenclatura dos logradouros públicos de uma determinada cidade não deixa de sacralizar os agraciados.

Choay (2001) nota que “... tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças, chamar-se-á monumento”. Logo, infere-se que, por serem também monumentos, os logradouros públicos rememoram as realizações de pessoas que um dia contribuíram para a constru-

ção de uma localidade. O logradouro público, por ser uma obra notória, dificilmente se desvincula da sua natureza “monumentalizante”, tanto para quem fica como responsável pela sua edificação como para quem ele pode servir de homenagem com sua denominação.

Se a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, em evolução permanente e vulnerável a todas as manipulações, como afirma Nora (1992), logo o logradouro é também um lugar de memória, pois permite à comunidade testemunhar seu próprio percurso, ao ver seu passado presente nos bens que usa coletivamente. A denominação do logradouro, mais ainda, permite que as pessoas agraciadas tenham seus nomes nas correspondências dos correios, em anúncios comerciais, nas listas telefônicas, nas referências feitas pela imprensa, enfim, em tudo aquilo que passa a integrar o cotidiano da comunidade. Passando mesmo a fazer parte da vida das pessoas.

### **A toponímia e a cidade de Vitória**

A cidade de Vitória, seguindo a tradição lusitana de denominação dos lugares com origem religiosa, teve seu primeiro batismo como Ilha de Santo Antônio, o santo do dia, em 13 de junho de 1535. Vasco Fernandes Coutinho havia desembarcado no continente, mas não poderia deixar de notar a maior ilha do arquipélago e recorrer ao costume que trouxera da Europa para definir a denominação da sua posse. Contudo, o que marcou mesmo o início da conquista efetiva do povoamento da ilha de Santo Antonio foi sua doação para Duarte de Lemos, através de uma Carta Régia, assinada por D. João III, em 8 de janeiro de 1549. Doada em sesmaria “... a ilha Grande que está da barra [de Vitória] para dentro, que se chama de Santo Antônio, a qual a ilha dou fora [forra] e isenta, para si e todos os seus herdeiros e descendentes.” (SANTOS NEVES, 2002, p. 10) Vasco Fernandes Coutinho transferia, assim, a sede da povoação que criara para a Vila Nova, em anteposição à antiga, Vila Velha.

Enquanto não ganhavam nomes definitivos, os lugares da capitania ficavam conhecidos pelos nomes de seus proprietários, pois eles detinham prerrogativa de determinar a nomenclatura. A descrição de Gabriel Soares de Souza (2002) sobre o trecho do litoral onde foi erigida a capitania do Espírito Santo é uma comprovação da prática dos colonizadores de identificar os lugares pelos nomes dos seus respectivos proprietários:

A primeira ilha que está nesta barra se chama de D. Jorge (hoje Ilha do Boi), e mais para dentro está outra, que se diz de Valentim Nunes (hoje Ilha do Frade). ... mais para cima está a Ilha de Anna Vaz; mais avante está o Ilhéu da Viúva e no cabo desta a Ilha de Duarte de Lemos (hoje Ilha de Vitória), onde está assentada a

Vila do Espírito Santo, a qual se edificou no tempo da guerra dos Goitacás, que se apertaram muito com os povoadores de Villa Velha (2002, p. 56-57).

Embora exista uma versão, de domínio público, de que essa ilha já possuía um nome, Ilha do Mel, de origem tupi, não existem registros confiáveis de sua veracidade. A cidade, inicialmente, teve seu nome de origem religiosa, Ilha de Santo Antônio, várias vezes substituído. (MONJARDIM, 1995) Não há unanimidade de opiniões sobre a origem do nome Vitória. Sabe-se que, em oito de setembro de 1558, o nome Vitória substituiu o de Vila Nova, em homenagem a um acontecimento histórico importante do ponto de vista do colonizador: a vitória sobre a população indígena que nela habitava.

A ocupação urbana de Vitória era praticamente insignificante e com feições nitidamente coloniais, características que perduraram durante, aproximadamente, quatrocentos anos. A toponímia tupi pode ser observada desde o início da colonização e muitos desses nomes foram preservados mesmo depois de cinco séculos.

Outra tradição em curso, ainda mais universalizada, era a de homenagear pessoas que se fizeram importantes até ali. As figuras históricas passaram a dividir, com os santos e divindades, a nomenclatura dos lugares, inclusive dos logradouros. De acordo com Moraes (2002), os brancos, “com sua superioridade tecnológica”, impuseram aos índios sua língua, religião e costumes. Contudo, sempre estiveram sujeitos à influência indígena que marcou de forma indelével a formação da sociedade brasileira. Para a autora, os topônimos de origem indígena crivaram a língua portuguesa com nomes de cidades, de ruas, de acidentes geográficos, de alimentos, entre outros.

Como a denominação de lugares não deixa de ser objeto de manipulações e de poder, qualquer opção pode se transformar numa controvérsia, sobretudo, em fases de transição de um costume para outro. É ilustrativo o que se deu com o Padre Afonso Brás, o primeiro jesuíta a chegar ao Espírito Santo. Brás era também arquiteto e construiu, em 1551, o Colégio São Tiago, o primeiro do Espírito Santo. Ergueu uma grande casa e igreja com o mesmo nome, local que abrigaria um seminário por mais de duzentos anos, período em que ficou como principal referência capixaba de educação. O espaço privilegiado dessa obra serviria por muito tempo, também, para outras atividades, inclusive às políticas de administração do Espírito Santo e, mesmo depois, na época provincial e republicana.

De acordo com Balestrero (1979), o pioneiro Padre Afonso Brás, depois de tantos e relevantes serviços prestados ao início da colonização capixaba, “... não foi recompensado como merecia pelo povo capixaba, como iniciador de nossa catequese, representada pelo Colégio, de onde se irradiaram todas as luzes que

iluminaram nosso progresso através dos séculos” (p.25). A única homenagem, segundo o autor, que havia sido ofertada ao padre, era a denominação da praça, ao lado do edifício construído por ele. A praça Afonso Brás viria se chamar praça João Clímaco, e os motivos foram as influências das ideias contrárias aos jesuítas, que afirmavam terem apenas procurado enriquecer à custa do seu apostolado, como afirma Novaes (1999). Para Balestrero (1979), esse ato de poder foi uma ingratidão sobre a memória daqueles que, em um ou outro setor de atividades, se sacrificaram pela causa coletiva e lamenta o fato de os dois primeiros apóstolos da nossa civilização, Afonso Brás e Brás Lourenço, serem nomes de apenas dois logradouros secundários, o mesmo ocorrendo com outros homens públicos, clínicos, parlamentares e políticos, todos pertencentes a ricas famílias capixabas, que não possuem um logradouro em Vitória com seu nome.

Os registros feitos por Balestrero (1979) e Novaes (1999) confirmam vir de longe a ideia de que a nomenclatura de logradouros se constitui em uma forma de perpetuação da memória, pois um registro para ser lembrado. Um logradouro, devidamente nomeado, é de fato um documento histórico, é monumento, é memória e é também um elemento a mais no processo cultural de aprendizado para as futuras gerações.

Por seu turno, Vitória, devido às peculiaridades regionais, desde a colonização até o século XIX ficou restrita às áreas centrais. Foram feitos aterros e loteamentos para que pudessem ser oferecidas as possibilidades de habitação. Não raramente, a população foi lançada à ocupação de espaços absolutamente inadequados à moradia e a um mínimo de organização institucional, como no caso das favelas de palafitas, que caracterizaram Vitória.

Elton (1987) revela que não havia em Vitória nenhum sistema de regulamentação ou de serviço de emplacamento de logradouros até o ano de 1888. As ruas, becos, escadarias e demais logradouros não possuíam indicações e tampouco denominação oficial. A própria população, muitas vezes, improvisava nomes para os logradouros, a fim de mais bem se orientar e firmar pontos de referência na cidade.

Na cidade de Vitória, em 1854, a Câmara Municipal tomou medidas para que as casas da cidade fossem numeradas e as ruas nominadas, com identificação nas esquinas. Tais procedimentos foram iniciados em 1857. Contudo, somente em 1888, quando Américo Fernandes Cunha e Manuel Antunes Gomes propuseram, pessoalmente, na sessão da Câmara Municipal, os serviços de emplacamento e numeração das ruas e prédios da cidade é que os trabalhos foram efetivamente realizados. Mesmo assim, a exigência para que se colocassem placas em todas as ruas, becos, travessas e cais somente foi implementada com o Decreto nº 65, de 8 de julho de 1899. Os proprietários dos prédios urbanos deveriam pagar

5\$000 (cinco mil réis) pela numeração de seus imóveis, mas, ainda assim, nem todos os logradouros públicos oficiais receberam denominações.

Importa ressaltar que, no governo de Muniz Freire (1892-1896), foi elaborado o primeiro plano de urbanização da cidade de Vitória pelo engenheiro sanitarista carioca Saturnino de Brito. O projeto, conhecido como Novo Arrabalde,<sup>3</sup> previa a ocupação da região nordeste da ilha, e a meta era aumentar a área ocupada de Vitória, visando transformar a capital no maior centro populacional e comercial do Estado. Somente em 1938, na gestão do Prefeito Américo Poli Monjardim, muitos logradouros passariam a receber denominações.

Ainda assim, à época, não havia uma estrutura de códigos e de outras legislações regulatórias que pudessem manter um funcionamento satisfatório das atividades da cidade em pleno crescimento. O Código Tributário, de 24 de abril de 1954, não era específico, pois além de definir normas para a denominação de logradouros também versava sobre obras e posturas. Vale ressaltar, contudo, que, em primeiro de agosto de 1959, o artigo 66 do Código passou por uma modificação. No que diz respeito aos logradouros, impôs condicionamentos às nomenclaturas, ao estabelecer que sob nenhum pretexto fosse dado a qualquer logradouro público nome de pessoas vivas, proibindo igualmente a substituição de denominação dada por lei.

O Código de 1954 permaneceu durante muito tempo, sem que nova legislação alterasse a delimitação de nomes de logradouros apenas para pessoas já falecidas.<sup>4</sup> Esse dispositivo é a indicação de que, antes desse Código, era da própria população a iniciativa de nomear as ruas, sempre o nome escolhido possuindo algum significado que se tornasse referência ou fosse homenagem às pessoas ainda vivas e convivendo em seu meio. Um exemplo disso é a atual Escadaria Bárbara Lindenberg, que no século XVII, ao tempo do Colégio dos Jesuítas, chamou-se Ladeira Padre Inácio, fundador da Companhia de Jesus. Depois mudou de nome para Ladeira das Colunas e, após a visita de D. Pedro II ao Espírito Santo em 1860, passou a se chamar Ladeira do Imperador. Embora tenha novamente mudado de nome para Bárbara Lindenberg, segundo Elton (1986), o povo continua a chamar-lhe de Escadaria do Palácio.

---

3 Sobre o assunto ver CAMPOS JÚNIOR, 1996. Este inédito projeto, conhecido como o Novo Arrabalde, tinha paralelo à sua meta a ideia de ordem e progresso, influenciado pelo positivismo da época. Confirmando a influência, nesse projeto urbanístico constava uma importante avenida com seu nome pré-estabelecido, “Ordem e Progresso”. O segundo projeto de urbanização de Vitória, denominado “Vitória do Futuro”, só viria após 100 anos, em 1996.

4 É interessante ressaltar que o ato de dar nomes de pessoas aos logradouros exige uma pequena biografia por escrito como justificativa. O que, acompanhada de uma defesa oral na tribuna, onde o vereador autor da propositura recorre a uma retórica contendo certa dramaticidade a fim de convencer a comunidade e o conjunto dos vereadores de que, de fato, aquela pessoa possivelmente agraciada será merecedora da homenagem.

A ocupação da parte continental de Vitória, onde foram instalados o Aeroporto e o complexo portuário de Tubarão, ocorreu entre os anos de 1960 e 1970. Foram criados os bairros Goiabeiras, Bairro de Fátima e Jardim da Penha, e houve a implantação dos “Grandes Projetos Industriais”, que trouxeram para Vitória a administração de indústrias do porte da Companhia Siderúrgica de Tubarão e a ampliação da Companhia Vale do Rio Doce. Nesse processo, a região continental norte da ilha foi sendo estruturada como nos moldes do Novo Arrabalde. A ampliação do Porto de Tubarão possibilitou a criação de infraestrutura para a urbanização da região norte da cidade, até então despovoada (NADER, 2008). A implementação dos Grandes Projetos Industriais, após os anos de 1970, além de marcar uma nova fase no ciclo de expansão industrial capixaba, teve um grande impacto econômico, social e ambiental em todo Estado e não somente na região metropolitana, conhecida por Grande Vitória (FRANCO, 2003).

Vitória continuou se expandindo e os traços rurais da capital foram, em curto período, perdendo suas características com a elevada migração que contribuiu para o proliferamento de favelas e outros problemas sociais urbanos (Siqueira, 2002). A migração rural, composta de pessoas desempregadas e de mão de obra desqualificada, aglomerou-se em áreas periféricas, sem o mínimo de infraestrutura necessária a uma vida digna, gerando concentração de pobreza e desassistência pública. Até porque a população do município duplicou os seus 159 mil habitantes de 1970 e, com todo esse adensamento populacional, passou a demandar do poder público urgentes ações de serviços e obras.

Novos bairros ensejaram novas ruas, avenidas, praças e demais logradouros, que se multiplicaram às centenas. E, novamente aí, repetiu o processo toponímico. Com uma imposição do ordenamento urbano que se fazia premente foram tantos os logradouros batizados que isso se transformou numa das principais ocupações dos vereadores, sobretudo no período que compreendeu o Regime Militar, fase em que se limitavam as prerrogativas dos edis, levando-os à dedicação dessa atribuição legal.

A questão da nomenclatura de logradouros públicos diz respeito também ao tema da cidadania, da qual está virtualmente excluído quem não tem seu endereço reconhecido e oficializado, pois, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Vitória, a falta de identificação dos logradouros públicos deixa o cidadão desprotegido, principalmente aqueles que habitam as áreas de morro e de periferia, quando o imóvel não é localizado.

Até o ano 2000, a cidade de Vitória contava com 1.499 logradouros, oficialmente nomeados, sendo que, desses, 1.155 eram com nomes de homens e apenas 256, com nomes de mulheres. Outros 88 não tinham nomes de pessoas. Já a população da cidade era composta por 52,90% de mulheres, contra 47,09% de homens (NADER, 2008).

## A sutileza da discriminação de gênero nos logradouros públicos de Vitória

Nas três últimas décadas do século XX, as transformações na sociedade brasileira e particularmente na sociedade capixaba foram tantas que, para muitos, não ficava fácil imaginar como seria a época anterior. Para essas mudanças contribuíram os mais diversos fatores e, entre eles, destaca-se a ação de inúmeros movimentos sociais organizados. O movimento feminista, por exemplo, introduziu o debate sobre a autonomia das mulheres e do seu potencial de decidir e de escolher, bem como foi importante para estimular denúncias das diferentes formas de violência contra as mulheres. Ademais, o movimento feminista enfrentou não só o comportamento masculino de agressão permanente às mulheres, tratadas como um objeto de posse, mas também a cultura machista expressa na forma de piadas, cantadas, assédio, humilhações e estupro (FARIA, 1998).

O movimento feminista, como movimento social organizado, produziu impactos em inúmeros setores da sociedade, seja denunciando a opressão das mulheres e os mecanismos de sua subordinação na família, seja defendendo o direito feminino de expressar o seu desejo sexual, inclusive separando o entendimento do que vem a ser maternidade e sexualidade. O movimento feminista também transformou a vida das mulheres em um processo de contínua busca por uma sociedade justa e democrática.

Embora muitos avanços possam ser registrados na longa luta das mulheres por emancipação, ainda é possível observar que permanecem, em nossa sociedade, muitas discriminações de gênero, sendo que algumas delas continuam encobertas.

Bruschini e Sorj (1994) advertem ser preciso desvelar os sutis mecanismos sociais que estabelecem relações de gênero hierárquicas, marcadas pela desigualdade. Com esse fim, são necessárias doses de muita perspicácia para perceber e desvendar cada discriminação que ainda permaneça ocultada.

Passando ao exame do banco de dados oficiais, colhidos junto aos poderes públicos relativos ao período de 1970 a 2000, verificou-se que o município de Vitória, capital do Espírito Santo, contava com 1499 logradouros públicos oficiais. Desse total de logradouros, 1163 (77%) possuíam nomes de homens e apenas 239 (17%) possuíam nomes de mulheres. Os outros 97 (6%) não receberam nomes de pessoas. Por essa disparidade, fica explicitada uma ampla discriminação em relação às mulheres, pois há uma sub-representação de seus nomes se comparados à pronunciada maioria de nomes de homens.

Boa parte dos logradouros foi denominada, sob a vigência do Código de Posturas de 1954,<sup>5</sup> que não continha qualquer dispositivo explícito contrário aos nomes femininos. Mas ele, e também os que o sucederam, jamais levaram em

---

<sup>5</sup> Lei n. 351, de 24.4.1954, capítulo 1 – seção IV.

conta cuidados que fossem capazes de permitir que os nomes de mulheres fossem justapostos, em igualdade de condições, com os de homens. Essa necessidade impor-se-ia caso houvesse, no conjunto da sociedade, vozes que reclamassem uma legislação criteriosa quanto à questão de gênero. De fato, o Código de 1954 limitou-se a poucas exigências, num único artigo e um parágrafo:

Art. 66 – A denominação de logradouros públicos será determinada em lei, e sua inscrição far-se-á obrigatoriamente por meio de placas afixadas em local conveniente.

Parágrafo Único – Sob nenhum pretexto se darão as ruas, praças, avenidas ou jardins públicos, nomes de pessoas vivas.

Curiosamente, uma modificação no Código, feita em 1959,<sup>6</sup> começou a estabelecer que, nas novas denominações, passariam a ser respeitadas, tanto quanto possível, as tradições locais, dando-se preferência aos vocábulos tupi-guaranis. Aqui se observa a presença de um dispositivo legal que garantirá a manutenção da herança linguística nativa como uma necessidade de preservação de valores culturais importantes. É a lei sendo instrumentalizada para salvaguardar um patrimônio, então ameaçado de desaparecer numa sociedade em mudanças.

Mesmo diante disso, a ausência de um mecanismo legal dessa natureza, em relação à questão de gênero, nunca foi objeto de preocupação dos legisladores, apesar da flagrante disparidade na quantidade de nomes masculinos em comparação aos femininos. Ou seja, mesmo sendo mais comum a prática de nomear os logradouros com nomes de pessoas, a preocupação com a discriminação de gênero não esteve na mesma escala em que se verificou a apreensão relacionada à justa preservação da nomenclatura tupi-guarani. A confirmação da tradição de nomear os logradouros com nomes de pessoas, no caso de Vitória, alcança um percentual de 87% contra 13% para os outros vocábulos.

Ao se identificar a pequena representatividade de nomes de mulheres nos logradouros de Vitória, antes de 1970, é presumível supor estar ela relacionada ao fato de os políticos serem, à época, quase exclusivamente homens e enxergarem, especialmente em outros homens, os méritos que justificassem a homenagem. Infere-se, então, que os logradouros, por serem locais públicos, culturalmente seriam, de forma simbólica, representados, mais adequadamente, por nomes de homens. Afinal, seriam eles a personificação do mundo público e do poder.

Diante disso, Hanner (2003) adverte que, se existe uma invisibilidade das mulheres na esfera pública, deve-se questionar até que ponto essa esfera é, realmente, significativa ou o que essas atividades irradiaram sobre os papéis das mulheres na

---

<sup>6</sup> Lei n. 822, de 1.8.1959.

sociedade, pois, até a década de 1970, as mulheres eram bem menos homenageadas, com seus nomes nos logradouros, em relação às três décadas posteriores.

Uma série de fatores poderia justificar a baixa representatividade de nomes de mulheres nos logradouros. A cultura tradicional, no entanto, é a que mais chama a atenção, uma vez que socializa, diferentemente, meninos e meninas e porque, de modo geral, associa o homem ao público e a mulher ao privado, submetendo-a às estruturas familiares rígidas e hierarquizadas e à cultura e aos costumes da sociedade brasileira que sempre a impuseram dificuldades em conciliar vida pública e vida privada. Além disso, a maioria das mulheres da geração anterior aos anos de 1970 não teve oportunidade de estudar, apresentando níveis de analfabetismo superiores aos masculinos.<sup>7</sup> Somente após os anos de 1970, dobrou o número de logradouros públicos com nomes de mulheres, em relação aos 30 anos anteriores, o que demonstra ter a política de escolha de nomenclatura de logradouros, a partir desses anos, homenageado um número maior de mulheres capixabas.

O aumento de logradouros vitorienenses, cujas nomenclaturas homenageiam mulheres, pode estar relacionado diretamente à visibilidade que as mulheres ganharam com o impulso do ingresso feminino no mercado de trabalho, desde os anos 1970. Esse impulso é fruto de uma combinação de fatores, dentre os quais se destacam o aumento da escolaridade das mulheres, o acesso aos métodos anticoncepcionais e mudanças nos valores relativos aos papéis e ao espaço destinado às mulheres, fenômenos conquistados com as lutas do movimento feminista.

Ainda assim, o fato é este: nem a maior presença de mulheres exercendo atividades produtivas no espaço público nem e o crescente nível de escolaridade superior ao masculino foram capazes de reverter desigualdades na esfera do trabalho.<sup>8</sup> Puppim (1994) revela que a força de trabalho masculina e feminina não se equaliza apenas por fatores econômicos mas também por fatores de gênero e etnia, por exemplo.<sup>9</sup>

Essa comparação sobre o mercado de trabalho e o acesso minoritário de nomes de mulheres nos logradouros públicos da cidade de Vitória justificam-se na medida em que, considerado também o tipo de logradouros onde as mulheres estão mais representadas na cidade, algumas diferenças são evidentes. Do total de ruas com nomes de pessoas encontradas no período de 1970 a 2000, 14,1% homenageiam mulheres e 85,9% homenageiam homens. As escadarias contam com 22% de nomes de mulheres e 77,6% de nomes de homens. As praças e becos

---

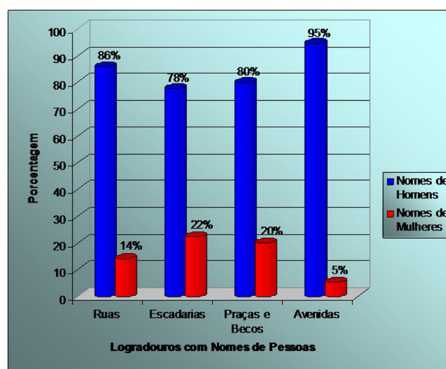
7 IBGE (2006). Síntese dos Indicadores Sociais 2006. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p.152.

8 Revista da II Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Textos e roteiros de discussão. Conferências Municipais e/ou Regionais e Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Governo Federal. 2007, p. 13.

9 Conforme dados de 1991, nos 300 maiores grupos privados nacionais, somente 3,47% de mulheres ocupam cargos executivos de topo. O percentual cai para 0,94%, se consideradas as maiores estatais brasileiras; ainda se reduz para 0,48% entre as 40 maiores corporações estrangeiras.

apresentam divisão próxima à anterior, com percentual em torno de 20% para as mulheres e de 80% para homens. A mais discrepante distribuição de nomes que homenageiam homens e mulheres é a das avenidas, que contam com apenas 5,30% de nomes de mulheres e 94,70% de homens. Isto mostra que há uma maior discriminação quando se trata de um logradouro de maior importância para o comércio e para o fluxo de pessoas e de veículos, como é o caso das grandes avenidas, nas quais os homenageados desfrutam de prestígio equivalente à distinção conferida pelo endereço.

**Gráfico 1 - Nomes de homens e de mulheres homenageados nos logradouros públicos de Vitória (1970 a 2000).**



A ocorrência pode ser comprovada no exame das principais avenidas da capital. Nelas, de fato, existem nomes femininos, porém, de motivação religiosa. Três avenidas mais populares da cidade de Vitória são tributos a santidades católicas, tais como Avenida Nossa Senhora da Vitória, Avenida Nossa Senhora da Penha e Avenida Nossa Senhora dos Navegantes. Logo, do conjunto das maiores avenidas da cidade de Vitória, três são tributos às santidades católicas e não, propriamente, às mulheres capixabas.

Conforme exposto, anteriormente, os logradouros são nomeados por leis municipais, cujos projetos seguem toda uma tramitação regulada pelo Código de Posturas e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal. Cada projeto deve conter, obrigatoriamente por escrito, a sua devida justificativa, na qual o autor da mensagem destaca os predicados da pessoa homenageada a fim de comprovar, de forma convincente, a justeza da sua proposição.

Nesse ponto, o vereador ou o prefeito esmera-se em salientar o que julga serem qualidades notórias da pessoa homenageada. São raríssimas as contestações aos atributos expostos pelos autores em seus projetos, nomeando logradouros,

pois tal procedimento é sempre recebido como uma manifestação de deselegância com os pares. Por isso, as justificativas dos projetos de lei proporcionam um levantamento qualitativo no que se refere às mudanças na sociedade vitoriense advindas do movimento feminista, porque nessas mudanças está revelada a visão de sociedade de cada época. À medida que as conquistas feministas foram se consolidando, percebe-se que, a cada década, ocorre um aumento do número de logradouros vitorienses com nomes de mulheres.

Certamente, esse aumento se vincula à ininterrupta entrada das mulheres no mercado de trabalho aberta pela industrialização ocorrida no Estado após os anos de 1970. Mas, numa análise das biografias das mulheres homenageadas com seus nomes nos logradouros vitorienses, constata-se que o movimento feminista interferiu não somente no aumento quantitativo mas principalmente na mudança simbólica dos atributos exigidos para se considerar uma mulher digna de uma homenagem como essa.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, os dados demonstram que a justificativa mais recorrente, oferecida pelos vereadores da cidade de Vitória para homenagear as mulheres, colocando seus nomes nos logradouros, foi a condição de trabalho das homenageadas. A maioria das trabalhadoras encontradas atua na área do magistério, o que evidencia não ser o magistério apenas uma porta de entrada para as mulheres no mercado de trabalho, mas também um objeto de reverência para todos que pretendiam distinguir as mulheres que julgavam socialmente importantes.

Isso também se não se levar em consideração que, por muito tempo, esse tipo de valorização exprimia a ideia de que a função da professora não passava de algo complementar à função maternal da mulher (SOARES, 2005). Segundo Soares, inicialmente “... o Estado do Espírito Santo pretendia que o trabalho do professor fosse ‘missão e renúncia’; a Igreja, um ‘sacerdócio leigo’; e os empresários queriam a ‘docilidade e dedicação’, que evitasse qualquer tensão para o rendoso negócio de difusão do conhecimento no ambiente escolar” (p.43). No mais, aquela associação entre professora e mãe era realçada, justamente, para adicionar ainda mais importância social à docente.

Por outro lado, Silva (2002), ao dissertar sobre a feminização do magistério, diz que a entrada das mulheres nessa profissão não foi uma doação do espaço dada pelos homens; tampouco as mulheres ficaram satisfeitas ou concordaram, pacificamente, com a desvalorização salarial. Ao contrário, as mulheres representavam uma força social com potencialidade de imprimir mudanças na sociedade. Prova disso está no fato de que as professoras primárias, desde o final da década de 1950, já reivindicavam de forma organizada, através da União das Professoras Primárias do Espírito Santo (Uppes), melhores condições de trabalho e

tiveram que enfrentar e resistir, estrategicamente, a todo tipo de dificuldades, como a distância e as péssimas condições do local de trabalho, a resistência da família, entre outros, para garantir seu espaço no mercado de trabalho.

Mesmo perante tais constatações, nas justificativas utilizadas pelos vereadores do período pesquisado, não foi possível verificar predicados indicando ousadia, força, perseverança, luta, coragem e persistência que seriam próprios de uma jovem que sai de casa para morar longe da família, vai para o interior do Estado, onde tem que andar quilômetros a cavalo e em estradas de chão para trabalhar, sujeitando-se a toda sorte de intempéries e receber seu salário somente no final do ano letivo. A natureza penosa da atividade do magistério, de certa forma, era incluída nas justificativas dos projetos, homenageando professoras, mas nenhuma menção se fazia à sua resistência e ao sacrifício pessoal imposto. As justificativas passam a impressão de que os vereadores enxergavam nisso uma abnegação inerente às mulheres da educação pública, algo parecido com sacerdócio.

De tal modo, na década de 1970, era comum o vereador justificar a proposição de uma homenagem, desenhando um perfil da mulher do magistério vinculado à filantropia, e de prestar ajuda aos mais humildes.

Esse é um proeminente exemplo a fim de revelar os lugares e os papéis sociais prescritos para os homens e para as mulheres. A elas caberia ministrar a educação e depois acompanhar pela televisão, e pelos jornais, o sucesso e o poder dos homens na vida pública. Belotti (1985), em sua obra *Educar para a submissão*, descreve como os meninos e as meninas vão, desde o útero da mãe, sendo educados com o objetivo de exercerem diferentes papéis na sociedade. Segundo a autora, durante milênios, o homem

... foi o detentor do poder, não suporta o pensamento de que este acabará com o fim de sua vida, quer transmiti-lo a um outro ser, semelhante a ele. Quem tem o poder cobre-se de prestígio, ergue-se como um símbolo, tem o direito e o dever de realizar-se ao máximo, dele se espera que se torne um indivíduo, e é considerado por aquilo que há de ser (p. 10).

Já das meninas, ainda segundo a autora, espera-se que se tornem um objeto. Elas são consideradas por grau de entrega profissional, prevendo muita renúncia pessoal para que o outro persiga o poder. Não gratuitamente, instituições como a escola, também podem reproduzir esses papéis, utilizando-se de jogos, brincadeiras, literaturas e histórias infantis que perpetuam uma imagem das mulheres de forma estereotipada.

Disso se depreende que, por mais que as mulheres tenham conquistado espaço no mundo do trabalho e apresentem níveis de escolaridade superiores aos dos homens, permanece uma imagem feminina não condizente com a realidade. Logo,

observa-se que, nas justificativas dos projetos de lei sobre logradouros públicos, também estão ali reproduzidos os papéis sociais esperados para um e outro sexo.

Precisamente em 1979, uma lei inusitada, de autoria do vereador Claudionor Lopes Pereira, viria confirmar que a mulher importante era, exatamente, a professora. Sob o número 100-79, a lei estabelecia que, no bairro Maria Ortiz,<sup>10</sup> situado na região da Grande Goiabeiras, todas as ruas deveriam ter nomes de professoras de Vitória já falecidas. A justificativa, apresentada no documento ‘Proposta de Lei’, apresentada pelo edil naquele ano, é autoexplicativa:

O que se pretende, através do presente projeto de lei é disciplinar o procedimento do legislador de modo a se agrupar, num só Bairro e nas suas respectivas ruas, o nome de pessoas que prestaram serviços relevantes à comunidade no difícil mister de educar. Pela sua significativa contribuição a classe de professores, na qual se destacaram as mais luminosas culturas, tornou-se merecedora da homenagem que ora se presta. Esta matéria ensinará aos nossos dignos pares a oportunidade de reverenciar a memória saudosa e querida de sua inesquecível professora ou de seu inesquecível professor, que sempre foram autênticos abnegados e idealistas, porque infelizmente no Brasil ser mestre é renunciar à fortuna e se entregar a uma vida obscura (Proposta de Lei nº 100/1979).

Em 1992, essa lei foi revogada. Mas, a partir da exposição, pode-se concluir que ela influenciou no aumento de logradouros de Vitória com nomes de mulheres, já que o magistério é composto majoritariamente por mulheres. Entre os especialistas e os que trabalham na administração das escolas, as mulheres representavam 88,2% do magistério capixaba em 1991.

Outra forma utilizada pelos vereadores para reforçar a importância da homenageada era acrescentar o estado civil ou a filiação da mulher. A maioria das

---

10 Maria Ortiz teria nascido em Vitória, a 14 de setembro de 1603, filha dos imigrantes espanhóis Juan Orty y Ortiz e Carolina Darico. No imaginário capixaba, ela ocupa lugar de destaque, comendo, com Domingos Martins (1781-1817), Caboclo Bernardo (1859-1914) e outros, além do próprio Vasco Fernandes Coutinho (c.1495-1561), uma espécie de Panteão de Heróis. A heroína, em 1625, contava com 21 anos de idade quando ocorre a invasão holandesa em solo capixaba. Reconhecendo o valor da ação uma carta ao Governador Geral Diogo Luiz de Oliveira, em junho de 1625, assim relata: “Na repulsa dos invasores audaciosos é de justiça destacar a atitude de uma jovem moça que, astuciosamente, retardou o acesso dos invasores à parte alta da vila, por eles visada, permitindo assim que organizássemos, com os homens e elementos de que dispúnhamos, a defesa da sede. Essa jovem se tornou para todos nós um exemplo vivo de decisão, coragem e amor à terra. A ela devemos esse valioso serviço, sem o qual a nossa tarefa seria muito mais difícil e penosa. O seu entusiasmo decidido fez vibrar o dos próprios soldados, paisanos e populares na defesa e perseguição do invasor audaz e traiçoeiro”. Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n. 57 (2003).

justificativas da década de 1970 continha o nome ou do pai ou do marido, ou até dos filhos, além de mostrar o local em que a mulher residia, ou residiu a vida toda, seu trabalho, sua humildade e, principalmente, sua condição de esposa, amiga e religiosa. Desta forma, os vereadores destacam, sobremaneira, as qualidades relativas de “mulher” vivida pela pessoa que querem homenagear. Além disso, as justificativas salientavam as qualidades maternas, familiares e filantrópicas.

De maneira notória, as qualidades ou predicados considerados importantes às mulheres diferem-se bastante das exigidas ou esperadas nas justificativas para nomear logradouros com nomes de homens. Para estes, são reforçadas as qualidades relacionadas ao mundo público, principalmente ao trabalho desenvolvido por ele. Geralmente cita-se o nome da empresa ou do local no qual trabalhou, o tipo de serviço que ele executava na empresa, se atuou em campanhas, ou mesmo o tipo de crença que desenvolvia. Na realidade, para os homens as qualidades exigidas eram sempre relacionadas ao trabalho e sua participação na vida pública.

Já na década de 1980, após o auge do movimento feminista no Brasil, que se fará possível verificar algumas mudanças mais proficientes. Das profissões encontradas junto às homenageadas, embora a maioria continuasse a ser professora (60%), depara-se também com profissões (40%) antes não mencionadas, tais como: funcionária pública municipal e federal, atriz, cirurgiã dentista, enfermeira, poetisa, nutricionista e parlamentar.

Além disso, em 1980, encontram-se mudanças no que se refere ao estado civil, 40% não foram identificadas nem como casadas nem como solteiras. Por isso, pode-se inferir que, com as transformações do comportamento feminino: primeiro em relação ao trabalho e, depois, em relação ao casamento, houve uma nova forma de qualificar a mulher que recebia o tributo.<sup>11</sup>

Apesar de continuarem presentes nas justificativas da década de 1980 qualidades como “mãe amorosa, abnegada, amizade, bondade, honestidade, honradez, dedicação, paz, fé fervorosa e espírito humanitário”, já é possível encontrar novos predicados consonantes com as mudanças que a cidade de Vitória vinha passando, como, por exemplo: “primeira moradora do bairro”, “prestou relevantes serviços à comunidade”, “mulher mais idosa do bairro”, “mulher batalhadora que enfrentou todo tipo de dificuldade para criar seus oito filhos”, “especialista dedicada à sua profissão”, “desbravadora do bairro”, “participou da Academia Brasileira de Letras”, entre outros.

As justificativas apresentadas naquela década também indicavam uma crescente participação das mulheres nos movimentos sociais, principalmente

---

11 A mudança de comportamento na sociedade vitoriense também foi percebida por Nader, ao identificar que as mulheres profissionalizadas mudaram a forma de se relacionar com o casamento.

nas associações de moradores dos bairros, que se debatiam por melhorias urbanas. Nessa época é que se começou a utilização por moradores de bairros de abaixo-assinados.<sup>12</sup> No início dos anos de 1980, os projetos foram acrescidos de listas de abaixo-assinados dos moradores dos bairros que desejavam homenagear as mulheres para sugerir aos vereadores nomes para os logradouros. Era um momento de afirmação do movimento popular que ia abrir caminho para que um maior número de mulheres fosse homenageada com seus nomes nos logradouros da cidade. Assim, o exame da questão, na década de 1980, mostrou que se deram, ao mesmo tempo, o aumento da presença do movimento popular nas definições de nomes para os logradouros e um maior espaço para a sugestão de homenagens às mulheres.

Nos anos de 1990, as professoras permaneceram sendo as mais homenageadas e ocuparam um total de 60% dos logradouros batizados com nomes de mulheres; enquanto que outras profissões se mantiveram na faixa dos 40%. Entre essas havia costureiras, secretárias, médicas, benzedeiras, parteiras e até uma oficial-tenente da polícia. A diversidade de profissões era o reflexo da variedade de ofertas ensejadas pelo mercado de trabalho numa cidade que não parava de se desenvolver.

Ao mesmo tempo, caía em desuso a não referência (90%) ao estado civil da mulher nas justificativas dos projetos na década de 1990, revelando apenas 10% de mulheres casadas. Além disso, as justificativas também recaíam em relação ao desempenho da homenageada, enquanto militante das causas sociais, dando-se ênfase à participação feminina na história do bairro.

Durante o período pesquisado (1970 a 2000), em que o crescimento da cidade coincide com a implantação dos grandes projetos industriais, os vereadores dedicaram-se tanto a dar nomes aos logradouros, por uma necessidade legal, quanto para facilitar a vida de todos que ali residiam.

Vale ressaltar que um dos projetos com mais farta justificativa, pleno de dados biográficos e curriculares, incluindo até uma foto de corpo inteiro, foi o de uma professora negra que fora homenageada. Tanto esmero e riqueza de dados para justificar a homenagem a essa mulher mais parece um esforço adicional no sentido de não deixar dúvidas perante as razões da homenagem. O empenho na descrição da sua competência técnica chama a atenção porque pode sugerir a existência de uma discriminação ainda maior, sobretudo se for levada em conta a quantidade de mulheres negras homenageadas nos logradouros. Mesmo que, nos projetos de lei pesquisados, não haja referência à etnia da pessoa homenageada, raras são as vezes em que seja possível ver uma foto em anexo, ainda assim

---

12 A partir dos anos de 1980, os projetos são acrescidos de listas de abaixo-assinado dos moradores dos bairros que desejam homenagear as mulheres.

pode-se inferir que as mulheres negras sejam menos ainda homenageadas do que as mulheres brancas<sup>13</sup> Até porque, como é de se esperar, a discriminação e o preconceito, de acordo com Munanga, são “transformados em armas ideológicas para legitimar e justificar a exterminação, a exploração e a exclusão de segmentos importantes da sociedade” (1996, p. 213-214).

A participação feminina nas Câmaras Municipais tem sido mais frequente do que nas esferas estadual e federal; e são mulheres ligadas ao magistério, às comunidades, sendo que algumas são profissionais liberais. Ainda que, certamente, exista todo um conjunto de razões que explique a atual inclinação da mulher capixaba para vereança da capital, a facilidade para conciliar o trabalho exigido pela investidura política com as responsabilidades da atividade doméstica, das quais a mulher parece ter grande dificuldade para se desvencilhar, pode ser uma motivação em especial a ser salientada (PINHEIRO, 1983). Obviamente, outras causas podem ser mencionadas a fim de justificar as limitadas possibilidades para a mulher aspirar postos políticos de maior autoridade. Uma delas não deixa de ser a exigência de possuir bases eleitorais bem distribuídas pelo estado afora, o que implicaria num estreito relacionamento político com prefeitos e outros líderes municipais, em sua maioria homens integrantes de um tradicional sistema político-partidário que só recentemente começou a incorporar preocupações relacionadas à questão de gênero. Assim, no período que vai de 1970 até o ano 2000, pela Câmara de Vitória passaram as professoras Etta de Assis, Elizabeth Osório e Maria Ignez Pfister, as líderes comunitárias Gilsa Barcellos e Neuzinha de Oliveira e a advogada Luzia Toledo – esta, profissional liberal e solteira, seria depois vice-prefeita, deputada estadual, senadora e secretária de Estado.

Ainda de acordo com Tabak (1985), além de ser empiricamente comprovado que as mulheres estão em geral sub-representadas nos órgãos de poder, a proporção feminina não corresponde jamais ao peso relativo da sua população. Também, embora já haja um progressivo aumento da representação feminina, no que se refere à nomenclatura de logradouros, não se constata a mesma proporção entre o aumento do número de mulheres homenageadas e a quantidade de representação feminina na Câmara Municipal, até porque a cidade de Vitória ainda não incorporou, em sua história política, uma tradição que dê relevo à igualdade de gênero em postos de poder.

A ínfima representação feminina eleita para a Câmara Municipal da capital, nas últimas décadas, pode atestar essa realidade. Em 1982, foram eleitas duas mu-

---

13 A ideia de raça aqui desenvolvida se constitui como uma construção social. Segundo Silvério, com raras exceções, raça, contemporaneamente, tem sido entendida enquanto um constructo social, não se referindo a qualquer categoria biológica. Conferir em SILVÉRIO, 2003, p. 57-77.

lheres (10,53%) e 17 homens (89,47%). Em 1988, foram eleitas duas mulheres (9,52%) e 19 homens (90,48%). E em 1992, apenas uma mulher (4,76%) conseguiu se eleger, enquanto que 20 homens (95,24%) foram eleitos. Esse quadro vai de encontro ao aumento significativo da participação da sociedade organizada na sugestão de nomenclaturas, fato que merece ser destacado, sobretudo se for considerado o expressivo aumento de 20% nas justificativas contidas nos projetos de nomes de logradouros da década de 1990, que valorizavam a mulher engajada socialmente.

### **Considerações finais**

Uma cidade, com diminuta quantidade de nomes de mulheres inscritas em seus logradouros públicos, concorre objetivamente para a reprodução da discriminação de gênero. O resultado desta pesquisa comprovou que dobrou o número de nomes de mulheres em logradouros públicos da cidade de Vitória, após os anos 1970, levando em conta o período anterior. Mesmo assim, esse crescimento ainda não expressa o fim da sub-representação feminina em relação à quantidade de nomes de homens.

Ao lado da inferioridade numérica de logradouros públicos com nomes de mulheres, soma-se também a superioridade masculina naquilo que diz respeito ao porte e importância deles perante a população. Isto é, há de fato uma sub-representação feminina nos logradouros cujos endereços possuem mais valor no mercado imobiliário, como as avenidas e ruas mais valorizadas e prestigiadas da cidade, batizadas com nomes de personagens masculinos.

No que concerne à legislação, apesar de a escolha da nomenclatura de logradouros públicos ser mais uma forma de discriminação de gênero, nem por isso se percebe que a atuação do movimento feminista, em Vitória, foi suficientemente vigorosa para alterar os critérios definidos em lei para nomeá-los. A razão disso pode estar no fato de que até agora não se tenha dado ao caso a devida importância. Até porque, provavelmente, não se tenha ainda identificado certa discriminação contida no ato de poder de escolher os nomes dos logradouros.

Examinando-se as “Justificativas”, item exigido pela legislação que disciplina a feitura e tramitação dos projetos de lei, a influência da ação do movimento feminista é encontrada. É uma razão pela qual se podem explicar alterações carregadas de elementos valorizando a mulher, ao abordar a biografia da homenageada e as quais não mais se esmeram em destacar a afinidade das mulheres com as prendas domésticas ou algo deste estereótipo feminino. Agora, na busca de apoio à sua propositura, o autor do projeto até se excede na ênfase da mulher dedicada às atividades fora do lar, no ambiente público e social.

Conclui-se, portanto, que o movimento feminista exerceu a sua autoridade na forma com a qual os vereadores e prefeitos começaram a biografar as mulheres, salientando qualidades próprias da mulher moderna, livre do arquétipo tradicional. A política capixaba, por sua vez, não haveria de ficar indiferente a toda mudança ocorrida e de algum modo responderia com certa mudança de atitude.

Ainda assim, no momento em que a discriminação é constatada, cientificamente, impõe-se, obrigatoriamente, a sua superação a fim de que seja resguardado o preceito de igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal.<sup>14</sup> Essa superação poderia se dar com uma emenda à legislação pertinente que se traduzisse em um dispositivo legal afirmativo dos direitos femininos, em Vitória.

A pesquisa foi realizada na capital, mas como se trata de uma demanda muito mais ampla, ela poderá agora ser aceita como uma referência para que também, em outros municípios capixabas e brasileiros, de um modo geral, possam ser desenvolvidos novos trabalhos que contribuam para mensurar a valorização que se dá às mulheres munícipes e identificar motivações históricas que condicionem alguns costumes. O processo para nomear logradouros é semelhante em todos os municípios do Brasil e é quase que um privilégio consuetudinário dos vereadores e prefeitos a atribuição para tal fim. Levantar discussões nessa direção é estabelecer mais um vínculo, ligando a problemática de gênero ao cotidiano e à vida da cidade.

Os projetos de lei para denominar logradouros são considerados pela mídia pouco importantes. A maneira tão subestimada da qual se trata tal tema explica-se pela ausência de uma cultura valorizativa da memória, de preservação da identidade e da história de uma cidade que logo vai completar cinco séculos. Talvez a carência de trabalhos atualizados sobre os logradouros de Vitória esteja também ligada à escassa bibliografia a respeito do tema. Daí a imperiosa necessidade de mais incursões acadêmicas nesta direção, a fim de que se transponha a lacuna existente hoje, facilitando eventuais consultas pelas futuras gerações de pesquisadores.

Finalmente, pode-se acrescentar ao saldo que ficou da atuação do movimento feminista, no período pesquisado, o aumento dos nomes de mulheres nos logradouros públicos de Vitória. Algo muito importante, mas não mais do que a alteração que se verificou nos procedimentos dos vereadores e prefeitos, que exerceram mandatos nessa quadra. Aqueles que possuíam a prerrogativa legal para o exercício do poder de dar nomes aos logradouros públicos passaram a

---

<sup>14</sup> “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Constituição Federal, Art 5º, Inciso I.

justificar suas indicações com argumentos bem mais compatíveis com toda uma realidade permeada pela obra do movimento feminista, durante o processo de industrialização da capital capixaba, embora uma persistente sub-representação feminina esteja aí a revelar que as mulheres continuam menos reconhecidas e menos valorizadas do que se pretendia como ideal para uma época de tamanha modernização e urbanização.<sup>15</sup>

## Referências

ANAIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA (1970-2000)

BALCAO, Nilde. Discriminação de gênero e omissão sindical. CUT – espaço de mulheres e de homens. In: **Central Única dos Trabalhadores**. Espaço de mulheres e homens. São Paulo: CUT-CNMT, 1993.

BALANDIER, G. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BALESTRERO, Herivaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**. Espírito Santo: Viana, 1979.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1985.

BLAY, Eva Alterman. **Mulher e Estado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. “Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches.” In: **Mulher Hoje**. vol.26. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 63-70.

BILICH, Jeanne. **As Múltiplas Trincheiras de Amylton de Almeida**: o cinema como mundo, a arte como universo. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2005.

BRUSCHINI, Cristina (org.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Fundação Carlos Chagas, 1989.

---

15 Segundo Hanner, a história dos últimos séculos, seja na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos ou de qualquer outra parte do mundo, ainda tem sido escrita, geralmente como se os importantes processos de industrialização, urbanização e até de reprodução da população acontecessem, aparentemente, sem a participação ou mesmo a presença do sexo feminino (2003, p.15).

\_\_\_\_\_; SORJ, Bila. **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil.** São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994.

CAMACHO, Thimoteo. **Mulher, trabalho e poder: o machismo nas relações de gênero da UFES.** Vitória: EDUFES, 1997.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde.** Vitória. P.M.V., Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.

COLBARI, Antonia. “Cenas do movimento sindical capixaba: o passado recente e os desafios atuais”. In. **Escritos de Vitória: movimentos sociais.** Vitória: Secretaria de Cultura e Turismo, n. 16, p. 32-36, 1996.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória.** Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

FARIA, Nalu (Org.). **Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 9ª Ed. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2003.

HANNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelo direito da mulher no Brasil (1850-1940).** Florianópolis:, Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; Edunic, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Juçara. **Natureza, folclore e história: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX.** 2002. 436 f. Tese (Doutorado em História) programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In. **História e memória**. Bernardo Leitão [et al.]. Ed. Unicamp. Campinas, 1992, p. 462-473.

MARTINS, Edna Calabrez. “O brilho da metade do céu”. In. **Escritos de Vitória: movimentos sociais**. Vitória: Secretaria de Cultura e Turismo, n.16, p. 57-63, 1996.

MONJARDIM, Adelpho. **Vitória física: geografia, história e geologia**. 2 ed. Vitória, PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

MORAES, Neida Lúcia. **Espírito Santo: histórias de suas lutas e conquistas**. Vitória: Artgraf, 2002.

MUNANGA, Kabengele. “As facetas de um racismo silenciado”. In. SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Renato (Orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo. Edusp, 1996. p. 213-29.

NADER, Maria Beatriz. **Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória: EDUFES, 2008.

NORA, M. e P; D’ALÉSSIO, Márcia Mansor. “Memória: Leituras de M. e P. Nora”. In. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 101, p. 97-103, 1992.

NOVAES, Maria Stella de. **A Mulher na História do Espírito Santo: história e folclore**. Vitória: EDUFES; Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

PINHEIRO, Ana Alice Costa. “A participação da mulher nas eleições de novembro de 1982 na Bahia”. In. **Encontro Anual da ANCOPS**, 7, Águas de São Pedro, 1983 (mimeo).

PINTO, Andréia Márcia. **A representação da mulher nos livros didáticos de história**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). 2001. 181f. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

RIANI, Lourêncina. **A mulher na política capixaba**. (trabalho para conclusão de curso) (Departamento de Serviço Social), 1994. 156f. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1994.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. “Pobre Vasco”. **A Gazeta**, Vitória-ES, 2007. Caderno Dois, pág. 1

ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo**. Vitória: s.n., 2000.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria. **Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo. 1955-1985**. Vitória: FCAA, 1991.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. 4ª ed. São Paulo. Moderna, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. **Doação da Ilha de Vitória**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002.

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada 1532-2002**. Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In. **Mulher e realidade: mulher e educação**. Revisão e tradução de Tomaz Tadeu Silva. Porto Alegre, v. 16, n. 2, julho/dez, 1990, p. 28-50.

\_\_\_\_\_. “História das mulheres”. In. BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução B. Bray, 2 ed. São Paulo: UNESP. 1992, p. 63-95.

SILVA, Alice Inês de O. e. “Abelhinhas numa diligente colmeia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta”. In. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina**. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas, 1989, p. 143-176.

SILVA, Erineusa Maria. **As relações de gênero no magistério: a imagem da feminização**. Vitória: Edufes, 2002.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória. 1950-1980**. Vitória: EDUSP, 2002.

SILVÉRIO, Valter R. “O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro”. In. SILVA, Petronilha B.G (Org.). In. **Educação e Ações Afirmativas. Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p. 55-80.

SOARES, Renato Viana. **Retrato Escrito**: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa. (1945-1995). Vitória: ITB, 2005.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Brasiliense, 1991.

TABAK, Fanny. “A década da mulher como forma de participação e pressão política avaliação e balanço”. In. **Encontro Anual da ANCOPS**, 9, Rio de Janeiro, 1985 (mimeo).

VIANNA, Cláudia. “Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino”. In. **Gênero e educação**: caderno de apoio para a educadora e o educador. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria Municipal de Educação, 2003, p. 33-48

**AS MATRIZES DO  
*KAZOKU-KOKKA***

# AS MATRIZES DO *KAZOKU-KOKKA*: A MULHER JAPONESA ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE (1868-1912)

Altino Silveira Silva<sup>1</sup>

A estrutura e as relações familiares eram essenciais para a legitimação das relações de poder e hierarquia na esfera pública mantida pelo Estado *Meiji*. Em conjunto com os aparelhos ideológicos de Estado, tais como o sistema escolar e a religião xintoísta, diferentes forças sociais associadas à hegemonia, mas desvinculadas da organização burocrática estatal, difundiam o *kazoku-kokka* (Família-Estado) com a finalidade de alcançarem os objetivos do *fukoku kyohei* (país rico, exército forte). O processo de construção do Japão industrial pós-1868 foi marcado pelo hibridismo, ou seja, por um conjugado de mudanças e de rupturas ocasionadas pela influência dos valores e técnicas ocidentais em detrimento da cultura nativa, concomitantemente aliada ao fortalecimento e à expansão de tradições tipicamente japonesas.

Neste cenário, o papel delineado para o feminino seria marcado por congruências e contestações aos preceitos tradicionais. Um dos discursos que congregava várias forças era aquele que promovia o *ryôsai kenbo shugi* (doutrina das boas esposas e sábias mães). Mesmo com a variedade de opiniões das facções, os defensores desse discurso rompiam com muitos dos preceitos tradicionais neconfucianos ao elevarem o *status* das mulheres, considerando-as peças-chave para o fortalecimento e a modernização do Japão. Simultaneamente, outros preceitos confucianos eram reforçados para a manutenção do domínio masculino e a autoridade governamental.

A maioria da produção historiográfica sobre a Restauração *Meiji* (1868-1912) possui por foco as transformações macroeconômicas para explicar o processo de modernização e de ocidentalização do Japão. Todavia as análises que exploram as vivências das mulheres e o processo de construção/reconstrução dos papéis sociais de gênero para a compreensão desse mesmo processo se mostram bastante frutíferas, pois apresentam as multiplicidades das relações de força e o panorama heterogêneo que marcaram o país. Este artigo busca a partir do exame a fontes primárias – notadamente como romances literários, pinturas e xilogravuras japonesas produzidas à época –, que seguem apoiadas numa extensa consulta bibliográfica, oferecer uma síntese sobre as propostas e os modelos idealizados para o sexo feminino.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em História pela UFES e em Direito Material e Processual do Trabalho pela ESA-O-AB/ES. Bacharel em Direito pela FDV. Professor do curso de Direito da Faculdade Pitágoras.

## Uma “nova era”

Desde 1636, o *xogunato* Tokugawa havia fechado o Japão a todos os missionários e a quase todos os contatos comerciais com as nações ocidentais. Os únicos europeus permitidos a comercializar com os japoneses durante o período Edo (1600-1868) foram os holandeses, na ilha artificial de Dejima, localizada na enseada de Nagasaki. Esse isolamento autoimposto durou mais de duzentos anos e resistiu aos assédios dos russos, britânicos e franceses que tentaram, durante o século XVIII, rompê-lo. Este país adormecido foi agressivamente despertado pela frota estado-unidense, comandada pelo Comodoro Mathew Calbraith Perry (1794-1858), no ano de 1853. A missão da frota tinha por objetivo entregar às autoridades japonesas uma carta do presidente Millard Fillmore (1800-1874) na qual ele “convidava” os japoneses a abrirem seu país ao comércio internacional.

Em fevereiro de 1854, os norte-americanos retornaram ao Japão e, em 31 de março do mesmo ano, firmaram com o *bakufu*<sup>2</sup> o tratado-desigual<sup>3</sup> de *Kanagawa jôyaku* (Tratado de Kanagawa) que concedeu status consular aos Estados Unidos e abriu os portos de Hakodate, Nagasaki e Shimoda para que os seus navios comprassem os suprimentos. As contínuas pressões das Potências Europeias e dos EUA fizeram com que, entre os anos de 1858 e 1859, o *shogun* permitisse que os comerciantes ocidentais negociassem seus produtos nos portos de Yokohama, Niigata, Nagasaki, Edo e Kobe.<sup>4</sup>

Seguiu-se à abertura um conflito entre clãs rivais e a violência atingiu o seu ápice numa breve guerra civil entre as forças do *shogun* com os *daimyo* das regiões de Chôshû e Satsuma. Os opositores do regime apropriaram-se do estandarte da corte imperial com o discurso de defendê-lo da usurpação cometida pelo clã Tokugawa. O *tennô* (imperador), por ser uma “venerável tradição” – sua pessoa remontava a ancestralidade histórica do reino Yamato<sup>5</sup> e a religião

---

2 *Bakufu* significa literalmente “governo da tenda”, porém designa o quartel general do governo militar japonês, ou seja, a sede do xogunato.

3 Tratado desigual é uma expressão normalmente usada para designar os primeiros tratados firmados entre as Potências Imperialistas com a China e o Japão. Os termos contidos nesses tratados acarretaram ao governo japonês perder os seus direitos sobre as tarifas alfandegárias e sobre a jurisdição dos estrangeiros em seu território. São considerados desiguais não apenas por ter abalado as soberanias do Japão e da China, mas, também, por não haver a reciprocidade entre os signatários.

4 O tratado que abriu os portos japoneses para o comércio com os Estados Unidos da América (EUA) denominou-se *Nichibei Shûki Tsûshô Jôyaku* (Tratado de Amizade e Comércio) e foi negociado por Townsend Harris (1804-1878), então Ministro Plenipotenciário dos EUA no Japão (Consulado de Shimoda), em 1858.

5 Yamato é o antigo nome do reino do Japão que compreendia as regiões centro-sul da ilha de Hoshû, noroeste da ilha de Kyûshû e a ilha Shikoku. A sede do governo imperial deslocava-se pela região que compreende as províncias de Nara, Wakayama, Mie, Kyoto, Osaka, Hyôgo e Shiga.

*shintô*<sup>6</sup> –, legitimaria os golpistas diante das massas e facilitaria a aceitação da obediência e da lealdade à nova ordem.

A Restauração *Meiji* pode ser avaliada como uma contrarrevolução, pois não houve uma transferência do poder para outra classe social, já que os opositores eram provenientes da mesma oligarquia governante – a casta *samurai*. Em teoria, no mês de janeiro de 1868, Tokugawa Yoshinobu (1837-1913) abdicou do título de *shogun*, transferindo o poder para o imperador Mutsuhito (1852-1912) e restaurando o *mikado* (governo imperial). Entretanto, eram os guerreiros que derrubaram o regime Tokugawa que realmente governavam o Japão. As lideranças *Meiji* manipulavam o imperador, o que fazia deste não mais do que uma figura emblemática usada como símbolo vivo para representar a autoridade do Estado japonês perante a população.

No primeiro ano da Era *Meiji* (1868) foi criado o *Jingikan* (Departamento de Assuntos Religiosos) e poucos anos depois, em 1871, este órgão foi elevado à categoria de ministério, renomeado, então, como *Jingishô* (Ministério das Divindades). O *Jingikan* foi estabelecido como o mais elevado órgão da estrutura governamental, superior até ao *Dajôkan* (Conselho de Estado) e tinha por competência a religião *shintô*. Por outro lado, as facções budistas estavam sob tutela do Ministério do Interior (JANSEN, 2002, p. 350). Os líderes *Meiji* esperavam que o xintoísmo providenciasse a legitimação da nova ordem. Afinal, o *tennô* (imperador) personificava a superestrutura de dominação perante as massas, pois o soberano era uma venerável tradição que remontava a ancestralidade histórica do reino Yamato e da religião *shintô*.

Hardacre (1991) e Keene (2002) salientam que o *Jingikan* representou uma vitória dos ativistas xintoístas partidários da Restauração, tais como Fukuba Bisei<sup>7</sup> (1831-1907), pois permitiu que se fosse conduzida uma política para a centralização da administração e dos ritos que compunham a estrutura material e espiritual do *shintô*. Gordon complementa as argumentações sobre *osaiei itchi* (união dos ritos e governo) ao salientar que “it created a national organization of Shinto shrines for the first time in Japanese history” (2003, p. 110).

A relevância do xintoísmo como um instrumento para o exercício do poder, ainda no primeiro ano da Restauração, pode ser verificado pela cerimônia de promulgação, em 07 de abril de 1868, dos cinco artigos que compunham o Juramento

---

6 *Shintô* significa “caminho dos deuses”. Religião nativa do Japão que explicava a origem do seu arquipélago, do seu povo e da casa real nas mitológicas divindades Izanagi e Izanami. Uma religião animista baseada no culto da natureza, dos ancestrais e de oitocentas divindades. Não possui um código de valores moral e espiritual que pudessem enfraquecer a inviolabilidade do imperador e a hierarquia sócio-política tradicional. Segundo as crenças xintoístas, o imperador era descendente de Amaterasu okami, a deusa do Sol.

7 Fukuba Bisei: Erudito e filósofo, nascido na prefeitura de Shimane. Fez parte do governo *Meiji*, tendo em seguida ocupado postos no *genrô-in* e na Câmara dos Pares.

Imperial (*Gokajô no goseimon*). Apesar do Juramento Imperial ser considerado uma iniciativa do próprio *tennô* foi, na verdade, escrito pelos samurais Yuri Kimimasa<sup>8</sup> (1829-1909) e Fukuoka Takachika<sup>9</sup> (1835-1919).

Em meio as ações para consolidação política centralizada no soberano japonês, as lideranças *Meiji* implementaram uma série de medidas, que viriam a transformar a sociedade e os meios de produção até então vigentes no arquipélago nipônico. No ano de 1871, o governo tomou medidas importantes para o fortalecimento do Estado-nação centralizado, entre elas estavam a dissolução dos *han* (feudos), que dividiram o Japão por duzentos anos. Os *daimyo* (lordes feudais) foram destituídos de suas funções administrativas e substituídos por uma burocracia proveniente, na maioria, da casta *samurai* e subordinada ao poder central. Nos anos que se seguiram seriam promulgadas legislações nacionais a serem aplicadas em todo o país, um sistema postal e um exército/marinha nacionais, e uma administração diretamente subordinada à vontade dos homens em Tokyo.

### “Novas mulheres” para uma “nova era”

Uma enigmática pintura sobre seda retrata duas meninas japonesas sentadas à beira da praia (julgando pela fisionomia das modelos, provavelmente eram irmãs). A primeira menina veste um *kimono*, no estilo *furisode*,<sup>10</sup> um *obi*<sup>11</sup> florido atado ao abdômen, calça nos pés sandálias *zôri*<sup>12</sup> e possui seus cabelos negros caindo pelo ombro direito na forma de uma longa trança.<sup>13</sup> A segunda menina usa um vestido verde em corte ocidental, resguardado por babados na gola, calça sapatos modelo Mary Janes e possui cabelos curtos. No cenário ainda é destacada a presença de três barcos: o primeiro, em um banco de areia, é um antigo

---

8 Yuri Kimimasa: Samurai, nascido no domínio de Fukui. Partidário da facção legalista que apoiou a “restauração” do poder imperial. Foi um dos membros da missão Iwakura (1871) e, posteriormente, nomeado membro do *genrô* (1875).

9 Fukuoka Takachika: samurai nascido na província de Tosa. Partidário da facção legalista. Foi membro da comissão para redigir o projeto da Constituição Imperial e depois nomeado ministro da Educação e conselheiro imperial (1891).

10 *Furisode* é um *kimono* de estilo formal usado por mulheres que ainda não são casadas. As mulheres que o vestem procuram remeter isso à ideia de que elas estão disponíveis para serem desposadas. Normalmente são usados em ocasiões formais como a cerimônia do chá ou o em casamento de parentes e amigos próximos.

11 *Obi*: cinto japonês usado em volta do *kimono* ou do *yukata*. Existe uma variedade de tipos que são usados conforme a ocasião.

12 *Zôri*: sandálias feitas de palha de arroz, de outras fibras ou de madeira, caracterizadas pelas altas plataformas e utilizadas juntamente com as roupas tradicionais.

13 Os estilos de corte dos cabelos em muitas culturas é um sinal diferenciador social ou cultural. Os longos cabelos da menina, de *kimono*, remetem ao estilo tradicional: as mulheres, provenientes das castas mais abastadas mantinham os cabelos longos. Já na segunda menina, em trajes ocidentais, os cabelos curtos reforçam o processo de modernização da sociedade japonesa.

barco de pescadores movido a remos. O segundo, próximo ao litoral, só mostra três mastros contendo as velas latinas da embarcação. O terceiro, ao longe no horizonte, é um moderno navio a vapor. Essa obra sem data é intitulada “*Two girls by the Sea*” (Figura 01) e foi assinada e selada<sup>14</sup> por um artista chamado por Kafû (BROWN; MINICHIELLO, 2001, 59). Os elementos que compõem o cenário e a aparência das personagens remetem às diferenças entre “tradição” e “modernidade” e transmitem ensinamentos, de forma artística, sobre o processo político pelo qual passava o Japão à época: a transformação de uma nação feudal e agrária para um Estado moderno e industrial, contudo, sem perder a sua identidade cultural.

Figura 01 - *Two girls by the Sea* (Duas meninas na praia)



Fonte: BROWN & MINICHIELLO, 2001: 59

O modelo feminino idealizado e a misoginia que marcaram o *jokun* (instruções para mulheres), durante o *Edo jidai*<sup>15</sup> (1600-1868), foram compendiados na obra intitulada *Onna daigaku* (Grande Ensino às Mulheres) (1672), escrita por Kaibara Ekken<sup>16</sup> (1631-1714). Os preceitos neoconfucianos caracterizavam a

14 Pelo costume japonês o artista não apenas assinava a pintura como também possuía um selo, chamado de *hanko*, com o emblema pessoal e único, em caracteres *kanji* estilizados, para autenticar sua obra.

15 *Edo jidai*, também chamado Período Tokugawa, é uma divisão da história do Japão. O domínio hegemônico do clã Tokugawa no Japão iniciou-se com a vitória deste clã sobre o clã Toyotomi na batalha de Sekigahara, em 1600. Todavia, oficialmente, o período Edo inicia-se em 1603, quando seu líder Tokugawa Ieyasu (1543-1616), recebeu o título de *shogun*.

16 Kaibara Ekken, também conhecido como Atsunobo, foi um botânico e filósofo neoconfuciano japonês.

natureza do gênero feminino como inferior ao masculino, uma vez que, sob estes preceitos, as mulheres eram “totalmente destituídas de sabedoria” e portadoras de “uma mente sem profundidade”. As cinco fraquezas a elas imputadas (indolência, descontentamento, difamação, ciúmes e tolice) obrigavam-nas a seguir com humildade e obediência os desígnios dos homens por toda a vida.

Vê-se, assim, que o domínio masculino era decorrente da estrutura familiar, uma vez que o relacionamento especial entre a esposa e a família do seu marido baseava-se na incansável devoção da mulher. Os ditames neoconfucionistas impunham às mulheres os deveres de “levantar-se cedo e deitar-se tarde”, a autonegação, a paciência e a humildade, a resignação perante todas as críticas e fúrias do seu marido e a responsabilidade pela reprodução. As relações de domínio e subordinação do sistema tradicional japonês eram vistas como os meios para se alcançar a harmonia e a prosperidade tanto na família quanto na sociedade.

Em 1895, o orientalista e pastor protestante estado-unidense William Elliot Griffis<sup>17</sup> (1843-1928) sintetizou a finalidade do casamento tradicional japonês ao dizer que no Japão a família poderia perecer, mas a casa deveria ser preservada. Ou seja, era a continuidade do nome e da casa que importava não necessariamente os laços sanguíneos. A manutenção da descendência familiar, por meio da adoção do genro (*muko yôshi*), pode ser constatada no caso concreto da família de Hiratsuka Raichô (1886-1971), notória feminista e intelectual japonesa do período *Taishô* e *Showa*, e no romance *Sasameyuki*<sup>18</sup> (Neve fina). No primeiro caso, o sobrenome original do avô paterno era Kondô, porém este foi adotado pela família Hiratsuka para preservar a linhagem familiar. Por parte materna foi possível verificar esta prática, pois o avô materno tinha origem familiar Takano e foi adotado pela família Iijima (CRAIG, 2006). No segundo caso, o narrador informa que o patriarca da família Makioka não teve filhos homens e, em virtude disso, passou a chefia da casa central a Tatsuo, marido de sua filha mais velha Tsuruko, e a da casa secundária a Teinosuke, esposo de Sachiko, dando assim continuidade ao sobrenome familiar após a sua morte.

As reformas propostas pelas racionalidades do novo regime, sob a ótica do discurso *bunmeikaika* (civilização e esclarecimento), defendiam a adoção das ciências, técnicas e costumes ocidentais para que o Japão acelerasse seus passos rumo aos países industriais mais avançados e pudesse, assim, fazer frente às ameaças imperialistas. Os líderes *Meiji* e seus oficiais, equipados com as ideias e práticas ocidentais, promoveram diversas reavaliações nas estruturas socioeconômico

---

17 William Elliot Griffis: convidado a lecionar no domínio de Fukui (1870), posteriormente se mudou para a cidade de Tokyo. As experiências de sua estadia de quatro anos no Japão permitiu que escrevesse dezoito livros sobre o país.

18 A edição em língua portuguesa foi intitulada “As irmãs Makioka”.

-ideológicas em vigor no regime feudal nativo. Entre elas estavam a revogação do sistema de castas e dos feudos; a libertação dos servos; a formação de um exército de conscritos e a promulgação de códigos Penal e Civil.

O sistema familiar tradicional também foi alvo de reavaliações. A primeira proposta concreta veio com a *Meiokusha* (Sociedade *Meiji* dos Seis), composta por um grupo de intelectuais tais como Nitobe Inazô (1862-1933), Mori Arinori (1847-1889) e Fukuzawa Yukichi (1835-1901), que difundia diversos conceitos e saberes ocidentais em relação à família. Sua alternativa, para a revisão do sistema familiar tradicional e do ideal feminino neoconfucionista, era a família monogâmica, cujo marido e esposa eram corresponsáveis na administração da casa e na educação dos filhos.

As propostas da *Meiokusha* contrariavam diversas doutrinas básicas de influência confucionista. Primeiro, o relacionamento equiparado entre o marido e a esposa era baseado na premissa de igualdade masculino-feminino como seres humanos. Esta suposição ia diretamente contra os ensinamentos confucianos da inferioridade inata das mulheres. Segundo, com o reconhecimento da esposa, como parceira e não como serviçal do marido e a sua responsabilidade pela administração da casa e na criação dos filhos, fazia-se necessário educá-la para prestar essas atividades com eficiência. As alegações de que a esposa deveria confiar ao marido e aos sogros todos os assuntos familiares eram rejeitadas. Terceiro, o reconhecimento das mulheres como cidadãs também implicava num comprometimento para a educação feminina, com a finalidade de torná-las capazes de cumprir seus deveres cívicos e treinar seus filhos nas virtudes patrióticas. Novamente eram negadas as crenças confucianas de que a inteligência inferior das mulheres imputava a elas o treinamento para a docilidade, a obediência e o destaque ao papel reprodutivo em detrimento à sua utilidade. Os discursos da *Meiokusha* propunham substituir a visão tradicional do *danson jōhi* (respeite o homem e desdenhe a mulher) e estabelecer uma equidade diferenciada de cada um dos sexos.

A educação foi desde cedo uma preocupação do novo regime para alcançar os objetivos do *fukoku kyōhei* (país rico e exército forte). Em 1872, foi instituído o sistema de educação compulsória. O governo estruturou um sistema igualitário de ensino em que tanto meninos quanto meninas receberiam, na mesma sala de aula, quatro anos de educação.

Para o povo, os argumentos para mudar as atitudes habituais sobre as mulheres e sobre o relacionamento familiar não configuravam força persuasiva suficiente. A maioria dos japoneses vivia nas áreas rurais, onde a ética coletivista guiava as atividades econômicas e as relações sociais, de modo que o destaque sobre o indivíduo era visto como algo que não possuía uma contribuição positiva na vida comunitária, apenas nutria o egoísmo (NAGY, 1981).

O “tradicionalismo camponês” fazia com que os pais vissem de modo descontentes o ensino para meninas, pois suas filhas deveriam ser mantidas em casa para serem postas, o quanto antes, nos serviços domésticos e na agricultura familiar. O censo de 1876 constatou que apenas 16% das meninas em idade escolar estavam matriculadas. Dois anos depois, em 1878, outra pesquisa indicou que as taxas de frequência escolar eram de 53,4% para meninos e 22,5% para meninas. (HANE, 1988; MACKIE, 2003).

Em 1879, a nova política do sistema educacional colocou as meninas e os meninos em salas separadas a partir do quinto ano escolar. Neste ano, já havia duas mil setecentas e quarenta e sete alunas cursando as séries superiores ao quarto ano primário. O Japão possuía, em 1898, trinta e quatro escolas de segundo grau com um número total de oito mil alunas. O decreto sobre a Educação Feminina de 1899 impôs que cada província estabelecesse ao menos uma escola de segundo grau para meninas e, no ano seguinte, o país possuía cinquenta e quatro escolas e doze mil alunas secundárias (MACKIE, 2003).

O currículo da educação feminina foi reformado em 1881. A alteração curricular não modificou os objetivos de implantar uma educação feminina, mas matérias contendo ensinamentos de costura, limpeza, decoração, culinária, orçamento familiar, etiqueta e outras especialidades referentes à vida privada foram incluídas como parte do *kaji keizai* (economia doméstica) (SAND, 2003). A ênfase dada à educação ética e moral (*shūshin*) pelas autoridades governamentais japonesas para o sistema educacional assistia ao discurso do *ryōsai kenbo*. Fridell (1970) salienta que os três elementos da educação ética e moral eram: a) a imagem do soberano como símbolo sagrado e detentor de autoridade política; b) a associação da estrutura política de Estado e da autoridade do soberano com os deveres e hierarquias do modelo familiar idealizado; c) a universalização dos valores éticos e morais da elite (confucionismo e *bushidō*) na sociedade. Suas conclusões se sustentam a partir do exame criterioso dos livros didáticos adotados e distribuídos pelo sistema educacional. Por exemplo, o livro *Shūshin Kyōkasho*, escrito por Higashikuze Michitomi, destacava a lealdade familiar e a piedade filial como as componentes-chaves da ética e da moral japonesa. Neste livro, é apresentada a figura do imperador como o patriarca da nação (*kokumin sōka*), abaixo do soberano estariam os patriarcas da família (*honke*), seguidos dos chefes das casas secundárias (*bunke*) (FRIDELL, 1970).

A nova pedagogia dirigida à educação feminina formava não apenas donas de casa como também atendia aos princípios da utilidade e às necessidades do Estado e da família. A doutrina nacionalista do *kazoku-kokka* (Família-Estado), apreendida na sala de aula, era reforçada pela religião *shintō*, por ver as lealdades à família e ao imperador como sagradas. O modelo idealizado feminino cultivava, assim, o

comportamento delas como esposas/mães e a responsabilidade para a formação das crianças em súditos e soldados. (MACKIE, 2003).

Nas décadas de 1890 e 1900, as lideranças políticas japonesas implementaram os primeiros passos de sua política imperialista no Extremo-Oriente, principalmente contra seus vizinhos mais próximos, a China e a Coréia. Em meio a essa política expansionista, o papel social idealizado às mulheres agregou novos comportamentos e posturas. Esses sentimentos patrióticos e comportamentos ideais dos fiéis súditos, esperados pelo Estado *Meiji*, podem ser testemunhados em diversas pinturas. Um deles é o quadro, em óleo sobre tela, intitulado *Katami* (Lembrança), feito por Matsui Noboru em 1895.

Nele se registra o momento em que esposa e filhos recebem o sabre de oficial de infantaria, forjado ao estilo europeu, e a carta que os informa sobre o falecimento do marido/pai na Guerra Sino-japonesa (1894-1895). A pintura mostra a filha enxugando suas lágrimas na manga do *kimono*, a esposa com a carta em seu colo não demonstra a dor pela perda e fita com olhar severo seu filho para que este não chore. Os demais objetos que compõem o cenário são uma pequena bandeira de mão do Japão, uma corneta, ambos no primeiro plano, e um livro aberto, ao fundo. Tal obra transmite os sentimentos de nobreza pelo sacrifício da própria vida em nome da pátria, por parte do marido, e exalta o comportamento impassível da esposa e do filho diante a morte de seu ente querido. A tristeza seria um desrespeito à memória do marido/pai, pois tanto a esposa quanto os filhos deveriam sentir orgulho, afinal ele foi um súdito fiel do império. Eram, com efeito, os comportamentos influenciados pelos parâmetros sociais contidos no confucionismo e no bushidô, comum no tecido ideológico japonês.

Segundo Dalby (2001), os sentimentos patrióticos não se restringiam aos comportamentos e ao currículo escolar, uma vez que o vestuário feminino também foi usado como aparato para manifestações cívicas de amor à pátria. O azul-da-prússia, a cor do uniforme do exército japonês durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) tornou-se popular e recebeu a denominação *kachi-rio* (cor vitoriosa). A utilização de um elemento do fardamento militar por mulheres representava, assim, uma “participação indireta” do feminino sobre os assuntos de política externa. Soma-se a isto o renascimento do nativismo japonês expressado pela moda e alta-costura japonesa tradicional. Durante o conflito militar com a Rússia czarista, ressurgiram os *kimonos* com estampas com fundos floridos ao estilo da Era Genroku (1688-1703).

Percebe-se, portanto, que a imagem do ideal feminino contido no discurso *ryôsai kenbo shugi* deve ser compreendido segundo três premissas: a) a imagem do tipo feminino confuciano para a mulher de submissão, de obediência e de autonegação; b) a imagem da mulher como uma cidadã de mesmo nível que o

homem em suas responsabilidades para contribuir no fortalecimento nacional; c) a imagem da mulher como dona de casa capaz e uma parceira de seu esposo no ambiente familiar (NAGY, 1981). Deste modo, os preceitos neoconfucianos “úteis” eram reavivados, combinados com as ideias ocidentais para estabelecer o Estado forte que a oligarquia *Meiji* desejava (MACKIE, 1997).

As implicações no sistema familiar advindas do *ryôsai kenbo* eram demonstradas nos Códigos Penal, de 1880, e Civil, de 1898; também na Constituição, promulgada em 1889. O casamento era reconhecido quando a esposa era inscrita no *koseki* (registro familiar) de seu esposo. Apenas após o consentimento e o registro familiar é que o casal poderia fazer o registro público. No romance *Chijin no ai*<sup>19</sup> (Amor de tolo), escrito em 1924, é possível identificar essa atitude quando “Joji” vai ao encontro de sua mãe e da família de Naomi em busca do consentimento de ambas as partes para sua união.

As mulheres, ao serem registradas no *koseki*, perdiam o sobrenome familiar de origem e o controle de todas as propriedades que trouxesse consigo. Ela também não poderia firmar contratos, comprar ou vender o patrimônio familiar sem o consentimento de seu marido e só poderia requerer divórcio caso sofresse maus tratos. Ela estava totalmente desprotegida com a separação, já que, normalmente, a custódia dos filhos ficava a cargo do pai. O adultério masculino seria crime apenas se o marido traído processasse o homem que fosse o amante de sua esposa. Por outro lado, o adultério cometido, com mulher solteira, por um homem casado não era crime.

O casamento era visto como um assunto demasiado importante, assim, os filhos deveriam deixar a cargo dos seus pais tais decisões. O costume japonês do casamento arranjado era visto como uma boa forma para firmar alianças e estabelecer bons matrimônios. De outro modo, o consenso geral via o *jiry ren ai* (amor romântico livre) como volátil, irracional e perigoso, pois, provavelmente, resultaria em uniões pouco importantes ao proveito familiar ou em *shinjû* (suicídio amoroso).

O processo de apresentação dos possíveis candidatos, por vezes desconhecidos, para o casamento foi denominado *miai*. O *miai* iniciava-se pela ação de um intermediário, chamado de *nakôdo*. Esta pessoa tinha depositado em si a missão de procurar um candidato à altura do encomendado, uma vez encontrado faria a troca de fotografias e descreveria as qualidades (riqueza, cultura e nível educacional) do interessado. O primeiro encontro formal entre os candidatos, acompanhados de seus pais, também era organizado pelo *nakôdo* e realizado, normalmente, em hotéis ou *ochaya* (casas de chá). Só após esse encontro formal

---

19 As versões em língua portuguesa receberam os títulos de “Naomi” e “Amor insensato”.

as famílias iniciavam diretamente as negociações e confirmavam, ou não, o casamento. Em paralelo com às ações do *nakôdo*, a prática comum era de que ambas as famílias envolvidas no *miai* fizessem suas próprias investigações. O propósito era o de verificar se as alegações proferidas seriam fidedignas e de levantar as informações sobre a vida pregressa e da saúde físico-mental do candidato e de sua família. Escândalos nos jornais, promiscuidade feminina e doenças mentais poderiam ser motivos suficientes para influenciar os líderes de uma família a se decidirem pela não realização de um casamento, ainda que economicamente vantajoso. A opinião da mãe era consultada, todavia seu pronunciamento não determinava a decisão.

O romance *Mon* (O portão), de 1910, mostra os desafios de um casal, unidos pelo *jiry ren ai*, em superar as desconfianças e discriminações da sociedade. Na ficção literária intitulada *Konjiki yasha* (Demônio dourado), ambientado entre os anos de 1897 a 1902, no contexto de Tokyo da Era *Meiji*, a trama desenrola-se com a narrativa de um amor impossível entre “Kan’ichi” e “Omiya” e as consequências deste relacionamento. O casamento arranjado de Omiya com um homem rico arruína esse amor. O narrador do romance possui declaradamente simpatia pelo amor dos jovens e critica o modo de vida tradicional adotado pelos homens ricos para com as mulheres. Já a obra *Sasameyuki* apresenta a vida das quatro irmãs da família “Makioka”. Nesse romance é possível identificar as práticas do *nakôdo* nas ações de “Itani”, nas formalizações do *miai*, nas medidas tomadas em favor de “Yukiko”, nas “transgressões” à tradição pelos jovens e nas atitudes de “Taeko”. Mostra, ainda, como os chefes de uma família conservadora da região de Kyoto e Osaka, mesmo em dificuldades financeiras, mantinham-se presos às glórias do passado feudal, não aceitando casamentos vantajosos por não considerarem os candidatos à sua altura social.

Por sua vez, o discurso oficial em torno da prostituição e do concubinato era ambivalente. Os decretos, desde o período Edo, designavam os distritos como lugar de moradia das *geisha* (pessoa da arte) e das prostitutas. As primeiras viviam nos distritos conhecidos como *hanamachi* (cidade das flores), enquanto que as prostitutas viviam no *kuruwa* (quarteirão da alegria). A *geisha* continuou a servir como objeto para o entretenimento dos homens das classes mais abastadas, principalmente em cerimônias, e habitualmente não mantinham contatos sexuais. A prostituição, embora tenha sido proibida em 1872, continuou a existir na sociedade e ampliou-se com o empobrecimento dos camponeses que vendiam suas filhas para os *narikin* (novos ricos) ou para os bordéis. Segundo Hane (1998), havia, em 1904, 43.134 mulheres morando nos *okiya* (casa das *geisha*) e bordéis.

Tanto a mulher idealizada quanto a “mulher dos prazeres” eram tratadas como meros objetos ou meios e não como seres humanos ou como pessoas dignas. No processo histórico de ocidentalização do Japão, diversos saberes e valores

transitavam no ambiente social e político. As mulheres eram objetos das crenças enraizadas da ideologia tradicional japonesa, todavia, neste momento, o contexto ideológico foi enriquecido por outras formas de vê-las, particularmente estranhas às conceituações nativas. Os interesses da nova ordem, as crenças típicas nipônicas, as condições socioeconômicas e as ideias ocidentais possibilitaram a formação de uma variedade de conceitos e de comportamentos dirigidos às mulheres.

### **Considerações finais**

Por meio das análises das práticas destinadas às mulheres constatou-se que o governo japonês não copiou de forma cega o Ocidente. A legitimação da ordem, as ações governamentais e os comportamentos aceitáveis foram os resultados obtidos pela combinação entre as instituições políticas, militares e industriais ocidentais com a ideologia e as organizações hierárquicas sócio-familiares nativas. Essa confluência permitiu a preservação do sentimento de identidade e a formação do nacionalismo nipônico.

A doutrina do *ryôsai kenbo* foi uma prévia do nacionalismo japonês que viria a ser implantado posteriormente no sistema educacional. O discurso transmitia uma identificação do Estado com a família por meio do apelo aos símbolos especiais superiores-sagrados, tradicionais e inventados, carregados de emoções e afinidades com a sociedade. O sistema educacional difundia a ideia dos súditos como os defensores do país e os faziam acreditar nos deveres de autossacrifício para o bem-estar nacional.

Os intelectuais almejavam tornar viável o país sem que se desestabilizasse o regime político e a hierarquia social. Para se atingir esses objetivos reforçavam as práticas sociais e se difundiam crenças históricas e inventadas. A figura do *tennô* era associada à religião *shintô* e ao poder patriarcal, assim, ser leal e obediente ao pai/marido era sinônimo de sê-lo ao soberano. Essa percepção era sustentada por símbolos tradicionais sagrados carregados de emoções e afinidades com a coletividade. Em meio a essa estrutura material e simbólica o papel idealizado para o sexo feminino foi determinante para a manutenção, legitimação e reconhecimento da plataforma de sustentação necessária à hegemonia estatal *Meiji*.

### **Referências**

AKITA, G. **Foundations of constitutional government in Modern Japan, 1868-1900**. 2 ed. Massachusetts: Harvard University press, 1972.

BARY, T. (Org.). **Sources of Japanese tradition, 1600 to 2000**. 2 ed. New York: Columbia University press, 2005.

BERNSTEIN, G. L. (Org.). **Recreating Japanese Women**, 1600-1945. Los Angeles: University of California press, 1991.

BROWN, K. H.; MINICHELLO, S. A. **Taishô Chic: Japanese Modernity, Nostalgia and Deco**. Honolulu: Honolulu Academy of Arts, 2001.

CRAIG, T. **In the Beginning woman was the Sun**. New York: Columbia University press, 2006.

DALBY, L. **Kimono: fashioning culture**. Londres: Vintage, 2001.

FREDERICK, S. A. **Housewives, Modern Girls**, Feminists: Women's Magazine and Modernity in Japan. Universidade de Chicago. Tese de Doutorado, 2001.

FRIDELL, W. M. "Government ethics in late Meiji Japan". In. **The journal of asian studies**. vol. 29, n. 04, p. 823-833, 1970.

FUJIMURA-FANSELOW, K; KAMEDA, A. (Org.). **Japanese Women: New feminist Perspectives on the Past, Present and Future**. New York: Feminist press, 1995.

GORDON, A. **A modern history of Japan: from Tokugawa times to the Present**. New York: Oxford University press, 2003.

GRIFFIS, W. E. **The Religions of Japan from the Dawn of History to the Era of Meiji**. New York: Charles Scribner's sons, 1895.

HANE, M. (Org.). **Reflections on the way to the gallows: Rebel women in prewar Japan**. Los Angeles: University of California press, 1988.

HARDACRE, H. **Shintô and the State, 1868-1990**. New Jersey: Princeton University press, 1991.

HAROOTUNIAM, H. D. "Late Tokugawa culture and thought". In. JANSEN, M. B. (Org.). **The emergence of Meiji Japan**. New York: Cambridge University press, 1995, p. 53-143.

JANSEN, M. B. **The making of modern Japan**. Massachusetts: Harvard University press, 2002.

KEENE, D. **Emperor of Japan: Meiji and his world, 1852-1912.** New York: Columbia University press, 2002.

LIMA, M. de O. **No Japão: impressões da terra e da gente.** Rio de Janeiro: Tepbooks, 1997.

MACKIE, V. **Feminism in Modern Japan.** New York: Cambridge University press, 2003.

\_\_\_\_\_. **Creating Socialist Women in Japan: Gender, Labor and Activism, 1900-1937.** Hong Kong: Cambridge University press, 1997.

NAGY, M. M. **How shall We Live? Social Change, The family institution and Feminism in Pre-war Japan.** Washington University. Departamento de Filosofia. Tese de Doutorado, 1981.

NATSUME, S. **Bochan.** Tòkyô: Kodansha, 2004.

\_\_\_\_\_. **The Gate.** Londres: Peter Owen Publishers, 2005.

\_\_\_\_\_. **Kokoro.** Washington: Gateway, 2000.

NITOBÉ, I. **Bushido: alma de samurai.** São Paulo: Tahyu, 2005.

ODA, H. **Japanese Law.** New York: Oxford University press, 2001.

OZAKI, K. **Konjiki yasha.** Tòkyô: Shinchosha, 2001.

SAND, J. **House and Home in Modern Japan: Architecture, Domestic Space and Bourgeois Culture, 1880-1930.** New York: Havard University Asia Center, 2003.

SIEMES, J. **Hermann Roesler and the making of the Meiji State.** Tòkyô: Sophia University, 1968.

TANAKA, Y. **Women Writers of Meiji and Taishô Japan: their Lives, Works and Critical Reception.** Londres: McFarland & Company, 2000.

TANIZAKI, J. **Amor Insensato.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **As irmãs Makioka.** São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

TSURUYA, M. **Sensô sakusen kirokuga (War campaign documentary painting)**: Japan`s national imagery of the holly war, 1937-1945. Tese de Doutorado. Universidade de Pittsburg, 2005.

YAMAGUCHI, T. “El Estado y el sintoísmo durante la era Meiji”. In. **ISTOR**, Cidade do México, ano VI, n. 21, p.35-50, 2005.

**HISTÓRIA DAS  
MULHERES E ESTUDOS  
DE GÊNERO**

# HISTÓRIA DAS MULHERES E ESTUDOS DE GÊNERO: IDENTIDADE E RELAÇÕES DE PODER.

Lívia A. Silveira Rangel<sup>1</sup>

Maria Beatriz Nader<sup>2</sup>

A história das mulheres, desde sua legitimação no campo acadêmico até os dias de hoje, sofreu ininterruptos processos de aperfeiçoamento, acompanhados de constantes reorientações dos enfoques temáticos, de reformulações conceituais e de renovações metodológicas. Uma de suas significativas contribuições seguiu o rastro de outras abordagens historiográficas emergentes, principalmente na década de 1960 – refletidas um pouco tardiamente nos circuitos especializados brasileiros –, com o questionamento das bases tradicionais dos conhecimentos históricos, submetidos a uma revisão profunda das análises universais, tanto na temporalidade quanto na centralização do sujeito.

Um dos esforços produzidos pelos pesquisadores da área para alcançar maior refinamento e complexidade nos seus estudos englobou a consciência de que era preciso privilegiar uma análise relacional do objeto selecionado. A ideia passou a se firmar no propósito de introduzir esse novo objeto de análise numa dinâmica social que desse destaque não ao isolamento de experiências mas ao resultado das circunstâncias interativas entre grupos sociais paralelos. Dessa forma, novas perspectivas de análise se abriram com base em dois pilares inovativos do posicionamento de homens e mulheres na sociedade e na instituição familiar: a formação das identidades de gênero e a existência das relações de poder, localizadas nas projeções masculinas sobre o feminino e na arena política.

Visando desenvolver tais argumentos, o presente artigo esboça uma reflexão acerca desses dois pontos de interpretação para a construção do campo histórico que assume as mulheres e suas múltiplas experiências como objeto de estudo. Informando desde já que, longe de esgotado, os debates provenientes da história das mulheres e dos estudos de gênero retêm terrenos pouco ou ainda inexplorados.

---

1 Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do CNPq. Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (UFES).

2 Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (UFES).

## Mulheres e relações de gênero: identidade e poder

A história que tem por eixo temático o estudo das experiências “femininas” não deixou, desde seu surgimento, em meados da década de 1960, de apresentar uma curva ascendente no que diz respeito à diversidade de vertentes e aos sensíveis aumentos na escala da sua produção, devido tanto a progressão no número de pesquisadores interessados nos objetos referentes a essa abordagem quanto, e mais determinadamente, pela sedimentação teórica e metodológica garantida pelos frequentes debates e revisões críticas.

Tal insistência quanto à realização de um processo criterioso de maturação da história das mulheres e das relações de gênero, providenciado pelos exames críticos no cerne das suas principais produções, esteve ligada à convicção dos historiadores envolvidos de que era inadiável a discussão em torno da ausência das mulheres, clamante há muitas gerações pela quebra dos silêncios e dos desertos à sua menção na história.

Embora não seja mais vista como um ramo recente de estudo, a história das mulheres, traçada por uma trajetória não retilínea, pôde desenvolver e testar de maneira concomitante, nesses últimos quarenta anos, não só novas propostas e incursões temáticas mas também novos utensílios históricos – seja na condução discursiva dos seus escritos (com a organização de um vocabulário adequado), seja no manuseio de novos métodos de pesquisa – originais na vinculação com outras estruturas teóricas revisionistas da história tradicional, como a história das mentalidades, a nova história política e a história cultural.

Um dos principais enfoques que envolvem as controvérsias acerca do campo historiográfico especializado na análise das experiências “femininas” é aquele que perpassa duas posições teóricas: uma, que defende a oposição entre história de gênero e história das mulheres; e outra, que as compreende em fusão. A divergência anuncia significativas diferenças nos procedimentos adotados e nos resultados auferidos por cada vertente. Contudo, para adentrar no rumo dessa discussão é necessário constatar a anterioridade da história das mulheres frente à história de gênero.

O próprio termo *gênero* emergiu como uma estratégia vocabular de uso descritivo, levada a cabo reciprocamente pelo movimento das mulheres feministas e pelas(os) historiadoras(es) concentradas(os) nesta questão, necessária para designar de maneira mais “neutra” e “objetiva” uma face da história que cuidava especificamente do sujeito feminino. A suposta conveniência da adoção do termo *gênero*, embora aparentasse ter resolvido o problema da terminologia científica demandada para o estudo, não eliminou os desequilíbrios teóricos subjacentes à emergência da história das mulheres. Primeiramente, porque acreditou suficiente substituir o termo “mulher” por “gênero”, o que somente contribuiu

para a criação de uma anomalia de sinônimos que não existe nem em seu aspecto semântico. Segundo, porque, mesmo em sua afirmação de que as relações entre os sexos são sociais e, portanto, não determinadas por aspectos biológicos, essa abordagem, legitimada nos anos 1980, “não implic[ou] necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder” (SCOTT, 1990, p.7), fatores que a mantiveram numa espécie de antessala do saber histórico, segregada a um domínio que não incluía reflexões nem acerca do político nem acerca do econômico, por não aderirem a uma discussão baseada nas relações de poder.

De fato, os debates e as interrogações quanto a melhor forma de se escrever uma história das mulheres não cessou na elaboração do conceito *gênero* e na repercussão já definida das noções que o mesmo ofereceu aos estudos da área. Mas também é fato inquestionável que o esforço em teorizar e sistematizar uma categoria de análise que fosse útil à produção dos saberes sobre as mulheres, empreendido pela intelectual Joan Scott (1990), inaugurou uma nova postura diante dos desafios interpretativos comprometidos com a observação indagadora do suposto “feminino” nas fontes. Assim, mesmo não extinguindo os focos discordantes de compreensão do objeto sua teoria desinstalou os estudos feministas do círculo de isolamento que o cercava e submeteu-os a um recurso analítico relacional, em que homens e mulheres foram vistos como produtos sociais em frequente interação, modificados social, cultural e historicamente pelas estratégias de dominação e pela perpetuação dos discursos distintivos, baseados nas diferenças biológicas.

As limitações que comprometeram a história das mulheres, nas suas primeiras manifestações de fôlego, fizeram com que fossem empreendidos esforços de superação da veia descritiva latente na análise dos historiadores (própria de sua formação), aproximando-os, em seu ofício, do emprego de formulações teóricas capazes de explicar o conceito de gênero e de dar conta das transformações históricas pertinentes ao tema. Essa promoção teórica funcionaria no sentido de “reivindicar um certo terreno de definição” (SCOTT, 1990, p.13), o qual só veio, de fato, a constituir uma preocupação teórica no fim do século XX, quando gênero passou a ser visto como uma categoria de análise. A maior parte desse esforço de teorização é creditada à já citada historiadora Joan Scott, que problematizou e codificou – oferecendo uma estrutura modular para se pensar não só a história das mulheres, como também uma história da construção social da categoria masculino e feminino – o termo gênero, transformando-o em um conceito. Desde então, é consenso entre os historiadores a legitimidade e a utilidade desse conceito na pesquisa histórica.

Conjugada a esta nova fase do estudo das mulheres e da perspectiva de gênero, no qual passa-se a questionar a naturalização do sujeito e a desmistificar as

construções das práticas discursivas dominantes, encontra-se a influência exercida pelos estudiosos da identidade e da diferença, como Jacques Derrida, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Kathryn Woodward e Tomaz Tadeu da Silva – uma das referências nacionais a abordar o conceito de identidade numa perspectiva culturalista. A relevância desses trabalhos para as pesquisas que pretendem tornar as mulheres visíveis está no alcance da redefinição dos papéis femininos, que adquirem dimensões bem mais sofisticadas a partir do abandono das simples operações binárias, pois estas criam universos antagônicos de acomodação dos sujeitos de acordo com o sexo. A desconstrução dessas dicotomias beneficiou não só o entendimento dos mecanismos de formação da identidade como possibilitou focalizar as diferenças, o que pressupõe o surgimento de uma definição não-essencialista do social e do simbólico nos sistemas identitários.

A renúncia dos esquemas determinados pelos elementos biológicos fez irromper uma série de questionamentos quanto à naturalização das identidades sexuais e quanto à hierarquização das funções entre os sexos, sendo a mulher o indivíduo submisso, pela essência pacífica e conformista, e o homem o sujeito dominador, pelo caráter ativo e desbravador da sua condição masculina. Essa fórmula buscou relegar as mulheres a uma esfera aparentemente apolítica da vida cotidiana. Desse modo, as relações de gênero, baseadas em sistemas classificatórios, não seriam definidas pelas relações de poder.

A descoberta, pelos pesquisadores, do político no âmbito do cotidiano expandiu os estudos sobre a mulher vinculando-o ao campo do poder, demonstrando que as relações de autoridade não são exclusivas das organizações públicas e do Estado, mas estão igualmente diluídas na esfera privada, na instituição da família, nos laços de parentesco e nas relações de trabalho. Isso significa, para a história das mulheres e para os estudos de gênero, uma conquista inigualável, pois que legitima a análise do mundo privado e das esferas de informalidade com o adendo de revelar novos sujeitos históricos, nos quais as mulheres encontram-se incorporadas.

Maria Izilda de Matos (2006), num texto introdutório da coletânea *História, mulher e poder*, publicado pela Editora da UFES, fez uma revisão bastante interessante dos meandros que marcaram a trajetória da questão de gênero, vista como prática e como discurso compreendido tanto nos movimentos feministas quanto na Academia. Ao dialogar com o contexto e com as correntes teóricas que produziram ressonância na abordagem de gênero, a autora desemboca sua reflexão num ponto crucial da discussão acerca desse ramo historiográfico, ao tangenciar a ideia de que é preciso “reconhecer diferenças dentro da diferença” (MATOS, 2006, p.14), sinalizando a desconstrução de noções puramente abstratas de “mulheres” e “homens” como identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensá-los por meio da diversidade de suas inter-relações. Essa nova

abordagem permitiu reorientar a visão de mundo a partir de um processo de revisão e de releitura da história convencional, com a substituição de um prisma a serviço do domínio masculino por outro antimachista, diverso e múltiplo.

Toda essa renovação, no entanto, não cessou os impasses presentes no interior da história das mulheres e dos estudos de gênero, nem tampouco resolveu o debate em torno da proximidade ou do afastamento dos dois campos disciplinares. Dentro desses aspectos, há duas principais correntes discordantes relativas à transponibilidade ou não desses discursos: a que defende a fixação de cada campo histórico no seu domínio de análise, sendo que a história das mulheres é vista como de âmbito exclusivamente feminino, enquanto a história de gênero é necessariamente a que presume o aspecto relacional entre mulheres e homens; e a que admite o intercâmbio entre ambas por oferecer a sugestão de que os dois sexos devam ser definidos em termos recíprocos, sem os quais nenhuma compreensão de um deles, em separado, possa ser alcançada sem estar centrada sobre uma maneira demasiado estreita de construção histórica.

Basilarmente foi essa mesma contenda que deu origem à articulação teórica que fundamentou o gênero como uma categoria de análise, em que o declive desse arremesso teórico deu suporte a uma série de outras questões pendentes no cerne da história das mulheres. Duas delas são tomadas por Joan Scott como partes centrais do núcleo fundamental de sua definição: a proposição que aponta o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.14) e o gênero como o primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Se essa proposta auxiliou o aperfeiçoamento dos mecanismos de análise da história das mulheres, ela, no entanto, não a substituiu. A historiadora Gianna Pomata (1993), ao analisar alguns volumes da obra *História das Mulheres no Ocidente*, tendeu a ser bastante eloquente na discussão acerca da conveniência da história de gênero – entendida como a história da construção social, por meio de discursos e práticas, das categorias do masculino e do feminino – na abordagem da história das mulheres. De acordo com sua nota crítica, a principal tarefa da história das mulheres não é a mesma daquela orientada para a história das relações de gênero, quer seja, a de trabalhar com a desconstrução dos discursos masculinos sobre as representações femininas, derrubando e deslocando sua construção hierárquica, mas a de superar a “penúria dos fatos” sobre a vida das mulheres, com a urgência em alargar uma visão histórica estreita acerca do seu papel social.

Essa observação foi sustentada por duas historiadoras brasileiras que pactuaram da mesma opinião ao desenvolverem uma discussão bibliográfica acerca da história das mulheres no Brasil, são elas Rachel Soihet (1997) e Mary Del Priore (1998). As autoras demonstraram compartilhar da ideia de que é necessária uma aproximação entre discurso e prática social, geralmente construído

separadamente, ficando restrita à esfera do discurso a representação feminina na literatura, na iconografia, nas declarações médicas, religiosas, filosóficas e científicas; e na esfera da prática social a presença das mulheres no estudo da família, da economia, da demografia etc. Tal separação impõe a predominância do discurso em detrimento da prática, fator que cria uma situação bastante problemática, posto que dificulta a compreensão do “efeito prático dessa avalanche de discursos sobre a vida da mulher” (PRIORE, 1998, p.233), o que, de acordo com Pomata, é resultado da dificuldade comum de se relacionar história intelectual e história social.

Tal procedimento de decantação dos elementos práticos e discursivos, ou concretos e abstratos, remete a uma questão bastante próxima do que se vem discutindo até o devido momento com relação ao conjunto de fatores que estruturaram as análises de gênero, entendidas também no cerne da história das mulheres. Falar do conceito de identidade e dos níveis das relações de poder inclui automaticamente uma reflexão acerca da produção ideológica que ronda essas duas manifestações. Os melindres que devem ser assumidos frente ao conceito de ideologia, gerando até mesmo o desvio de muitas pesquisas para evitar caminho tão tortuoso, parecem receber uma trégua por meio da análise de Ansart (1978), que escreveu *Ideologias, conflitos e poder* com o propósito bem claro de empregar resistência quanto à ideia de um marasmo ideológico imposto pelo seu fim iminente.

Como defende o autor, é totalmente despropositada a hipótese que considera fundada as oposições ideológicas a partir do desenvolvimento industrial e da mundialização das relações, que “substituiriam os intermináveis debates sobre os fins e os valores das atividades sociais” (ANSART, 1978, p.7) por uma fase de serenidade formada pelo consenso geral da população, apta antes a se desviar das divergências do que a desconfiar das soluções meramente técnicas para a resolução dos seus problemas, de caráter individual ou coletivo.

Um dos argumentos que utiliza para dar validade a sua proposição estende críticas às visões reducionistas que tradicionalmente retiram a importância histórica dos sistemas de pensamento em detrimento de sua relação complexa e permanente com os conflitos que atravessam a sociedade, “assim, a verdadeira inserção da polêmica ideológica na polêmica social permanece obscura” (ANSART, 1978, p.14), por conta de uma tendência que visa isolar a linguagem de suas condições sociais. Aqui se encontra o elo teórico que aproxima a crítica de Ansart à crítica levantada por Pomata, e que resvala até a noção de que seja preciso desalojar discursos e práticas, assim como ideologia e conflito social, do recôndito de onde emergem suas produções e as subsequentes interpretações, para que seja possível desnudar suas implicaturas, ou seja, a intencionalidade implícita em seus significados.

Dessa forma, o desvendamento da atuação concreta da mulher, segundo esse ponto de vista, não alcança resultados promissores apenas por meio de uma história construída por e pelos discursos, sejam eles oriundos do pensamento político, filosófico ou religioso, sejam eles iconográficos, imagéticos e midiáticos. A tarefa da história das mulheres, assim como da história de gênero, não é a de se comprometer unicamente com o que foi dito, sem avaliar a intensidade com que tais sistemas ideológicos, repletos de discursos legitimadores, interferiram nas relações sociais e, principalmente, na trama real da vida de mulheres de todas as etnias, classes e culturas. Nesse momento, resta ainda articular o desfecho do impasse a propósito da transitoriedade, da justaposição ou da concorrência entre história das mulheres e história das relações de gênero. Corroborado por Priore, o raciocínio que arremata o pensamento de Pomata crê no equívoco e na invisibilidade de se confundir os dois ramos históricos com a ameaça dos princípios de uma delas serem abortados em benefício do outro.

Assim, não considera segura a obstrução da história das mulheres a favor da história de gênero. O mais profícuo, em meio a esse impasse, é reconhecer, como sugere Pomata, “que as duas são ligadas e indispensáveis uma a outra” (POMATA, 1993, p.1022) e, logo, compreender que o vasto território no qual as mulheres se movimentam englobam a história de suas famílias, de seu trabalho, de seu cotidiano, de suas representações na mídia, na literatura e na sociedade.

Em face disso, fica claro que o enfoque reunido nas considerações de Pomata, Soihet e Priorenão se contenta com as clivagens entre os sexos, pois dá preferência à identificação dos mecanismos que enunciam e representam a divisão social dos papéis e funções femininos e masculinos, sem os diagnosticar como específicos, mas interessados em explorar a natureza dessas diferenças. Diferenças que imprimem suas marcas nas práticas femininas, mas que encontram lógica nos códigos de comportamento partilhados pelos dois sexos.

## Referências

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Tradução: Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATOS, Maria Izilda. “História, mulher e poder: da invisibilidade ao gênero”. In. SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes; PPGHIS, 2006, p. 9-23.

POMATA, Gianna. “Histoire des Femmes et ‘GenderHistory’ (note critique)”. In. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. Vol. 48, n. 4, 1993, p.1019-1026.

PRIORE, Mary Del. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In.FREITAS, Marcos César de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 1998, p. 217-236.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 16, n. 2, jul/dez, 1990, p. 5-22.

SOIHET, Rachel. “História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate”. In. AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997, p. 95-114.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Altino Silveira Silva** – Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em História pela UFES e em Direito Material e Processual do Trabalho pela ESA-OAB/ES. Bacharel em Direito pela FDV. Professor do curso de Direito da Faculdade Pitágoras.

**Kella Rivéria Lucena Xavier** – Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

**Lívia de Azevedo Silveira Rangel** – Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do CNPq. Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (UFES).

**Maria Beatriz Nader** – Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (UFES).

**Penha Mara Fernandes Nader** – Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Esta publicação foi composta utilizando-se as famílias tipográficas Legacy  
Serif e Minion Pro.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que  
não seja para qualquer fim comercial.



---

Até bem pouco tempo, a história das mulheres, especialmente aquela feita em conformidade com a teoria de gênero, inexistia na historiografia produzida no Espírito Santo. A lacuna, decorrente da primazia da escrita tradicional da história, e que não fora deficiência exclusiva da produção historiográfica capixaba, foi responsável pelo esquecimento de uma gama de sujeitos históricos – todos considerados minorias afônicas. As mulheres pertenciam a esse grupo dos historicamente desprestigiados, o que lhes conferiu dentro do que se convencionou chamar de nova história, o status de um novo objeto de pesquisa.

Maria Beatriz Nader  
Lívia A. Silveira Rangel

---

 EDUFES

ISBN 978-85-7772-258-7



9 788577 722587 >